

VALEU A PENA.



SOU DA PAZ: OS PRIMEIROS 10 ANOS.





INSTITUTO  
SOU DA PAZ

VALEU A PENA.  
SOU DA PAZ:  
OS PRIMEIROS 10 ANOS.





**E**sta publicação conta a história dos dez anos do Sou da Paz. Uma história que começou com uma campanha pelo desarmamento criada por um grupo de estudantes, e hoje envolve temas, públicos e lugares diversos, influenciando desde ações de fortalecimento comunitário até políticas nacionais.

Uma década depois, seguimos cultivando os mesmos valores e o mesmo objetivo: contribuir para que tanto o governo quanto a sociedade adotem novas atitudes frente à violência, superando a sensação de impotência diante de um problema que afeta a todos.

Não existe uma solução única contra a crise de segurança pública que assola o país. Nos últimos vinte anos, pudemos ver o que não funciona: apostar somente no endurecimento de leis, na construção de prisões e valorizar uma polícia truculenta e distante dos cidadãos. Medidas isoladas, criadas ao calor dos fatos e sem um olhar cuidadoso para as circunstâncias em que a violência se manifesta, tenderam ao fracasso.

Por outro lado, percebemos que por todo o Brasil têm surgido iniciativas que apostam em diagnósticos, ações integradas, focadas nos grupos e lugares mais afetados, combinando estratégias preventivas com medidas de controle. E estas ações têm gerado resultados.

É neste tipo de trabalho que apostamos, e para isso buscamos envolver e integrar os mais diversos grupos, construindo juntos as soluções para um problema que é de todos. É este trabalho que temos muito orgulho de compartilhar nas próximas páginas.

Boa leitura!

**Capítulo 1**  
CAMPAHA  
SOU DA PAZ  
07



**Capítulo 2**  
OS PRIMEIROS  
PASSOS DO  
INSTITUTO  
SOU DA PAZ  
15



**Capítulo 3**  
DO ROLO  
COMPRESSOR AO  
ESTATUTO DO  
DESARMAMENTO  
19

**Capítulo 4**  
JOVENS  
EM AÇÃO  
33



**Capítulo 5**  
GRÊMIOS  
ESTUDANTIS:  
DEMOCRACIA  
NAS ESCOLAS  
47

**Capítulo 6**  
PRAÇAS,  
ESPAÇOS  
DE PAZ  
57







**Capítulo 7**  
JARDIM  
ÂNGELA  
69



**Capítulo 8**  
BRASILÂNDIA  
77



**Capítulo 9**  
A ATUAÇÃO  
JUNTO AOS  
MUNICÍPIOS  
89



**Capítulo 10**  
SÃO PAULO  
EM PAZ  
97



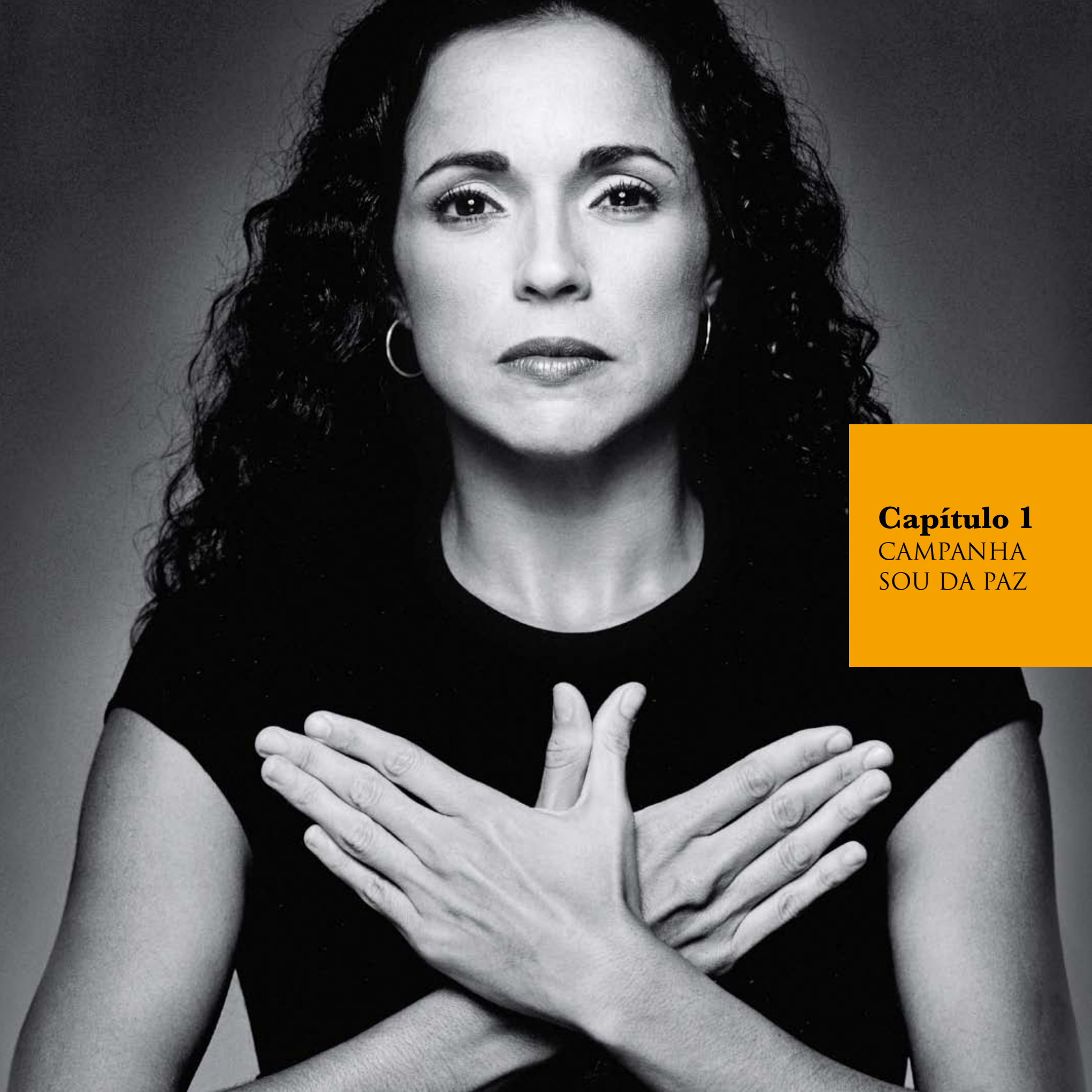
**Capítulo 11**  
A POLÍCIA  
CIDADÃ  
107

**Capítulo 12**  
SEM FRONTEIRAS:  
O CONTROLE DE  
ARMAS NO MUNDO  
117







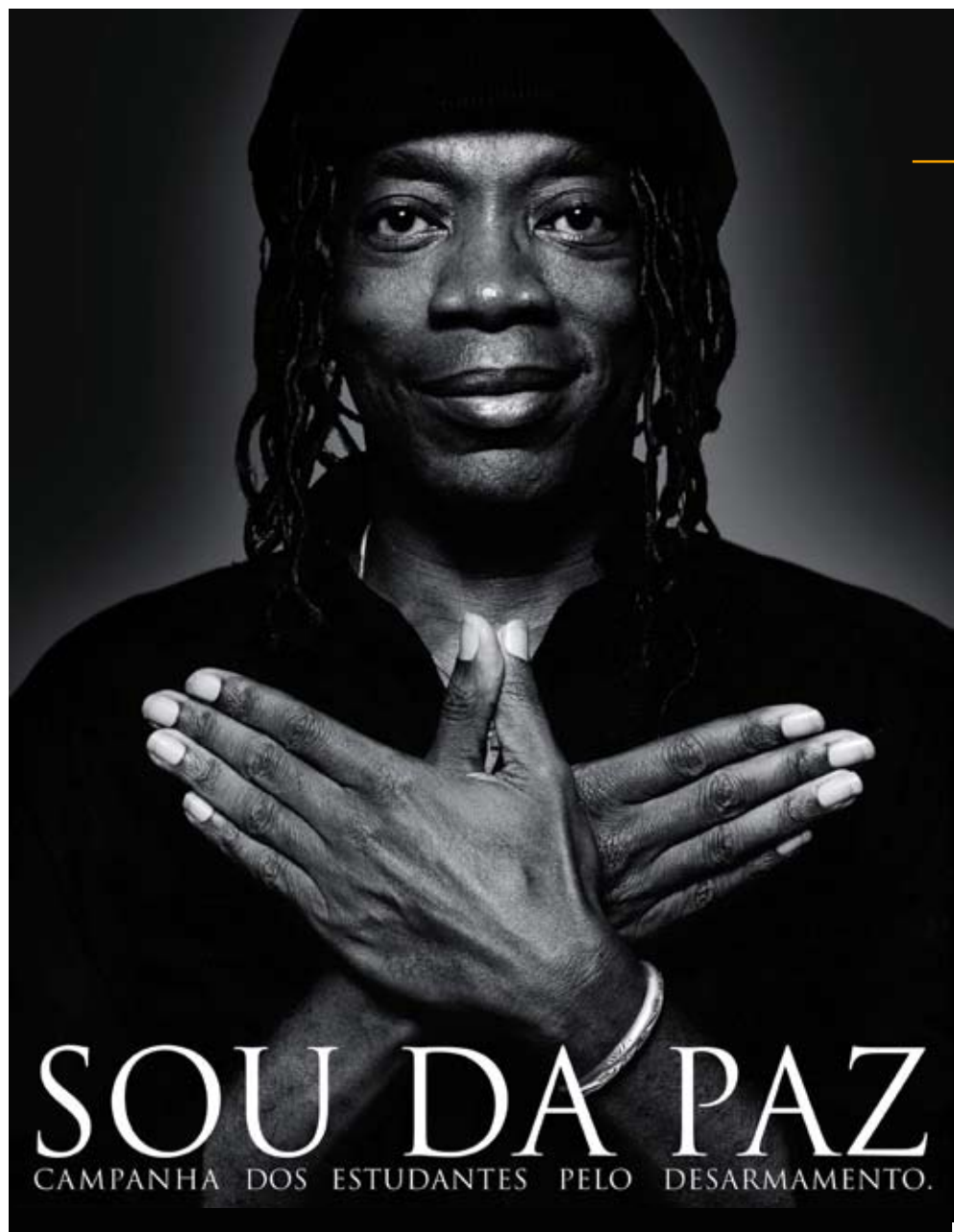
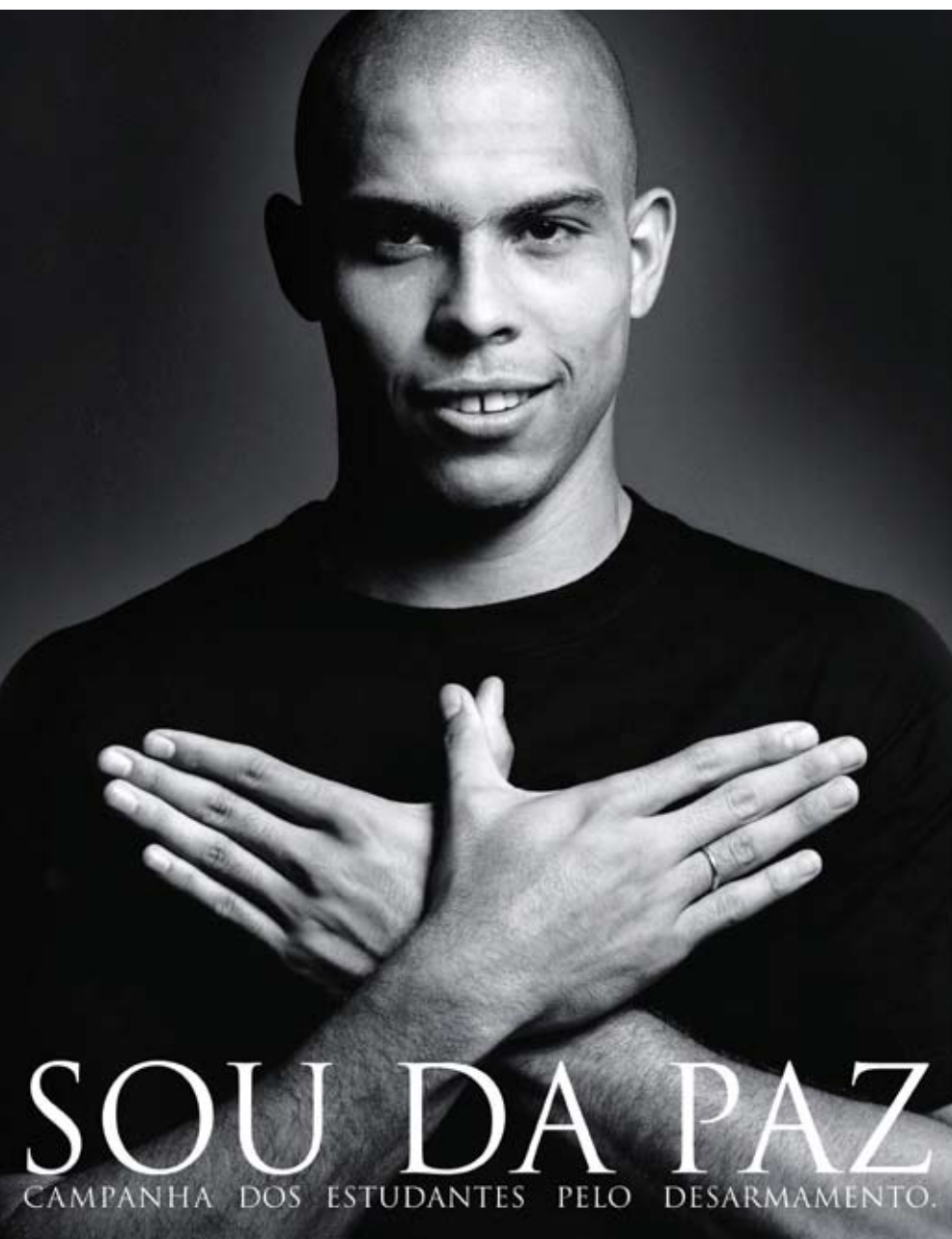


**Capítulo 1**  
CAMPANHA  
SOU DA PAZ

# Onde tudo começou

Onze de agosto de 1997. Na Faculdade de Direito da USP, aquela era uma data especial. Além de todas as comemorações pelo dia do advogado, a fa-

culdade estava completando 170 anos. Por todos os lados, havia uma agitação constante de alunos, cada grupo celebrando à sua maneira.



A tradicional Sala dos Estudantes, palco de manifestações importantes na história do Brasil, estava lotada e a imprensa comparecera em peso. Fotógrafos, *cameramen*, repórteres se acotovelvavam nos melhores pontos. E então, ao lado do governador do Estado e diversas autoridades, diante das câmeras de TV, um grupo de jovens apresentou a **Campanha dos Estudantes pelo Desarmamento – Sou da Paz**. Representando o Centro Acadêmico XI de Agosto, a UNE, a Umes, a Ubes e a UEE<sup>1</sup>, eles exibiram as fotos de personalidades que tinham aderido à iniciativa, emprestando sua imagem para a causa e fazendo com as mãos o símbolo da pomba, que se tornou a marca do Sou da Paz.

O lançamento da Campanha alvoroçou a faculdade e foi tema de todos os noticiários. **No dia seguinte, os principais jornais do país estampavam na capa as fotos do lançamento de uma campanha idealizada por estudantes**, realizada sem recursos financeiros e que nos próximos meses tomaria a mídia e a agenda pública de maneira surpreendente. Todo mundo queria mostrar que era da paz e os apoios não paravam de chegar. Depois do lançamento da campanha, em duas semanas, mais de 60 personalidades procuraram os organizadores para aderirem. Jornais destacavam repórteres para cobrir o dia-a-dia da Campanha, os estudantes davam palestras em escolas, empresas, igrejas e as-

sociações de bairro, cidadãos comuns ligavam perguntando como ajudar. E o desarmamento, tema até então pouco difundido, começava a fazer parte de todas as rodas de conversa e, aos poucos, da agenda política do país.

Antes de apresentar o desenrolar de uma história que é o começo de muitas outras, é preciso voltar atrás para entender o surgimento da Campanha e porque, em tão pouco tempo, ela se alastrou pelo país.

José Marcelo Zacchi, um dos fundadores da campanha Sou da Paz, que mais tarde se tornou um dos diretores do Instituto, conta que, todos os anos, o Centro Acadêmico XI de Agosto (dos

estudantes de Direito da USP) elegia um tema para trabalhar, levando debates para a faculdade e estimulando os estudantes a desenvolverem ações de intervenção social. Em 1997, o tema escolhido foi a violência, já que, neste período, os índices de criminalidade haviam crescido de forma vertiginosa. “Os homicídios concentravam-se na periferia, mas a violência tinha uma repercussão na mídia muito focada na classe média, com discursos pedindo mais repressão, pena de morte. Então a gente resolveu propor uma reflexão que destacasse o fato de ser um problema social, para pensar soluções públicas, longe do revanchismo. Ninguém ali tinha sido vítima, ninguém adotava o discurso do ‘prende, pune, arrebenta’”, lembra José Marcelo. Ao longo do ano, os estudantes realizaram seminários sobre o tema, conseguindo uma enorme articulação com outras organizações.

Também naquele momento, aqueles que se debruçavam sobre a violência passaram a olhar com cada vez mais atenção para a questão das armas de fogo. Eram evidentes o crescimento da circulação e uso de armas leves no Brasil e a relação disso com o aumento da violência – particularmente com os homicídios.

<sup>1</sup> União Nacional dos Estudantes, União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e União Estadual dos Estudantes, respectivamente.



Folha de S. Paulo • 12/08/2007



## NAQUELE ANO, UM ESTUDO DA ONU APONTAVA O BRASIL COMO O PAÍS ONDE MAIS SE MATAVA POR ARMAS DE FOGO EM TODO O MUNDO. E PELA PRIMEIRA VEZ, A VIOLÊNCIA SUPERAVA O DESEMPREGO COMO A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DOS PAULISTANOS.

Se havia uma preocupação comum e muitas pessoas mobilizadas e dispostas a fazer algo, era preciso que elas se articulassem. “Tinha uma bola pingando na área de muita gente, e o que aconteceu foi colocar todo mundo em volta da mesa e discutir o que a gente faria, uma cartilha, um seminário. Mas isso já tinha sido feito; então pensamos: o que os estudantes sabem fazer? Sabem mobilizar, ir pra rua”, lembra Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz, que, na época, presidia o XI de Agosto. Então surgiu a idéia de uma campanha que chamasse a atenção para a violência, com foco no desarmamento. O conceito de desarmamento tinha duas facetas: por um lado, o desarmamento do espírito, a questão de como cada um lida com a violência, reforçando que cada pessoa deveria ter um compromisso coletivo com a redução do problema; por outro, era preciso convencer as pessoas de que elas não deveriam ter uma arma, quebrar a cultura de que isso era positivo e trazia proteção. “A gente queria fazer com a arma o que foi feito com o cigarro, tirar o charme; a gente queria

fazer as pessoas pensarem: as armas causam um problema muito grave”, analisa José Marcelo.

Para isso, os estudantes miraram alto: buscaram o apoio de jornalistas influentes e de uma das melhores agências de propaganda do país. “O Chico Pinheiro idealizou a campanha com a gente e brincávamos que ele era nosso assessor de imprensa, o Nizan Guanaes topou fazer a campanha de graça e muitas vezes a gente se reunia em uma sala da DM9”, lembra Denis.

A Campanha começou a ser discutida em maio, e toda semana aumentava o número de pessoas nas reuniões. Até agosto, foram muitos encontros, negociações, convites, articulações com di-

versas entidades. E, depois do dia 11, o trabalho continuou intenso: além de dar palestras sobre desarmamento e violência, o grupo organizou a primeira campanha de entrega voluntária de armas de fogo do país.

—Foram doze dias de recolhimento, com pausas de duas semanas entre uma etapa e outra. As pessoas podiam entregar suas armas na sede da OAB, no centro de São Paulo, “e a gente não dava nada em troca, apenas um abraço ou aperto de mão”, conta Denis. Os estudantes recebiam as armas, que eram cadastradas e armazenadas pela Polícia. Graças a uma articulação com a Secretaria de Segurança Pública, foi concedida uma anistia para que mes-





mo quem não tivesse porte de arma pudesse levar a sua até a OAB.

Até dezembro, 1.721 armas de fogo haviam sido entregues. No dia 10, em comemoração ao dia internacional dos Direitos Humanos, aconteceu a primeira destruição pública de armas no Brasil. Todas as armas entregues foram esmagadas por um rolo compressor na Praça da Sé. Antes de o rolo entrar em ação, as milhares de pessoas presentes cantaram o hino nacional, mas, em vez de colocar a mão no peito ou para trás, todos fizeram o símbolo do Sou da Paz, revelando o envolvimento da sociedade com a causa.





# Somando forças pela paz

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira se viu diante de um fenômeno complexo e assustador: o crescimento da violência e da criminalidade, observado com mais intensidade nas grandes metrópoles. As estatísticas mostravam que a violência atingia as pessoas de formas diferentes, mas a sensação de insegurança era um denominador comum a todos os brasileiros, independente de idade, classe social ou local de residência. A reação imediata de todo mundo era se trancar, aumentar cercas, subir muros, deixar de sair às ruas, evitar conviver com estranhos... e até comprar uma arma, já que o Estado não garantia a segurança de ninguém.

Em 1997, quando um grupo de estudantes começou a desenhar uma campanha de conscientização sobre a violência, a situação era alarmante: o Brasil ganhara o título de país campeão por mortes cometidas com arma de fogo; a violência havia superado o desemprego como a preocupação principal dos moradores de São Paulo; e fazia quase 20 anos que as pessoas estavam se trancando em casa, subindo seus muros, blindando seus carros, evitando estranhos e até se armando, sem que qualquer uma dessas medidas tivesse tornado as cidades mais seguras.

Nesse cenário, as armas de fogo foram escolhidas como foco da campanha porque simbolizavam uma postura individual – a busca pela autoproteção –, em vez da construção coletiva de soluções para o problema e, ao mesmo tempo, eram o vetor da violência: mais de 90% das mortes eram causadas por este tipo de artefato, cuja compra e utilização eram pouco controladas e, em certos grupos, bastante valorizadas.

“Seu namorado anda armado? Então capriche na roupa quando sair com ele” – ao lado desta mensagem, havia a foto de um colete à prova de balas.

“Recebeu flores por ter reagido a um assalto” – ao lado, aparecia a foto de um caixão coberto de flores.

Estes foram alguns dos materiais criados pela dupla de publicitários Drausio Gragnani e Márcio Ribas para atingir os objetivos da Campanha Sou da Paz: mudar comportamentos individuais, estimulando as pessoas a não adotarem mais atitudes violentas, e convencer as pessoas de que elas não deveriam ter uma arma, pois esta não tem nada de positivo, glamoroso ou protetor.

Humor, mensagens positivas e um tom construtivo, sem apelações, marcaram toda a Campanha Sou da Paz. “A gente sabia o que não queria: nada com



NOVAS DATAS DE RECOLHIMENTO D



NOVAS DATAS DE RECOLHIMENTO D



sangue, nada que valorizasse a violência, que deixasse a sociedade acuada”, lembra o diretor do Sou da Paz, Denis Mizne. Para os estudantes, isso era contraproducente: se as pessoas já estavam preocupadas, o foco não deveria ser o medo, mas sim como trabalhar para resolver a insegurança. Por isso, optou-se pela cor branca, o símbolo feito com as mãos, convocando as pessoas a colocarem sua mão nessa causa, mensagens propositivas e agregadoras, que dão o tom de todo o trabalho do Sou da Paz até hoje.

Chamando a sociedade para aderir e também ser da paz, a intenção da Campanha era mudar a idéia de que o Estado sozinho é responsável pela segurança dos cidadãos. “A violência preocupa, comove e mobiliza as pessoas, mas geralmente se debita toda a conta do problema ao Estado, e ninguém se sente responsável nem pela sua causa, nem pela sua solução”, avalia Mariana Montoro Jens, ex-diretora que supervisionou por muitos anos os trabalhos de comunicação e mobilização do Sou da Paz. Por isso, a Campanha buscou difundir a idéia de que todo comportamento individual tem uma consequência no coletivo, e que é possível a sociedade fazer alguma coisa em vez de esperar todas as respostas dos governantes, o que não significa eximi-los de suas responsabilidades, mas mostrar que engajar os cidadãos na construção de um país mais seguro é um passo importante para alcançar as mudanças desejadas – como se verá nos próximos capítulos.







**Basta**  
Eu quero paz. 

**Capítulo 2**  
OS PRIMEIROS  
PASSOS DO  
INSTITUTO  
SOU DA PAZ



Depois da Campanha Sou da Paz era preciso avançar. Se, em 1997, os jovens tinham conseguido realizar uma grande mobilização e inserir um tema relevante na agenda nacional, isso não era suficiente nem para resolver o problema específico das armas de fogo, nem para enfrentar o complexo fenômeno da violência.

Para tirar as armas de circulação, era preciso fazer mais do que uma campanha de entrega: mudar a lei, fazer pressão no Congresso, estudar, monitorar o que estava acontecendo. E, para enfrentar a violência, era preciso entender o que gerava os conflitos resolvidos com armas. Quais questões estão por trás disso? Dá para trabalhar nas áreas mais afetadas pela violência? Dá para trabalhar com o público jovem? Com estas questões e considerando todas as articulações feitas e as alianças que poderiam ser construídas, o grupo<sup>2</sup> percebeu que o foco e as estratégias de atuação precisavam ser ampliados. “Nesse momento, pensamos: porque a gente não cria uma ONG, a Fundação Sou da Paz?”, lembra Denis. O projeto da Associação (e não Fundação, pois Fundação significa uma organização em torno de recursos) Sou da Paz foi escrito a cinco mãos<sup>2</sup>, em 1998, e foi inscrito no concurso da Fenead, a Fe-

<sup>2</sup> O grupo que montou o projeto da Fundação Sou da Paz era composto pelos estudantes Andrea Mustafa, Denis Mizne, Érika Yamada, Felipe Paes Barretto, Flavia Goulart e Tayra Lima dos Santos.



deração Nacional dos Estudantes de Administração, que premiaria iniciativas de estudantes na área social. O Sou da Paz ficou entre os finalistas, mas não levou os R\$ 20 mil de prêmio.

“Pensavam que se a gente tinha conseguido mobilizar tanta gente com a campanha, não precisava de dinheiro”, conta Denis.

Os estudantes não conseguiram o financiamento, mas o projeto serviu para dar as bases ao que viria a ser o Instituto Sou da Paz, finalmente fundado em janeiro de 1999. Naquele ano, o funcionamento do Sou da Paz ainda era semelhante ao do período da Campanha: todos eram voluntários e todo o trabalho realizado não tinha remunerações: de palestras em escolas a novas campanhas de recolhimento de armas, desta vez na periferia de São Paulo. Em agosto, graças à contribuição de uma voluntária, o grupo passou a ter uma sede. Então, em 2000, o trabalho se fortaleceu.

Em julho de 2000, o Sou da Paz fez

sua primeira aparição pública como um Instituto. Foi nesse mês que aconteceu o *Basta! Eu quero paz*, uma grande mobilização nacional, que aconteceu simultaneamente em 15 estados brasileiros, chamando a atenção para o problema da violência e apontando algumas medidas que deveriam ser adotadas pelo poder público – como controle de armas, reformas das polícias e investimento na juventude. No dia 7 de julho, as pessoas deveriam vestir branco e, à noite, acender uma vela.

Em São Paulo, a mobilização foi coordenada pelo Instituto Sou da Paz e seu ponto alto foi na Praça da Sé, centro da cidade. Os paulistanos vestiram-se de branco e levaram fotos de parentes e amigos vítimas da violência para a manifestação. Motoristas e cobradores dos ônibus da cidade trabalharam de uniforme branco e a Polícia Militar também aderiu ao movimento, pendurando bandeiras brancas nas viaturas. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) estendeu uma faixa branca de 90 metros em sua fa-



## Movimento “Basta!” quer propor ao Paraguai proibição de venda de arma

FERNANDA DA ESCÓSSIA  
DA SUCURSAL DO RIO

O movimento “Basta! Eu Quero Paz” quer criar uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

A idéia será levada hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem audiência prevista às 16h com representantes do movimento em todo o país. Amanhã, a audiência será com o ministro José Gregori (Justiça).

As propostas se concentram em

três áreas: proibição de venda de armas, investimento na educação de jovens que não concluíram o ensino fundamental e mudanças efetivas nas polícias estaduais.

Coordenador do movimento Viva Rio e um dos idealizadores do “Basta!”, Rubem César Fernandes diz que o controle da venda de armas no Brasil “é um pantanal: você mete o pé e afunda”. Para ele, qualquer solução exige uma parceria com o Paraguai.

“As armas produzidas no Brasil são vendidas lá e revendidas novamente a brasileiros, voltando

sem controle para o mercado daqui”, afirma.

A comissão teria integrantes do governo, do Legislativo e da sociedade civil. Ficaria encarregada de negociar com representantes paraguaios o controle da venda de armas.

Fernandes também pedirá a FHC que, com o apoio da base governista no Senado, faça votar em regime de urgência o projeto de lei que proíbe a venda de armas e munições a civis no país. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

## Instituto Sou da Paz quer audiência com Covas

O representante do movimento Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Depois de receber o apoio de diversos grupos da sociedade civil, o Instituto Sou da Paz quer uma audiência com o governador de São Paulo, Antonio Carlos Roberto Covas, para discutir a criação de uma comissão para negociar com o governo do Paraguai a proibição de venda de armas a turistas brasileiros.

Tramanda, 10/07/2000

Folha de S. Paulo  
• 08/08/2000

chada. Na sede do então Banco Real, na Avenida Paulista, os funcionários soltaram 60 mil balões brancos ao meio-dia. Às 19h, o público da Praça da Sé se reuniu formando a imagem de uma imensa pomba da paz. Estavam presentes, além de todos os membros do Sou da Paz, líderes comunitários, representantes de diversas organizações da sociedade civil, estudantes,

policiais, familiares de vítimas e cidadãos comuns que decidiram se juntar à causa.

“Esse foi um momento muito importante, não só pela aparição do Sou da Paz, mas porque eu, o Denis e a Luciana (Guimarães, que viria a ser diretora de projetos do Instituto) decidimos que iríamos colocar o Sou da Paz

de pé”, lembra José Marcelo. A partir daí, o Instituto Sou da Paz começou a realizar parcerias, escrever, propor e implementar projetos. Além do desarmamento, voltou-se para projetos direcionados à juventude da periferia de São Paulo, escrevendo aos poucos as histórias das próximas páginas, que relatam a construção de uma nova visão sobre segurança pública.







## **Capítulo 3**

DO ROLO  
COMPRESSOR  
AO ESTATUTO DO  
DESARMAMENTO

# Em ato do Sou da Paz não chove...

Um depoimento sobre os dez anos de  
luta pelo desarmamento

“ERA UMA SEXTA-FEIRA, DE UMA SEMANA NO FINAL DE OUTUBRO DE 2003. SONHANDO COM O DIA CHEIO QUE TERIA E QUE AGUARDAVA COM MUITA ANSIEDADE, HÁ MAIS OU MENOS DUAS SEMANAS, ABRI A JANELA DO MEU QUARTO. ERAM SEIS DA MANHÃ E MEU CORAÇÃO COMEÇOU A PALPITAR, ABRI UM SORRISO E COMECEI A PULAR DE ALEGRIA. O CÉU ESTAVA AZUL, DAQUELES DE FILME.

Um céu azul? De filme? Na São Paulo da garoa? Desde segunda-feira, a cidade estava com seu tempo típico, meio nublado, garoando de vez em quando e, no Sou da Paz, preparávamos um ato importante, uma das etapas da luta pela aprovação do Estatuto do Desarmamento: acenderíamos 9.969 velas na Praça da Sé e... fazia sol!

Não sou mística. Aprendi que para conseguir mudanças você tem que trabalhar muito. Mas também aprendi, com alguém que sempre me dizia, que “em ato do Sou da Paz não chove!”

## Do Megafone ao Papel Do Papel para a Realidade

São dez anos sem chover em atos do Sou da Paz e dez anos de luta pelo desarmamento no Brasil: uma história visceral, que ensina muito sobre o nosso país, sobre o espírito de trabalho do Sou da Paz, construída com o suor de milhares de mãos, vivida intensamente e que para ser contada precisa de um megafone.



**Atenção, atenção, atenção!**

**“Passos Firmes pela Paz”**  
(Correio Braziliense, 7 de junho de 2003)

**“Sapatos Simbolizam Vítimas de Armas de Fogo”**  
(Metro News, 13 de julho de 2002)

**“9969 velas pela paz”**  
(O Estado de São Paulo, 25 de outubro de 2003)



Foram tantos acontecimentos, tantos capítulos nesta história, que as palavras parecem curtas para exprimir as emoções cotidianas, para mostrar cada peça tão importante da engrenagem que fez com que esse rolo compressor funcionasse.

Tudo começou mesmo com um rolo compressor na Praça da Sé, com a Campanha Sou da Paz, em 1997, que, entre muitas ações, realizou a primeira destruição pública de armas. Não bastava recolher as armas e fazer pressão nos governantes, era preciso tornar pública a mensagem, colocar a questão em debate para todos os brasileiros. Era necessária uma imagem que, como um dominó, contagiasse toda a sociedade. Assim foi feito, aprendido e caracterizou um “jeito Sou da Paz” de chamar a atenção de todos para pensar, refletir e participar.

Depois da Campanha, o Sou da Paz continuou firme com o controle das armas, aproveitando toda a sua capacidade de mobilização da sociedade para deixar o tema na mídia. Afinal, as mortes por armas de fogo continuavam subindo no país e, a despeito da primeira mudança na lei de controle de armas durante a Campanha, ainda era muito fácil comprar e vender uma arma no Brasil.

### Medidas concretas para controlar as armas de fogo

Com megafone na mão, o Instituto Sou da Paz foi outra vez à praça pública. Numa quarta-feira, 9 de julho de 2002, feriado na cidade de São Paulo, às 5 horas da manhã, lá estavam três pessoas e um caminhão-palco no Vale do Anhangabaú. Aos poucos, como não poderia deixar de ser, o céu foi se abrindo e chegando o sol, as barracas, as madeiras para uma fogueira onde seriam queimadas armas, os bombeiros (para apagar o fogo...), toda a equipe, apresentadores, grupos de música, parceiros, gente, gente, gente e os protagonistas de um ato solene: sapatos de vítimas da violência armada, coletados por muitos parceiros em bairros de São Paulo.

Em poucos minutos todos os sapatos foram colocados na direção do palco, em uma verdadeira Marcha Silenciosa, como se aquelas pessoas estivessem ali presentes, com suas famílias, para pedir que alguma coisa fosse feita. Num grande evento que marcou o primeiro Dia Internacional pelo Desarmamento (comemorado no mundo todo com atos públicos), o tema colocava-se novamente em debate, novos dados haviam sido divulgados e a provocação aos governantes estava feita.







Folha de S. Paulo  
• 10/07/2002



Jornal do Brasil  
• 10/07/2002



Correio Popular  
• 10/07/2002



A mídia e a opinião pública se sensibilizaram, mas ainda era preciso ir mais perto de quem faz a lei. Em junho de 2003, a Marcha Silenciosa chegou a Brasília, reforçada com a ajuda do Convive (Comitê Nacional das Vítimas da Violência): aquelas mesmas vítimas que um ano antes estavam em São Paulo agora “marchavam” na capital do país, pedindo uma nova lei de controle de armas. Enquanto as centenas de pares de sapatos ocupavam a frente do Congresso Nacional, o tema entrava de vez para a agenda política nacional.

No mês seguinte à Marcha, os parlamentares começaram as discussões para uma nova lei de controle de armas. As palavras saíam do megafone e ganhavam o papel. Árduas discussões foram acompanhadas vírgula por vírgula, palavra por palavra, exclamação por exclamação pelo Sou da Paz e outras organizações, que desde o começo se aglutinavam para formar uma verdadeira rede pelo desarmamento. No final deste processo nasceu o Estatuto do Desarmamento.

Iniciou-se, então, a pressão para que o Estatuto fosse: primeiro, colocado em votação; segundo, aprovado no Senado Federal; terceiro, aprovado na Câmara dos Deputados; quarto, aprovado novamente no Senado; e quinto, sancionado pelo presidente para passar a valer como lei. Um longo caminho, que percorremos lado a lado com deputados, senadores, inúmeros parceiros do Bra-



sil todo e, infelizmente, o “lobby das armas”, grupo de deputados e senadores que tiveram suas campanhas financiadas pela indústria de armas.

A primeira vitória aconteceu: o Estatuto foi aprovado sem mudanças no Senado Federal! Agosto, setembro, outubro passaram. O “lobby das armas” parecia estar ganhando força, pressionava e pedia mudanças em cada artigo, em cada vírgula, descaracterizando por completo o teor da lei, de controle e defesa da vida, privilegiando interesses econômicos. O impasse era forte e, por conta disso, os deputados não colocavam o Estatuto em votação.



Correio Braziliense  
• 05/06/2003





Mas a cadeia de mobilização – a rede que começava a se formar – foi mais forte e mostrou o poder do megafone. Em todo o Brasil começaram a pipocar manifestações: Marcha no Rio Grande do Sul e em Pernambuco; tema na novela das oito; 40 mil pessoas nas ruas de Copacabana.

E em São Paulo – num dia de céu azul de filme! – 9.969 velas foram acesas na Praça da Sé, simbolizando as 9.969 pessoas que morreram durante os três meses em que o Estatuto havia ficado parado por causa do impasse dos deputados. Chamamos mais de 120 voluntários, jovens de grêmios das escolas onde trabalhávamos, toda a equipe do Sou da Paz e fomos novamente para a praça pública, com isqueiros, copinhos e velas.

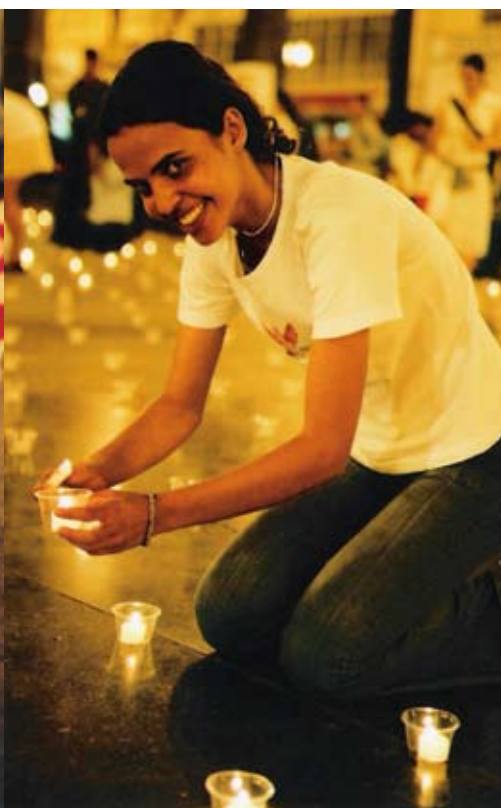


Jornal da Tarde  
• 25/10/2003



O Estado de São Paulo  
• 25/10/2003









### Do megafone para o papel

Como resultado de todo este processo e esforço coletivo, conseguimos mais uma vitória: a aprovação do Estatuto do Desarmamento na Câmara dos Deputados e sua sanção dois meses depois. Parecia inacreditável, mas era real: as palavras haviam passado do megafone para o papel.

A partir de então, iniciou-se uma emocionante corrente de mobilização, debates e enlances, que ecoa até hoje e faz surgir cada vez mais conquistas.

Primeiro veio a **Campanha de Entrega Voluntária de Armas**, que foi se ampliando à medida que a sociedade se envolvia. A equação “mais armas, menos vidas” foi debatida por milhares de pessoas em escolas, universidades, mesas de bar, nos grupos comunitários e associações. Foi a segunda maior campanha de recolhimento de armas do mundo, com mais de 450 mil armas entregues, graças a um esforço realmente coletivo. Cartilhas, palestras, bate-papos, oficinas, debates, entrevistas, *kit* sobre como montar postos de recolhimento de armas, pequenos atos de sensibilização, reuniões com grupos diversos, interface com as polícias, ações virtuais. Esse era o nosso trabalho: mobilizar a sociedade, fornecer os dados e argumentos e auxiliar na criação de mais postos de recolhimento. Enfim, arrancar as palavras do papel para que se tornassem realidade.

### A sociedade civil se fortalece

Foi um ano inteiro em meio a uma grande campanha, que se caracterizou pela intensa e efetiva participação da sociedade civil organizada de todos os estados do país. Primeiro suscitou-se o debate, depois foram montados postos de recolhimento e, por fim, criaram-se comitês locais pelo desarmamento. Estes núcleos foram fundamentais a campanha ganhar em abrangência e pluralidade. O Instituto Sou da Paz teve a honra de participar da formação de alguns destes comitês e ajudar estes novos parceiros, que há muito já trabalhavam pela cultura de paz em seus estados e que agora estavam prontos para atuar em prol do desarmamento e da campanha.

Em março de 2005, chamamos doze destes comitês para um encontro em que **foi criada a Rede Desarma Brasil**. Começava uma mobilização nacional para aprofundar a campanha e de preparação para o **primeiro referendo da história do país**, que, segundo o Estatuto do Desarmamento, deveria ser realizado no final do ano. Foi mais um ano de trabalho intenso, em meio a um processo político-eleitoral em que aprendemos muito sobre o Brasil, o poder das parcerias e a importância do debate qualificado sobre violência e segurança pública. Foi sem dúvida um dos momentos mais importantes do Instituto e que nos fez perceber que estamos no caminho certo, que temos



ainda muito a percorrer em direção a uma sociedade mais justa, democrática e de paz.





Os primeiros passos foram dados. A caminhada continua firme e as conquistas neste percurso nos enchem de orgulho e, acima de tudo, esperança. Hoje temos uma lei muito boa, que é exemplo para outros países na questão do controle de armas; temos menos armas em circulação e pessoas mais conscientes de que armas trazem mais perigo do que proteção; conseguimos salvar milhares de vidas<sup>3</sup> e, sobretudo, conquistamos uma sociedade civil mais organizada e unida em torno deste tema, trabalhando junto para buscar muitas outras vitórias.

Aqui termina minha história com a área de controle de armas do Instituto, mas o Sou da Paz, junto com todos os parceiros conquistados nestes dez anos de sol, continua trabalhando, muito, para ampliar o controle das armas no mundo e para que, aqui, não tirem as palavras do papel e que cada vez mais elas se tornem realidade, transformando a vida de todos os brasileiros.

**Acreditem: o megafone continua ligado.**

Beatriz Cruz é coordenadora da área de Culturas e Valores do Instituto Sou da Paz e coordenou o projeto Rede pelo Desarmamento

<sup>3</sup> Segundo estudo dos Ministérios da Saúde e da Justiça, divulgado em 2007, o número de homicídios por arma de fogo no Brasil caiu 12% entre 2003 e 2006.





# Segurança pública se faz com informação e união - O exemplo do Estatuto do Desarmamento

Os relatos da luta por um maior controle das armas que circulam no Brasil e da aprovação do Estatuto do Desarmamento ilustram a visão do Instituto Sou da Paz a respeito de como devem ser formuladas e colocadas em prática as políticas públicas de segurança. Apesar de a violência figurar entre as principais preocupações dos brasileiros, o debate sobre como enfrentar o problema emerge somente em consequência de alguma tragédia que tenha chocado a opinião pública e mobilizado a população para exigir dos governantes uma resposta rápida. Em meio a muita comoção e apelos que levam mais em conta argumentos emocionais do que dados concretos, os legisladores respondem com medidas que podem ser efetivas para tranquilizar a população, mas têm pouco efeito sobre os índices de criminalidade.

A violência choca, revolta e nos estimula a reagir. Entretanto, um problema grave como o da segurança pública no Brasil não deve ser lembrado apenas em momentos de crise, mas sim fazer parte da agenda cotidiana dos governantes, que devem se orientar por informações precisas para formular as propostas de ação nesta área. E, nesse processo, a sociedade deve participar ativamente, cobrando informações, procurando se envolver na construção das propostas e acompanhando os impactos das ações.

Desde que o crescimento da violência no Brasil começou a chamar a atenção dos estudiosos, a influência das armas de fogo nesse fenômeno ficou evidente. Em 1996, uma pesquisa da ONU revelou que o Brasil era o país onde mais se matava com arma de fogo em todo o mundo, superando nações em guerra. Todos os anos, mais de 36 mil brasileiros perdiam a vida por causa de uma arma de fogo; na maioria dos casos, em conflitos banais, entre pessoas que se conheciam e não tinham antecedentes criminais. O elevado número de armas em circulação – somado ao pouco controle sobre quem vendia, quem comprava e como elas eram utilizadas e a uma cultura que valoriza a arma como instrumento de poder e defesa – contribuía para essa tragédia cotidiana.

Foi com base nestas informações que passamos a defender o controle de armas como uma das medidas para conter a onda de violência que assolou o país. Além de conscientizar a população, como havíamos feito durante a Campanha Sou da Paz, era preciso trabalhar para que o governo modificasse as regras para compra, venda e utilização das armas. E como fazer isso? Nossa aposta sempre foi o trabalho em rede com outras organizações da sociedade civil e envolvendo o poder público. Basicamente, adotamos duas estratégias: mobilizamos a opinião



pública para que esta, munida de argumentos sólidos, também fizesse pressão; e, ao mesmo tempo, trabalhamos junto aos legisladores, levando informações para conscientizá-los sobre o problema e buscando construir conjuntamente propostas para enfrentá-lo.

Esse processo se intensificou a partir de 2002, quando a “marcha silenciosa de sapatos de vítimas” atraiu novamente os olhares da imprensa para o tema do desarmamento e abriu espaço para discussões. No ano seguinte, refizemos o ato, desta vez em Brasília, buscando fazer com que legisladores se posicionassem sobre o tema. Ao mesmo tempo em que as centenas de sapatos estampavam as capas dos principais jornais do país, nos aproximamos do Congresso, produzindo materiais com dados e argumentos para que seus integrantes estivessem mais apropriados do debate.

Quando o projeto que viria a ser o Estatuto do Desarmamento foi escrito em 2003, acompanhamos de perto o processo de elaboração e aprovação da lei, ao lado de organizações de Brasília e do Rio de Janeiro. No período em que o Estatuto ficou esperando aprovação na Câmara dos Deputados, o grupo de organizações envolvidas com o assunto cresceu, promovendo marchas em cidades como Recife e Londrina, além de Brasília e Rio de Janeiro.

Aprovada a lei, comemoramos a primeira vitória, mas continuamos trabalhando. Afinal, entendemos que também cabe à sociedade civil somar esforços com o poder público para que uma lei saia do papel e gere os resultados esperados, seja cobrando, monitorando, seja participando ativamente de sua implementação. Um exemplo é a campanha de entrega voluntária de armas, prevista no Estatuto do Desarmamento, que, graças ao apoio da sociedade civil, teve sua abrangência ampliada.

No início da campanha, somente os postos da Polícia Federal poderiam receber armas, o que limitava o alcance da iniciativa. O envolvimento de igrejas, associações de bairro, entidades comunitárias e guardas metropolitanos, atuando como postos de entrega de armas e estimulando as pessoas da comunidade a se engajarem, foi decisivo para que mais de 450 mil armas de fogo tenham sido tiradas de circulação. A primeira cidade onde aconteceu a campanha foi Diadema, e o Instituto Sou da Paz, juntamente com a Prefeitura, liderou este processo, articulando comunidade e poder público para instalação de postos de recolhimento em igrejas e capacitação de agentes públicos para que disseminassem o desarmamento junto à população. Esse modelo passou a ser replicado em ou-



tras cidades, com apoio do Sou da Paz e de organizações parceiras em outros estados, que passaram a fazer parte da Rede Desarma Brasil.

Mas não foi só na campanha de recolhimento de armas que atuamos para a implementação do Estatuto do Desarmamento. Temos acompanhado, ao lado de todos os membros da Rede Desarma Brasil, como estão sendo colocadas em prática outras medidas previstas na lei e continuamos trabalhando junto aos congressistas para que não deixem que o Estatuto seja enfraquecido – hoje, infelizmente, tramitam muitos projetos de lei flexibilizando as regras sobre o acesso e o porte de armas de fogo.

Entendemos que os **impactos do Estatuto do Desarmamento na queda dos homicídios no país, divulgados em pesquisas dos Ministérios da Saúde e da Justiça e em estudos da UNESCO, são um forte argumento para que não deixemos a lei ser modificada em razão dos interesses de alguns grupos.** Por isso, temos trabalhado para disseminar informações sobre a lei e, desde 2007, mantemos, com a Rede Desarma Brasil, o site *De Olho no Estatuto*<sup>4</sup>, que divulga notícias sobre a lei e reúne todos os dados a respeito de armas de fogo no Brasil. O site é mais uma prova do que acreditamos: segurança pública se faz com informação e união dos mais diversos setores. A própria Rede tem crescido e agregado um número cada vez maior de parceiros, que começam a incorporar a questão do controle de armas em sua atuação e passam a ser referência no assunto em cada uma das regiões do Brasil.

Em 2008, estas organizações se preparam para, mais uma vez, trabalhar junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública para que seja implementada uma nova campanha de recolhimento de armas. Estaremos envolvidos em todas as etapas da campanha e não pouparemos esforços para tirar de circulação o maior número possível de armas de fogo. Com isso, vamos consolidando um modelo de trabalho participativo, que pode ser aplicado a outros temas e que gera resultados.

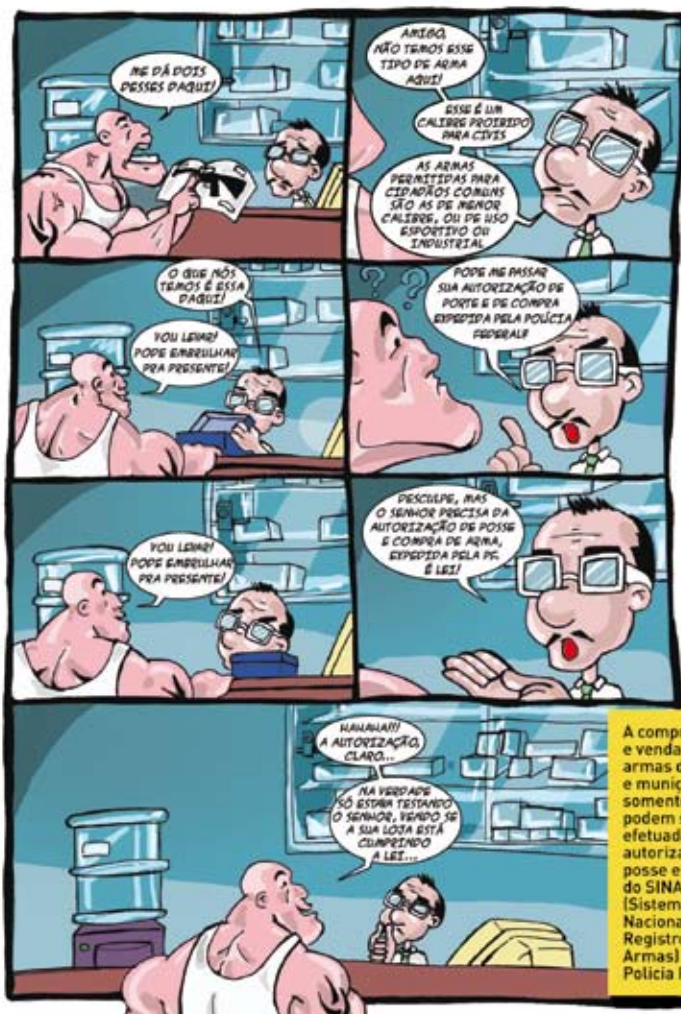


O Estado de São Paulo  
• 21/11/2007

<sup>4</sup> [www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)



## Para entender a lei...



## A autorização de compra e posse de uma arma de fogo



\* Para adquirir uma arma, segundo o Art. 4º do Estatuto do Desarmamento, a idade mínima é 25 anos. Depois de declarar efetiva necessidade, o interessado deve comprovar que não tem antecedentes criminais, que tem residência fixa; provar ocupação lícita; capacidade técnica e aptidão psicológica. Também não pode estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal.







**Capítulo 4**  
JOVENS  
EM AÇÃO



# A aposta na juventude



Quem nunca ouviu falar na palavra menisquência se surpreende ao descobrir que ela existe e, mais ainda, que possui vários significados: muito usada pelos jovens que moram na periferia de São Paulo, menisquência pode ser sinônimo de muitas coisas, dependendo de onde é falada. No Capão Redondo, quando alguém diz “pô, que menisquência”, quer dizer: “pô que legal!”. No Campo Limpo, “mano, tô na menisquência” equivale a “mano, tô duro, zerado!” Em alguns lugares,

essa gíria corresponde a uma coisa legal; em outros, é usada em caso de traição. No extremo norte da cidade, na Brasilândia, menisquência significa subversão: “fazer alguma coisa que não é comum, não é correto”, explica o morador Luiz Flavio de Lima, de 24 anos. Luiz costuma falar menos gírias do que o pessoal da sua idade e conta que usava pouco a expressão menisquência. Mas seu amigo Ivan falava nela o tempo todo, um dia falou três vezes! Por causa disso, quando começaram a pensar em um nome para a revista que sonhavam produzir – **uma revista para jovens, feita por jovens – menisquência pareceu a opção perfeita.**

Essa história aconteceu no final de 2001 e, desde então, **muita coisa mudou na vida de Luiz e Ivan**, mas eles continuam convivendo com a menisquência. O projeto da revista vingou e, no segundo semestre de 2007, eles comemoravam o lançamento do segundo número. *Menisquência!* é produzida por um grupo de jovens que pensam a pauta, redigem matérias, desenham histórias em quadrinhos, entrevistam, palpitam, diagramam e se esforçam para distribuí-la por toda a cidade. Luiz é o coordenador geral e acompanha de perto todas as etapas de produção. Ivan, que gosta mesmo é de desenhar, ilustra algumas histórias e dá oficinas de HQ (história em quadrinhos) e colorização digital, para que outros garotos mostrem seu talento na revista. Outros jovens se encarregam



de vendê-la perto de baladas, universidades e pontos estratégicos, como a Avenida Paulista.

Com a experiência que adquiriu planejando e concretizando um projeto de revista, Luiz às vezes é convidado para contar sua história, até mesmo fora do Brasil. Em 2007, esteve em Buenos Aires, falando da *Menisquência!* num encontro de jornais e revistas de rua, onde estavam também a brasileira Ocas e outras publicações sul-americanas. Em 2008, Luiz começou a dar uma consultoria para um grupo de jovens moradores do Grajaú, que querem montar uma revista, a *Zong*.

Nessa história de empreendedorismo, teimosia e certa dose de subversão, a *Menisquência!* tem um papel importante, mas não é o único personagem. Porque Luiz, Ivan e seus amigos não queriam só fazer uma revista: eles queriam montar um projeto social



no seu bairro, que oferecesse diversos cursos para os jovens da região. E eles conseguiram. Hoje, o Instituto Sala 5 oferece aulas de inglês e oficinas de artes plásticas, possui uma biblioteca aberta à comunidade, tem um grupo de teatro formado e ainda realiza, junto a outros parceiros, o evento Amostra Grátis, onde jovens apresentam suas produções culturais.

### A fome e a vontade de...

Para entender melhor a trajetória da Sala 5, da *Menisquência!* e do Luiz, é preciso conhecer mais dois aspectos dessa história que, quando se encontraram, geraram a sinergia necessária para concretizar seus sonhos – foi, como se diz popularmente, o encontro da fome com a vontade de comer. O primeiro é um espírito inquieto, empreendedor, que vem desde a adolescência. “Quando eu tinha uns 15 anos, decidi participar de um grupo de jovens na igreja, mas a gente discutia mais política do que religião. E como a gente queria uma experiência intensa, decidi criar uma chapa e concorrer para o grêmio da escola”, lembra Luiz. Ganharam as eleições e, no grêmio, montaram uma rádio, fizeram projetos de educação e meio ambiente.

No ano seguinte, já formados, os amigos Luiz e Ivan se inscreveram para participar de um projeto coordenado pelo Instituto Sou da Paz para

formar jovens empreendedores comunitários – o Cenafoco (Centro Nacional de Formação Comunitária)<sup>5</sup>. E é aí que entra o segundo elemento dessa história de fome e vontade de comer: uma ONG trabalhando para incentivar a participação juvenil. Com projetos es-



O Estado de São Paulo  
• 27/07/2001



<sup>5</sup> Entre 2001 e 2003, o Instituto Sou da Paz coordenou turmas do Cenafoco no Jardim Ângela, Capão Redondo, Heliópolis, Sapopemba, Jardim São Luís e Brasilândia.

pecíficos para jovens moradores das periferias de São Paulo, o Sou da Paz procurava estimulá-los a participar da vida comunitária e desenvolver ações de intervenção nos seus bairros, além de facilitar o acesso a diversas oportunidades que fortaleciam seus projetos de vida.

Cada turma do Cenafoco tinha duração de pouco mais de seis meses, mas, **quando o grupo do Ivan e do Luiz concluiu o seu projeto para o bairro – um gibi sobre meio ambiente e reciclagem, que unia desenho e linguagem jovem a uma temática social –, o pessoal do Sou da Paz manteve um olho neles.** E eles mantiveram o espírito empreendedor. Segundo Luiz, a idéia era trabalhar com um tema que gerasse resultados mais duradouros, como a educação. Pensaram em alfabetização de adultos, mas sabiam que não tinham a técnica, nem o conhecimento pedagógico necessários. Então tiveram o clique: “O Ivan sabia desenhar e eu sabia escrever, daí a gente pensou que podia ensinar isso para a molecada. E chamamos os alunos da nossa antiga escola para participar das aulas”. Foi assim que começou o projeto Sala 5, numa sala alugada em um prédio comercial do bairro – a sala...cinco.

Um tempo depois, o cartunista Laerte bateu na porta do Sou da Paz, querendo ajudar de alguma forma. O encontro entre ele, Luiz, Ivan e mais uns garotos do Capão Redondo foi logo



Folha de S. Paulo  
• 14/01/2002

marcado. Laerte queria ajudar os meninos a fazer alguma coisa, e um deles propôs que eles tivessem aula de desenho. Mas o cartunista retrucou: “eu estou aqui porque vocês já sabem desenhar.” Outro garoto do Capão sugeriu fazer uma exposição dos trabalhos do Laerte. Ele retrucou que não precisava, porque já tinha bastante visibilidade. E o Ivan teve mais um clique: “por que a gente não faz uma revista nossa com algum conteúdo seu?” O Laerte achou uma boa idéia e se dispôs a apoiar. “E sobrou para mim. É sempre

assim, eles têm a idéia e quem faz sou eu”, brinca Luiz.

Com o incentivo do Laerte, o sonho da revista começou a andar. Eles continuaram se encontrando para discutir formato e conteúdo da revista e montar alguns protótipos. “Ela tinha muita cara de fanzine”, conta Luiz. E entre um protótipo e outro, os garotos visitavam a sede do Sou da Paz, para trocar idéias e até fazer alguns trabalhos de ilustração.



## E o sonho vira negócio

Em 2004, quando o grupo O Rappa, junto com a ONG carioca Fase, abriu um edital para financiar iniciativas juvenis, a Sala 5 inscreveu o projeto de revista, e ganhou. Luiz, que trabalhava como locutor em um bingo, deixou o emprego e começou a se dedicar à idéia. Foi quando percebeu que não basta ter vontade e algum recurso para fazer um projeto andar: são necessários planejamento, organização e até uma identidade jurídica – um CNPJ, uma conta bancária, prestar contas, controlar o fluxo de caixa... E isso, Luiz foi aprendendo com o Sou da Paz. “A gente só tinha boa vontade. A Luciana Guimarães (ex-diretora do Sou da Paz) chamou a gente e disse que o Sou da Paz ia trabalhar na nossa capacitação, pra gente se organizar e não ser tão dependente. E a relação com o Sou da Paz, que era de mão dupla, passou a chamar consultoria: a gente começou a se reunir com a Melina, que na época coordenava a área financeira do Sou da Paz, e também tivemos muitas reuniões com a Mariana Montoro, que supervisionava a comunicação. Elas ficavam um tempão com a gente, definindo missão, visão. Fizemos praticamente um planejamento estratégico”, analisa Luiz.

Naquele mesmo ano de 2004, a Artemísia, ONG que vem apoiando projetos de empreendedorismo juvenil no mundo, procurou o Sou da Paz pedindo



indicações de jovens que poderiam participar de um programa de incentivo. O Luiz foi indicado, preencheu fichas, fez uma entrevista e recebeu a notícia: tinha sido aprovado para participar do seminário que reuniria jovens empreendedores de todo o país. “Chegando a Curitiba, descobri que cinco daqueles 25 jovens que estavam ali iriam ser apoiados. E eu falei: ‘Eu sou um desses cinco’. O pessoal deu risada, não acreditou. Mas eu fui o primeiro a ser financiado”, lembra.

Com esse apoio, Luiz conseguiu lançar a primeira edição da revista e começou a pensar em palavras como sustentabilidade e plano de negócio. **E o Sou da Paz continuou acompanhando o processo para que o Luiz fortalecesse seu trabalho e conseguisse manter a Sala 5 e a *Menisquência!* de pé.**

Olhando para trás, Luiz avalia que esse apoio fez diferença: “Eu me sinto muito honrado de ter a diretora do Sou

da Paz sentando com a gente e conversando sobre qualquer problema. Ou pensando junto sobre o futuro, orçamento, organizando a confusão. A relação que nós temos hoje com o Sou da Paz é uma relação de aprendizagem. Eu aprendi um pouco da dinâmica de como o Sou da Paz se relaciona com os parceiros. Hoje eu me vejo sentado com pessoas que tocam projetos importantes e que podem me ajudar de alguma forma”.

No início de 2008, Luiz passou no vestibular para cursar administração na PUC – e nos primeiros dias de aula, a *Menisquência!* já estava circulando entre os colegas de classe.





### Exceção?

Para quem se acostumou a ler nos jornais notícias e dados que mostram que os jovens das periferias são os maiores autores e vítimas da violência urbana, a história do Luiz soa como uma exceção à regra. Mas ela não é um caso isolado: **por toda a cidade, têm acontecido iniciativas de jovens que querem mudar suas comunidades e fazer da atuação social um projeto de vida.** “Hoje em dia, o esporte, a cultura e o envolvimento com o seu bairro têm mobilizado bastante a juventude. Tem um perfil diferente de liderança surgindo, menos vinculado à política partidária”, analisa o coordenador da área de adolescência e juventude do Sou da Paz, Marcus Góes. Oficinas de grafite, realização de eventos em praças públicas, estúdio de som para fomentar a produção local, revistas, sessões de cinema em distritos que não contam com salas de exibição são alguns dos projetos que os jovens têm buscado tirar do papel. “E para fazer isso acontecer, eles precisam conversar com a subprefeitura, com a polícia, com as escolas, fazer parcerias com comerciantes, trabalhar junto com as entidades locais”, aponta Marcus, destacando que, com isso, estão influenciando a atuação dessas outras pessoas ou instituições e contribuindo para a mobilização e o fortalecimento comunitários.

Na zona sul de São Paulo, o Sou da Paz tem acompanhado a atuação de alguns jovens, sobretudo na região do Jardim Ângela. Em junho de 2008, o **DJ Bola**, de 28 anos, que também participou do curso de empreendedores do Cenafoco, fez as malas para a África do Sul. Em um seminário mundial sobre prevenção da violência nas cidades, ele participou de um painel sobre a atuação dos jovens, relatando sua experiência na realização de festas, shows, oficinas de DJ e criação de um selo musical. Assim como Luiz, que durante um tempo teve que trabalhar em um bingo para se sustentar, Bola teve que conciliar suas ações na quebrada com a profissão de motoboy. Hoje, abandonou a motocicleta e quer ficar no terceiro setor – “Custe o que custar!”, afirma.

Desde o final de 2007, ele está se dedicando integralmente aos seus projetos: foi aprovado no programa de apoio a jovens da Artemísia, por onde recebe apoio financeiro e supervisão; teve um projeto aprovado no VAI<sup>6</sup>, o programa da Prefeitura de São Paulo que financia iniciativas culturais, e está concorrendo para receber uma formação em empreendedorismo da Universidade Anhembi Morumbi.

Também como Luiz, Bola já tentou na comunidade antes de conhecer o Sou da Paz: trabalhando em uma farmácia, juntou dinheiro para comprar um aparelho de som e começou a fazer



<sup>6</sup> VAI - Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais, da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo.



a trilha sonora de festas de aniversário e casamento, com o nome de Bola Produções. Em 2000, com o parceiro Negro Antão, realizou os primeiros eventos de hip hop em escolas, praças e parques públicos da região, e o negócio foi rebatizado de *A Banca*. Mas foi depois de passar pelo Cenfoco que o que era um trabalho paralelo, feito aos finais de semana, tornou-se seu projeto profissional. “Eu fui fazer o curso por causa da bolsa que era oferecida, mas acabei me apaixonando por todo o conteúdo. Aprendemos a escrever projeto, a buscar recursos, a gente se encontrava duas vezes por semana e discutia o que cada um queria fazer, e pra mim isso foi o começo de tudo”, lembra. O projeto que a turma do Bola implementou pelo Cenfoco consistiu na realização de oficinas culturais em uma escola pública do bairro. Com essa experiência, Bola foi contratado para dar oficinas de DJ e foi consolidando *A Banca* como uma produtora que continua realizando shows, festas, oficinas e outros eventos culturais.

### Festa de paz

Em 2007, uma das ações da *A Banca* foi a quermesse que aconteceu nos finais de semana de junho e julho, numa rua do bairro Alto do Riviera (distrito do Jardim Ângela). O grupo conseguiu envolver os moradores, que montaram barracas com comidas, bebidas e jogos, gerando, assim, uma renda complementar. A rua foi fechada dos dois lados e, para a entrada das pessoas, foi cobrada uma colaboração simbólica. Todo mundo que queria entrar na quermesse era revistado e a entrada com arma de fogo foi proibida pela organização. “Essa não é uma parte fácil, mas é uma das mais importantes: é a oportunidade de olhar no olho de colegas e desconhecidos, e perguntar qual é, para ele, a utilidade de uma arma”, conta Bola.

As festas da quermesse não tinham drogas, brigas nem mortes – cenário comum na periferia de São Paulo – e estavam sempre cheias de crianças brincando até tarde, com seus pais tranquilos. “Ainda não teve ninguém que conseguisse nos convencer e justificar sua entrada com uma arma”, diz Bola.





— Claudinho Miranda, de 30 anos, é outro morador do Jardim Ângela que viu seu projeto – fomentar a produção cultural da comunidade – se concretizar depois de ter passado por um projeto do Sou da Paz. Ele já tinha uma banda e, depois de fazer um curso de produção musical no Núcleo Multimídia do Espaço Criança Esperança, em 2004, se empolgou com a idéia de entrar nesse mercado, oferecendo um espaço para outras bandas gravarem seus CDs. “As bandas da região tinham muita dificuldade de gravar, porque praticamente não existe estúdio na região [da estrada] do M’Boi Mirim, só tem estúdios mais caseiros. Então pensei em montar um estúdio que oferecesse um serviço de qualidade com preço acessível”, conta.

Três anos depois, mais de 500 grupos já utilizaram o estúdio que Claudinho montou na laje de sua casa. E ele segue planejando novos serviços e ações. “Meu sonho é que as bandas daqui tenham uma atuação social, se vinculem ao terceiro setor”. Para estimular que isso aconteça, Claudinho montou seu plano: o estúdio já conta com uma biblioteca musical e um espaço para workshops e palestras, que ele pretende ver cada vez mais frequentados pela galera da zona sul.

## O foco na juventude

O trabalho com jovens moradores da periferia começou assim que o Sou da Paz se consolidou como Instituto. Naquele momento, por volta de 2000, este grupo figurava como a faixa etária que mais sofria com a violência, ora como vítima, ora como autora. E havia muitos debates sobre o que fazer. “De um lado, grupos ligados aos movimentos de juventude tinham certa resistência em discutir segurança, porque associavam à polícia, à repressão. E quem discutia segurança, mesmo com uma visão mais progressista, tinha dificuldade em se aproximar dos jovens”, analisa Luciana Guimarães, ex-diretora do Sou da Paz, que supervisionava os projetos de juventude.

Nesse contexto, o Instituto propôs algumas maneiras de atuação, sempre estimulando a participação dos jovens em seus bairros. “Ainda é muito difundida a idéia de investir em atividades de cultura e esporte para tirar os jovens das ruas, do crime, como se eles fossem potenciais criminosos. O nosso discurso sempre foi o de garantir direitos, inclusive o da segurança. Não fazemos um projeto para tirar o jovem do crime, mas sim porque ele tem potencialidades, porque tem direito e pode ser um sujeito ativo na sua comunidade. Além disso, a violência está mais atrelada a questões culturais, da forma como se resolvem conflitos e de como os jovens buscam firmar sua identidade, do que à criminalidade”, afirma Luciana.



Por isso, o Instituto Sou da Paz procura realizar projetos para incentivar a participação dos jovens em suas comunidades, fortalecer a atuação empreendedora e para que eles se tornem referências positivas em seus bairros. Esse trabalho teve início com o projeto Grêmio em Forma, que pretendia incentivar alunos de escolas públicas de regiões violentas a criarem grêmios e, com isso, experimentarem outras formas de participação e negociação dentro da escola – que, em alguns bairros da periferia, é o único espaço de convivência. Em cinco anos de atuação, o projeto conseguiu formar mais de 40 grêmios em diversas regiões da cidade, promovendo uma nova forma de os alunos se relacionarem. Mesmo deixando de atuar diretamente nas escolas, onde eram realizadas oficinas para grupos de até 30 alunos, o Sou da Paz continuou disseminando a metodologia do projeto, formando professores e diretores para que eles estimulem os jovens a participarem ativamente de um espaço que também é deles (saiba mais no capítulo 5).

Em 2001, o Instituto Sou da Paz passou a coordenar outros dois projetos: o Cenafoco e o Observatório de Direitos Humanos. O Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco) aconteceu simultaneamente em diversas capitais brasileiras, com a supervisão de diferentes ONGs. As turmas de formação de jovens agentes sociais em São Paulo reuniram moradores do Jardim



Ângela, Capão Redondo, Sapopemba, Brasilândia, Heliópolis e Jardim São Luis. Cada turma fazia um diagnóstico da comunidade, entendia as demandas da região e elaborava um projeto de intervenção. Até o final do projeto, em 2003, mais de 300 jovens se formaram e realizaram ações em seus bairros.

No **Observatório de Direitos Humanos**, os jovens discutiram a situação dos direitos humanos em seus bairros e produziram um jornal comunitário, o *Lupa*. Seu trabalho contribuiu para a elaboração dos Relatórios de Cidadania, que subsidiaram uma série de encontros com representantes do poder público sobre as demandas constatadas. Apesar das diferenças temáticas e metodológicas, os dois projetos tinham alguns pontos comuns: ofereciam bolsas aos jovens e eram realizados em parceria com associações comunitárias locais, muitas vezes utilizando os espaços das associações para os encontros dos grupos. “Com isso, os grupos juvenis podiam conhecer e se articular com outras lideranças da comunidade, passando a fazer parte de uma rede social mais ampla”, pontua o diretor Denis Mizne.





## Espaço aberto

Em 2003, a área de juventude do Sou da Paz assumiu um novo desafio: desenvolver um projeto de estímulo à participação de jovens em um espaço público e aberto, sem bolsa-auxílio nem apoio direto de nenhuma associação local. Com o Pólos da Paz, que previa a revitalização de duas praças públicas na periferia de São Paulo, a idéia era envolver os jovens em todo o processo de transformação de uma praça abandonada em um pólo de convivência – pensando desde o projeto de reforma até as atividades de esporte e cultura que deveriam acontecer naqueles espaços.

No primeiro ano do projeto, foi oferecida uma formação para grupos de jovens que moravam perto das praças – situadas no bairro do Alto do Riviera, Jardim Ângela, e no Parque Regina, distrito do Campo Limpo. Com isso, pretendia-se criar um grupo de gestores da praça. E assim foi: ao longo do projeto, os jovens passaram a assumir, cada vez mais, os cuidados com o espaço, reivindicar melhorias junto ao poder público e organizar atividades como festa de dia das mães, campeonatos esportivos e oficinas culturais. “O que a gente percebeu foi que não houve só um grupo por cada praça; os grupos foram se alternando dependendo da atividade e dos interesses no momento. Assim, enquanto alguns organizavam campeonatos de basquete, outros pensavam em como

fazer oficinas de mosaico e de grafite, e outros articulavam treinos de futebol para crianças e adolescentes”, lembra Marcus, que coordenou o projeto. Deste movimento, saíram idéias e iniciativas que estão em prática até hoje. No Parque Regina, por exemplo, um grupo de jovens que acompanharam o projeto está montando uma associação para fortalecer as atividades culturais e esportivas realizadas na praça.

## Assunto de homem

As estatísticas apontam que a violência atinge mais os jovens homens do que as mulheres nessa faixa etária, mas o Sou da Paz sempre buscou envolver os dois gêneros em seus projetos. Em alguns deles, ficou clara a baixa participação das meninas. “No Grêmio, no Cenafoco e no Observatório, a participação delas ainda era maior, porque estavam em espaços protegidos”, analisa a diretora Melina Risso. “Mas quando fomos para a praça pública, percebemos que os homens estavam muito mais presentes e se envolveram muito mais com as atividades propostas”.

Para entender melhor o que acontecia, qual a relação das jovens com os espaços públicos de lazer e cultura e como estimular sua participação, o Sou da Paz desenvolveu, ao longo de 2007, o [projeto Juventude, Gênero e Espaço Público](#). Na primeira fase, a equipe fez um diagnóstico a partir de relatos



de jovens sobre estas questões. Por meio de entrevistas e grupos focais, foi possível perceber alguns fatores que limitam a presença das mulheres no espaço público. A desigualdade na distribuição de tarefas domésticas, o papel de “cuidadora” das crianças (irmãos, sobrinhos, filhos) e o temor da gravidez precoce e da violência foram alguns dos elementos levantados. Outro ponto é a dificuldade de negociação com os rapazes no uso dos equipamentos, fazendo prevalecer a “lei do mais forte”; com mais tempo livre e impondo-se fisicamente, os meninos em geral dominam os espaços que não contam com mediadores ou regras de uso democráticas. A pesquisa também mostrou que as atividades voltadas especificamente para as mulheres são insuficientes e, em geral, reproduzem os estereótipos de gênero.

Um dos primeiros passos do Sou da Paz para ajudar a mudar esse fenômeno foi reunir jovens para discutir a questão de gênero em oficinas culturais de fotografia, fanzine e teatro. Além de expor as dificuldades das meninas, as discussões permitiram perceber que também não é fácil ser um homem jovem. Uma das participantes comentou: “sempre achei que eram os homens que saíam ganhando e as mulheres saíam perdendo neste mundo machista. Depois de toda esta discussão, fico pensando que os dois saem perdendo, porque o homem também tem que ficar provando que

é homem o tempo todo e por isso se mete em cada encrenca”.

O próximo passo do projeto, que começou em 2008, foi trabalhar junto a gestores de espaços públicos da periferia de São Paulo para inserir as discussões sobre gênero no seu dia-a-dia e pensar maneiras de levar as meninas de volta para o espaço público. “A presença das mulheres pode ser um indicador de que aquele é um espaço seguro, onde as diferenças convivem de forma saudável”, aponta Marcus, “e é isso que queremos estimular”.

### Perspectivas

Reverendo a história de uma das mais antigas áreas do Sou da Paz, é possível perceber os impactos deste trabalho – seja nas escolas, seja na história de vida de jovens empreendedores e até na relação das comunidades com suas praças – e também as perspectivas de atuação junto a esse público. Projetos e ações que aprofundem as discussões sobre gênero e sua relação com a violência, ações para mudar a relação entre polícia e juventude e um apoio aos grupos mobilizados para tornarem-se cada vez mais referências positivas em suas comunidades são alguns dos caminhos que o Sou da Paz deve trilhar.

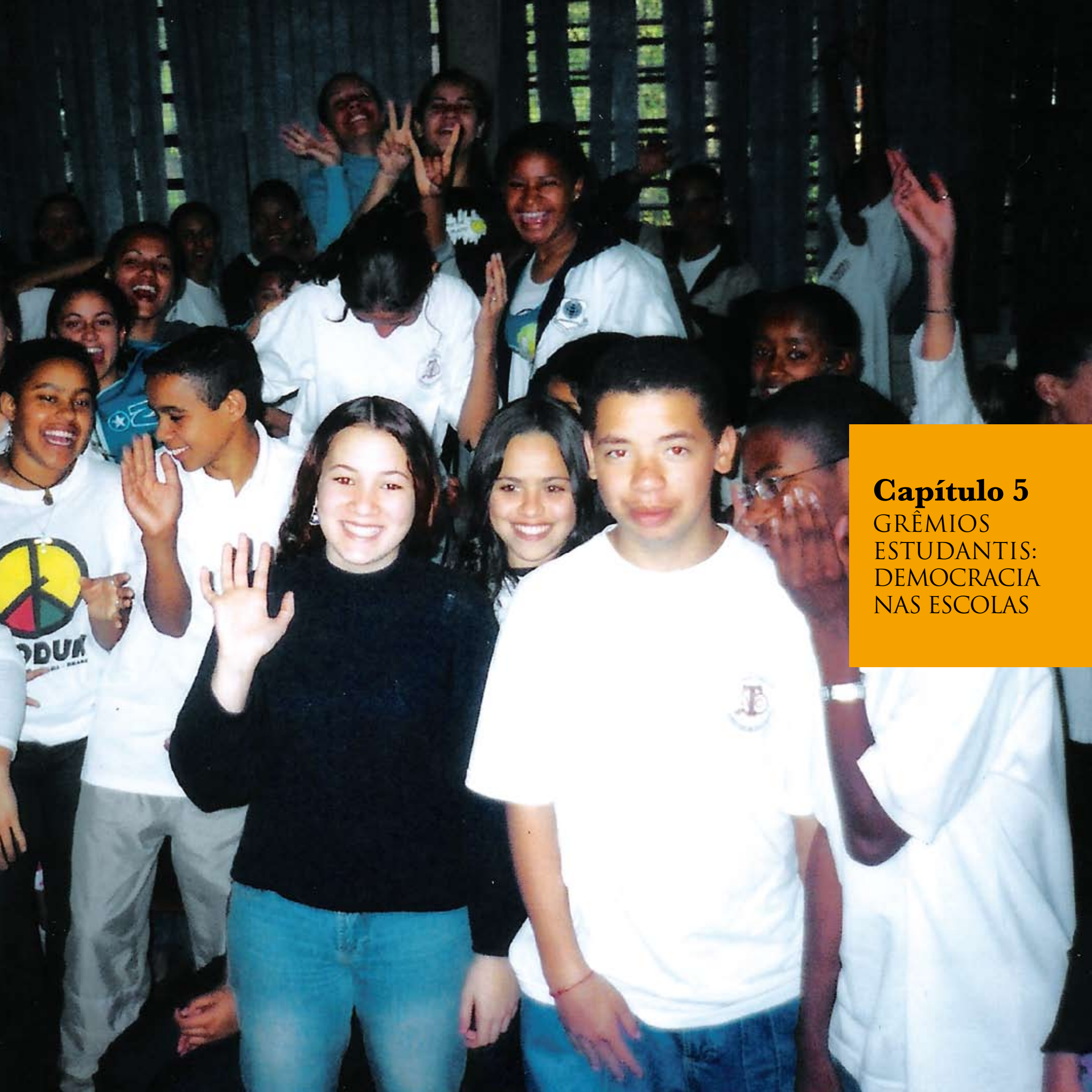












**Capítulo 5**  
GRÊMIOS  
ESTUDANTIS:  
DEMOCRACIA  
NAS ESCOLAS

# Passo a passo eu conquisto

Localizada no Morro do Índio, no Jardim Ângela, a Escola Estadual Pastor Cícero Canuto de Lima viveu um período de desânimo e desmobilização de professores e alunos. Com o assassinato de uma professora perto da escola, em 2000, e a saída do diretor no ano seguinte, um clima de pessimismo tomou conta do lugar. Mas, em 2002, um grupo de alunos da Pastor Cícero se mostrou disposto a mudar esta história e conseguiu mobilizar mais de 300 colegas para anunciar a criação de um grêmio estudantil e eleger um nome para ele. No mês seguinte, os alunos compareceram às urnas para definir a primeira gestão do “Grêmio Unidos por Acaso”. A chapa “União Jovem” venceu com 571 votos e muitas propostas para aumentar a participação e a integração dos estudantes.

Além de simbolizar o desejo de mudança por parte dos alunos e uma mobilização pouco usual naquela escola, a criação e a eleição do grêmio tiveram outro significado. Para a equipe do Sou da Paz que estava trabalhando na escola há alguns meses, a formação do grêmio concretizou um processo de trabalho que estava sendo desenvolvido pelo Instituto ali e em mais outras 11 escolas: estimular os alunos a assumir e criar grêmios estudantis, como espaços de representação dos estudantes e democratização das escolas.

A Pastor Cícero foi uma das escolas selecionadas para o Instituto Sou da Paz desenvolver o projeto Grêmio em Forma, que, entre 2001 e 2005, teve sua metodologia implementada em 43 escolas públicas da cidade de

São Paulo, a maioria na região sul, nos distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luis e Capão Redondo. O projeto foi concebido a partir de uma pesquisa que indicava ser fundamental a participação dos alunos na gestão das escolas para a construção de relações não-violentas nestas unidades. Segundo os dados levantados, os estudantes organizados, principalmente em grêmios, aprendem a reconhecer os conflitos existentes e a resolvê-los de forma democrática e pacífica, contrariando a lógica dominante de valorização do uso da força na solução de conflitos e acesso a direitos.

“Esta constatação, somada ao fato de as escolas serem um dos únicos equipamentos públicos nas regiões periféricas, faz delas um espaço estra-





técnico para formar lideranças e construir formas pacíficas de relação social e de promoção de cidadania”, explica a diretora de desenvolvimento institucional do Sou da Paz, Melina Risso.

Apostando na criação de espaços de diálogo entre alunos, professores e direção e visando direcionar o desejo de muitos estudantes de mudar a escola para uma postura pró-ativa, o Instituto Sou da Paz realizou uma experiência-piloto em 2001, em três escolas públicas do Jardim Ângela. Além de ministrar oficinas para os alunos, abordando temas como participação e cidadania, direitos humanos e violência e estratégias de mobilização, a equipe elaborou o *Caderno Grêmio em Forma*, que reúne informações para os alunos montarem um grêmio em sua escola, desde

as leis que garantem sua existência até os passos para formalizá-lo, incluindo sugestões de atividades.

### Pelas escolas

A metodologia desenvolvida passou então a ser disseminada em escolas públicas escolhidas por apresentarem altos índices de conflitos e depredação. A equipe do projeto Grêmio em Forma convidava os alunos para participarem de oficinas sobre a formação de grêmios e, em alguns casos, a lista com os interessados chegava a mais de 100 nomes. Ao final de uma seleção, em que a equipe procurava identificar jovens com perfil de liderança, o grupo era formado por 30 alunos, que participavam de oficinas conduzidas por uma dupla de educado-

res do Sou da Paz. Em 2005, quando o projeto já havia passado por inúmeras escolas da zona sul, o número de interessados em freqüentar as oficinas nas escolas da região chegava a 250.

Fernando “Silverstom” Santos e Thales Alves formavam a dupla de educadores da escola Pastor Cícero. Para Thales, o começo não foi fácil: a diretora era muito nova na escola, os alunos tinham repulsa por aquele espaço e havia preconceito contra os alunos do período noturno. “Aos poucos, os participantes das oficinas foram percebendo a necessidade de ter espaços de discussão e construção de projetos coletivos dentro da escola”, lembra. Reconhecido por lei como o órgão de representação dos alunos, o grêmio pode ser este espaço de participação, diálogo e construção,



que expressa as reivindicações e materializa os desejos dos alunos. Nesse sentido, possibilita aos estudantes uma experiência de associativismo e cidadania e faz com que eles usem outras referências de negociação. Mara Vieira Santos, aluna da Escola Estadual Margarida Maria Alves, que participou das oficinas do projeto, atestou: “as oficinas me ensinaram a conversar com as pessoas, debater idéias e não sair por aí brigando”.

Por meio da negociação e da construção coletiva, os grêmios obtêm conquistas importantes para as escolas: som no intervalo, campeonatos, festas, palestras e até melhorias no espaço físico. Na Escola Estadual Luiz Gonzaga Pinto e Silva, a diretora Maria Beatriz de Castro relata com entusiasmo como uma medida aparentemente simples, o som no intervalo, trouxe melhorias na convivência. “O grêmio conseguiu muita coisa, e uma delas foi colocar som no intervalo, considerando todos os gostos musicais. Isso serviu para que os roqueiros e os forrozeiros aprendessem a negociar seus interesses e se respeitar”, conta.

### O projeto cresce

O projeto Grêmio em Forma foi ampliando sua atuação a cada ano. Em 2002, a equipe trabalhou em 12 escolas da zona sul e, no final do ano seguinte, já contabilizava 21 escolas.

Em 2004, a equipe passou a trabalhar também na região leste da cidade, onde incentivou a criação de 12 grêmios. A experiência do trabalho apontava novos desafios para a equipe: garantir o fortalecimento dos grêmios criados e a sustentabilidade do projeto como proposta de política pública.

Para apoiar e fortalecer os grêmios criados, o Sou da Paz usou diversas estratégias. Junto às escolas da zona sul, a equipe realizou encontros de assessoria e também ajudou a criar o Fórum de Grêmios da Zona Sul, promovendo reuniões entre todos os gremistas, em que eles podiam trocar experiências, tirar dúvidas e pensar ações conjuntas, como a “1ª Copa Intergrêmios de Futebol de Salão Masculino – Pela União das Escolas Públicas da Zona Sul”. Aproveitando as possibilidades de mobilização e integração na Internet, também se estimulou a criação de diversas comunidades virtuais na rede Orkut. A comunidade do projeto Grêmio Forma conta com cerca de 100 participantes e alguns dos grêmios têm sua própria comunidade na rede.

### De projeto a política

Pensando em como o projeto poderia ser referência para uma política pública, a equipe desenvolveu algumas estratégias. “Nossa intenção não era continuar com uma equipe de educadores cada vez maior, realizando oficinas

em cada vez mais escolas. Era preciso dar mais um passo”, analisa Melina. Por isso, a equipe sistematizou a metodologia de assessoria à formação de grêmios, produzindo o Guia Grêmio em Forma, material que pode ser utilizado por qualquer educador que queira conduzir oficinas seguindo a metodologia do projeto. Ao mesmo tempo, foram capacitados professores e diretores de





escolas públicas das regiões sul, norte e leste da cidade de São Paulo, para que eles se tornassem multiplicadores da metodologia e realizassem oficinas de formação de grêmios em suas escolas.

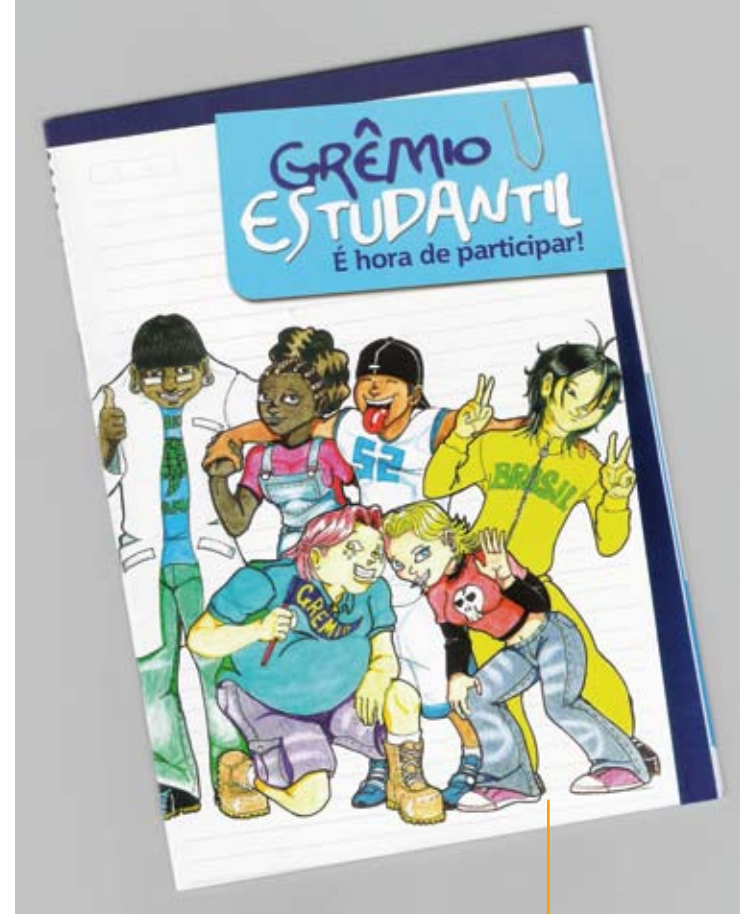
Foi o que aconteceu na escola estadual Sérgio da Costa, na zona norte: depois de participar da formação, a diretora realizou oficinas para estudantes e o grêmio foi criado. O professor Fabiano Santana, que também frequentou o curso, levou a metodologia para todas as escolas da zona sul por onde passou. Em uma delas, ele chegou a realizar oficinas aos sábados, que resultaram na formação de chapas para disputar a gestão do grêmio. “Não dá pra ficar esperando que alguém venha de fora e faça. O Sou da Paz não vai poder fazer isso pra sempre, e a gente pode se mobilizar e promover mudanças”, defende Fabiano. Mesmo nas escolas em que os professores não conseguiram realizar todas as oficinas, os materiais do projeto são utilizados como referência. Na zona leste, não são só as diretoras das escolas que consultam o material para tirar dúvidas dos estudantes: na Oficina Pedagógica, órgão da Diretoria de Ensino responsável por 89 escolas da região, a equipe dissemina o *Caderno Grêmio em Forma* para tirar dúvidas de professores e diretores e apoiar os gremistas.

Quando o projeto Grêmio em Forma foi encerrado, no final de 2005, contabilizavam-se 43 grêmios formados, um

Fórum de grêmios montado e a disseminação da metodologia para outras escolas, que passaram a buscar o Sou da Paz como uma referência no tema – para se ter uma idéia, o *Caderno Grêmio em Forma* é o material com o maior número de *downloads* no site do Sou da Paz.

### Impactos

Além de se mostrar uma ferramenta eficaz na criação de canais para resolução pacífica de conflitos dentro da escola, a experiência de formação de grêmios estimulou os jovens a construir seus projetos de vida, pautados por outros valores, expectativas e formas de participação na comunidade. Segundo os resultados apurados na avaliação do projeto<sup>7</sup>, os alunos participantes tinham adquirido mais autoestima, com 78,6% deles afirmando estar mais preparados para encarar desafios e realizar antigos sonhos. Vanessa Rosa, que participou da gestão do grêmio da Escola Estadual José Lins do Rego, decidiu cursar Ciências Sociais por causa de sua experiência como gremista e, na PUC de Campinas, se envolveu por um tempo com o movimento estudantil. Alex Sandro Lima, considerado um aluno “problemático” na Escola Porphyrio da Paz e escolhido para fazer as oficinas do Grêmio por ter um evidente potencial de liderança, acabou se tornando educador do projeto e atua em projetos comunitários no Jardim Ângela.



Os princípios do projeto também se consolidaram em várias escolas, mesmo após a saída do Sou da Paz. Em 2007, ao voltar às escolas para criar uma rede de gremistas e identificar as dificuldades dos estudantes em relação à gestão, o Sou da Paz constatou que, das 38 escolas que participaram do diagnóstico, 21 contavam com grêmios ativos. Som no intervalo, campeonatos, abaixo-assinado para reforma de quadra e até uma manifestação para impedir a redução dos cursos oferecidos por uma escola foram algumas das conquistas relatadas pelos alunos. Eles também contaram que as principais dificuldades enfrentadas decorrem de muitas dúvidas sobre o papel do grêmio, direitos e obrigações. Levando em conta estes pontos, o Sou da Paz elaborou mais um material de apoio aos gremistas, a cartilha *É hora de participar!*, que pode auxiliá-los a planejar e fazer a gestão dos grêmios.

<sup>7</sup> A avaliação foi realizada pelo Instituto Fonte, em 2002.

### Quero mais

Paralelamente a este trabalho, a metodologia Grêmio em Forma continua sendo disseminada. Em 2006, o Sou da Paz foi procurado pela Guarda Municipal e pela Secretaria de Educação de Varginha (MG), que pretendia formar os guardas da cidade para que estes estimulassem a criação de grêmios nas escolas, numa ação que foi apoiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Assim, uma equipe do Sou da Paz esteve na cidade, no início de 2007, onde capacitou 45 profissionais, entre guardas municipais e professores de escolas públicas da cidade. Ao longo do ano, eles ministraram oficinas nas escolas, utilizando os materiais do projeto Grêmio em Forma, e, no final de 2007, Varginha contava com 15 grêmios formados. “É um número de vitória considerando todo o processo de indiferença política que os adolescentes vêm vivendo”, avalia Priscilla Bibiano, coordenadora de educação não-formal de Varginha. E ela completa: “depois dessa formação, ficamos com gostinho de quero mais”. No primeiro semestre de 2008, o Instituto Sou da Paz voltou à cidade para uma nova capacitação, visando fortalecer a atuação destes grêmios.







# Pensar a possibilidade da mudança: a participação estudantil

Eu me queixo, tu te queixas, nós nos queixamos.... e nada muda.

Esta parece ser a tônica de muitas instituições brasileiras, inclusive de muitas escolas, cercadas de queixas que se repetem ano após ano, criando uma sensação de que nada pode ser feito para romper estruturas burocráticas, injustas e ineficientes. Quando pensamos na política, pensamos na justiça, pensamos na educação; este clima, muitas vezes, é o que constitui o paradigma da relação entre os cidadãos e as instituições.

Como mudar, como melhorar, como humanizar, como tornar mais dignas e democráticas as instituições?

Longe de querer apresentar, nesta pequena reflexão, uma receita ou sequer um guia para a ação, é possível pensar em mudanças de atitudes que podem levar a mudanças mais substantivas do nosso cotidiano, cotidiano este que nos coloca durante toda a vida em relação com as instituições. É imprescindível sofrê-las ou é possível vivê-las com liberdade e alegria?

Pensando nas escolas, há muitas (não todas!) em que se convive com a burocracia, com a injustiça... Há escolas em que o silêncio parece imperar nas relações (estas são aquelas onde se percebe, assim que se entra, que há um ruído infernal, barulho e gritos), onde as pessoas não conseguem se falar, ninguém conhece ninguém. Nessas escolas é difícil trabalhar; o cansaço e o desânimo prevalecem. Como viver em um lugar onde, por se desconhecermos, as pessoas se temem? O que fazer naquelas horas – horas que poderiam ser preenchidas pelo prazer das descobertas, pelo prazer do conhecimento e do crescimento – que se diluem umas após as outras sem sentido? Tédio, mal-estar, irritação: indisciplina e violência. Como mudar? O que fazer?

Se não há receitas ou guias para uma ação, há algo que pode ser feito. Cabe aos adultos, em parceria com os jovens estudantes, criar pontes de diálogo. Uma destas pontes, de diálogo e ação, é a instituição dos grêmios. Voz, demandas e propostas começam a substituir as queixas, os ruídos, o mal-estar. O que você quer de nós? O que nós queremos de vocês? Assim começam os diálogos – a partir desta ponte construída entre adultos e jovens estudantes –, que continuam com “o que podemos fazer juntos”, o que nós/ vocês podemos fazer.

Há oposição? Com certeza. Esse caminho, que parece fluir tão facilmente na escrita, na dócil página, não é um caminho fácil. Não há apenas oposição por parte dos adultos (cansados, descrentes), mas, e talvez principalmente, por parte dos jovens, dos colegas: para que perder tempo com esta “bobagem” do “bem comum”, se o que importa é consumir, é aproveitar para se divertir, se distrair?







Não somos ingênuos; sabemos que a vontade de mudar, a vontade de participar, de correr o risco e arcar com o ônus (dá trabalho) de um cotidiano diferente é uma exceção, algo que não faz parte dos códigos dominantes.

Por isso proponho que se pense naqueles e naquelas que participam, que cogitam criar “pontes”, mudar, como pessoas que resistem à lógica dominante, a qual se apóia exatamente na queixa infrutífera e recorrente e na inação. Pois é disso que se trata: quando se cria um grêmio que propõe diálogos, ações, intervenções para mudar o cotidiano institucional, está se propondo uma ação de resistência. Resiste-se à lógica de que “tudo sempre foi assim e assim será”. Resiste-se à lógica da nossa condição de sujeitos-objeto, como se fôssemos coisas inertes que não reagem, seres que se calam. Resiste-se, enfim, à lógica do prazer fácil, do domínio da preguiça, da distração que nos chama a cada instante para o consumo imediato e eternamente insatisfatório. São ações de resistência porque se opõem à lógica do grito, do murmúrio mal-humorado ou do soco e reivindicam o poder da palavra para mudar.

Bem-vindos aqueles e aquelas que se atrevem a fazer a diferença e participar. Estes são os que mudarão, em primeiro lugar, seus próprios destinos pessoais e, também, os que marcarão socialmente sua passagem pela vida.

Flávia Schilling é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e conselheira do Instituto Sou da Paz







## Capítulo 6

### PRAÇAS, ESPAÇOS DE PAZ



# A cidadania que se faz nas praças

Junho de 2005, manhã de sábado. Último jogo da primeira etapa de um campeonato adulto de futsal na Praça João Pais Malio organizado pelo pessoal que morava no entorno da praça. O clima da competição começava a ficar tenso. Naquele dia, Anderson estava na mesa, anotando as faltas e marcando o tempo. Acabou o jogo, e começou uma confusão. Os jogadores correram para reclamar com ele. “A chapa tinha esquentado”.

Aquela era a terceira semana de um campeonato que havia demorado para acontecer. Foi preciso que uma turma mais nova realizasse uma competição sub-15 para os marmanjos se animarem. Assim, numa terça-feira, representantes de 12 times adultos se reuniram na garagem de um dos jovens que morava no entorno da praça e, na semana seguinte, os jogos começaram. Todas as atividades de mesa, arbitragem, atualização da tabela, premiação, gestão do dinheiro das inscrições e definição das regras da competição eram realizadas pelo pessoal que cresceu jogando bola na praça. E as reuniões das terças-feiras se firmaram como um espaço pra debater pontos polêmicos e tomar decisões.

Mas agora *a chapa estava quente*. Lacunas no regulamento e alguns jogadores não inscritos eram os motivos da discórdia. Muitos culpavam os organizadores. O bate-boca foi esquentando, até que um dos moradores, o Márcio, to-

mou uma atitude. “Chega, na terça-feira todos os times vêm aqui, aí decidimos o que fazer”. O pessoal foi se dissipando, a confusão esfriou.

Na terça-feira 28 de junho, a reunião estava lotada. A polêmica teria de ser resolvida ali. Havia um impasse e um grande receio de que terminasse em confusão. Depois de muito debate, as opções foram colocadas no papel e os representantes das equipes deram o seu voto. Nem todo mundo saiu satisfeito, alguns times foram mesmo eliminados. No entanto, ninguém brigou e, na semana seguinte, aconteceu a final.

Quando esse episódio aconteceu, fazia **quase dois anos que um grupo do Instituto Sou da Paz promovia reuniões naquela praça**, nas noites de terça-feira. A reunião mostrava que era possível organizar eventos e tomar decisões em conjunto. Isso valeu não só para decidir sobre o campeonato de futsal, mas também para outras questões importantes, como a reforma da praça, que tinha acontecido um ano antes: todas as decisões sobre orçamento, compra de material e escolha do projeto arquitetônico foram tomadas ali, naquela mesma garagem.

Colaborou com este texto Ricardo Mello, ex-educador do projeto Pólos da Paz e atual coordenador do projeto Praças da Paz SulAmérica



## O começo da história

A atuação do Sou da Paz na Praça João Pais Malio, localizada no Parque Regina (bairro da zona sul de São Paulo), começou no meio de 2003, quando o Instituto passou a buscar praças na periferia da cidade para implementar o projeto Pólos da Paz, em parceria com o Instituto Camargo Corrêa. **A idéia central do projeto era promover a revitalização de espaços públicos, juntamente com os moradores (em especial os jovens)**, para que se tornassem espaços de convivência seguros e democráticos, geridos pela comunidade. O projeto previa o envolvimento dos moradores em todas as etapas, desde o planejamento e execução das reformas até a sua ocupação, decidindo e coordenando as atividades – como aconteceu com o campeonato de futsal.





Além do Parque Regina, o projeto foi implementado em uma praça no Alto do Riviera, bairro do distrito do Jardim Ângela, também na zona sul da cidade. Os critérios de escolha destes locais foram os mesmos: era preciso encontrar praças com uma estrutura mínima, com pelo menos uma quadra de esportes e que estivessem abandonadas. Tanto no Jardim Ângela quanto no Campo Limpo, as praças possuíam uma quadra e eram freqüentadas por alguns moradores que jogavam futebol, mas os outros equipamentos estavam deteriorados e não havia manutenção, como capinagem e limpeza.

Aldeir Oliveira Santos, o Bacalhau, que mora ao lado da Praça João Pais Malio, conta a história daquele espaço: “na década de 90, uma pessoa do bairro pegou leptospirose e isso chamou a atenção da gestão pública. Então, sem chamar a participação do povo, o governo construiu uma praça, ficou bonita até. Só que depois de dez anos estava tudo deteriorado”. Anderson Santos Souza (o mesmo que acompanhou o campeonato) completa: “a praça tinha uma quadra, alguns brinquedos obsoletos e tubos quebrados. Também tinha um problema sério que era a falta de um escadão de acesso à praça. Tinha

uma passagem com mato e tubulação precária, cheia de ratos que causavam doenças. As pessoas utilizavam esse trajeto para cortar caminho. Na época de chuva a situação piorava”.

Vizinho da praça do Alto do Riviera, Icaro Augusto da Silva conta que o espaço era “horível”. Segundo ele, “tinha mato, equipamentos quebrados e o pessoal só utilizava o espaço pra jogar futebol, mas a quadra era esburacada e as pessoas eram obrigadas a jogar descalças, para não estragar os tênis”.



### Transformando as relações

A revitalização daqueles espaços pretendia não só deixá-los mais adequados às necessidades dos moradores, mas também fazer com que a comunidade, ao participar desse processo, mudasse a relação com a praça, passando a planejar e executar sua ocupação e cobrar do poder público as melhorias para o lugar. “A situação das áreas de lazer nas grandes cidades é preocupante, principalmente nas periferias. Na maioria dos casos, estes espaços são abandonados pelo poder público, pela população e se deterioram. As pessoas deixam de ocupá-los e as decisões sobre como, quando e por quem eles serão utilizados ficam nas mãos de quem tem uma postura mais violenta”, comenta Marcus Góes, que coordenou o projeto Pólos da Paz.

Para Marcus, o projeto dialoga com prevenção da violência na medida em que a revitalização e a ocupação dos espaços acontecem de forma coletiva, e isso restabelece as relações de confiança e intensifica a convivência, gerando mais sensação de segurança. “O aumento da participação dos moradores nas atividades e o desenvolvimento de ações de interesse comum consolida a praça como um local que estimula a cultura, o esporte e o lazer”, explica. A praça torna-se “um local de aprendizado para a negociação de interesses coletivos e resolução dos conflitos pelo diálogo”, o que contribui para a diminuição da violência.

### As estratégias

Como o foco do projeto não é a simples revitalização de uma praça, mas sim a maneira como ela é feita – mobilizando a comunidade, fortalecendo grupos juvenis para desenvolver atividades no local, cobrando do poder público os cuidados necessários com o espaço – o projeto previu diversas estratégias, distribuídas ao longo dos seus três anos de duração: visitas a outros espaços públicos da Grande São Paulo, em busca de idéias para a reforma; realização de assembléias abertas para a construção do projeto arquitetônico; promoção, em conjunto com moradores, de atividades de ocupação e uso da praça, como campeonatos, torneios e *shows*, estimulando a presença da comunidade no espaço, entre outras atividades que aconteceram neste processo.

Ao mesmo tempo, a equipe formou e mobilizou grupos de jovens, todos moradores do entorno das praças, para atuarem como gestores daqueles espaços, planejando e promovendo atividades de esporte, cultura e lazer, tanto na praça quanto em outros equipamentos na comunidade. No Parque Regina, campeonatos esportivos promovidos pelos jovens passaram a fazer parte de agenda da praça. No Alto do Riviera, o grupo de gestores realizou desde festas para comemorar datas como o dia das mães, com apresentações de música e teatro, até oficinas de grafite e mosaico para outros jovens, que aconteceram em uma escola do bairro.

Ao possibilitar que os jovens experimentassem formas de gerir os espaços, aprendendo a planejar, captar recursos para os eventos, mobilizar a comunidade e construir parcerias, o projeto contribuiu para fortalecer algumas pessoas ou grupos que já vinham realizando atividades nas regiões. Francisco Herculano, o Quinho, já ministrava oficinas de grafite, mas, depois de participar da formação do Pólos e desenvolver algumas atividades na região do Alto do Riviera, se sentiu mais confiante para buscar parcerias. “Depois que eu participei do curso, eu aprendi a me soltar e confiar mais, pra poder colocar uma proposta minha para frente. Antes eu tinha certo receio de poder falar e rascunhar uma proposta de um evento de grafite lá para a comunidade. Esse curso ajudou bastante porque em algumas atividades a gente tinha que ir atrás dos comerciantes, e teve um apoio pra gente desenvolver as propostas antes de buscar as parcerias”, conta. Em 2007, Quinho teve um projeto de grafite apoiado pelo VAI, o programa da Secretaria Municipal de Cultura que apóia iniciativas culturais.



### Aproximação com o poder público

A articulação com o poder público, sobretudo as subprefeituras responsáveis por cada um dos distritos onde se localizam as praças, também foi se fortalecendo ao longo do projeto. Para realizar um dos campeonatos no Parque Regina, por exemplo, os jovens se reuniram com o supervisor de esportes da subprefeitura e solicitaram medalhas e troféus. Em outro momento, a comunidade se mobilizou e conseguiu que a subprefeitura construísse uma viela no espaço que ligava a praça a uma rua, onde se empilharam, por décadas, lixo e entulho. “Era terrível ver crianças brincando em meio ao esgoto que corria a céu aberto, ratos e baratas. Resolvemos cobrar do poder público um direito da comunidade. Íamos semanalmente à subprefeitura até que decidiram fazer a obra. O sofrimento de 30 anos acabou em um mês”, conta Márcio Bhering, jovem morador que também participou da formação promovida pelo Pólos da Paz.

As negociações do grupo do Parque Regina com o poder público também fizeram com que a Prefeitura de São Paulo incluísse a praça na agenda cultural da cidade, realizando naquele espaço algumas atividades da Virada Cultural, que aconteceu em maio de 2006.

A reforma das praças levou aproximadamente um ano, entre as assembleias comunitárias, o desenho do projeto arquitetônico e a execução das obras, que incluiu muitas atividades de

mutirão. Concluída a reforma, as praças passaram a contar com novos brinquedos para as crianças, quadras mais adequadas, um palco (no Riviera) e um espaço coberto (no Parque Regina) para apresentações e oficinas. A oferta de atividades nesses espaços e o público que os frequenta também se diversificaram. Com a articulação junto ao poder público, as praças passaram a ser mais bem cuidadas pelas subprefeituras.







### A comunidade assume o espaço

No segundo semestre de 2006, o Sou da Paz se preparou para concluir o projeto Pólos da Paz. “A idéia é que a gente acompanhe os jovens e os outros moradores por um tempo, mas que depois eles assumam o cuidado e a gestão do espaço”, afirma Marcus. Assim, a equipe procurou trabalhar junto aos jovens alguns pontos que eles deveriam investir para garantir que a praça continuasse sendo palco de tantas atividades, sempre planejadas por grupos da comunidade.

Atualmente, nas duas praças acontecem atividades de esporte e cultura, e os moradores assumiram sua parte na manutenção do espaço. No Parque Regina, os eventos são promovidos em parceria com o comércio local. “Eles fazem a divulgação do negócio deles na praça e em troca doam coisas para os eventos que fazemos, como faixas, barracas, alimentos e panfletos”, conta Bacalhau. Ali aconteceram campeonatos até de dominó e, no Natal de 2006, os moradores colocaram um som na praça e “a confraternização foi até 4h da manhã sem nenhuma confusão”, conta. No começo de 2008, a comunidade se reuniu para reformar o alambrado da quadra. A subprefeitura cedeu os materiais e os moradores fizeram o mutirão durante o final de semana.

No Alto do Riviera, a praça tem hoje um outro significado para os moradores. Bruno Santos da Conceição acompa-



nhou o Pólos da Paz e se envolveu bastante com a organização de eventos ali. Ele conta como está a praça e como ela é vista pelos moradores. “As pessoas vêem o espaço hoje como um lugar para o lazer e também como uma vitória. Elas viram que é preciso lutar por um espaço de lazer. Percebemos que se queremos algo temos que correr atrás”.



### Pela cidade, as Praças da Paz

Com o término do projeto Pólos da Paz, o Instituto Sou da Paz revisou a metodologia e partiu em busca de novos parceiros e locais para implementá-lo. “Esse é um projeto que contribui muito para articular e fortalecer a comunidade, podendo ser levado a outros locais tanto na cidade de São Paulo quanto em outras metrópoles”, analisa Denis Mizne, diretor do Sou da Paz.

Em julho de 2007, foi lançado o projeto Praças da Paz SulAmérica, com duração prevista de quatro anos e apoio da SulAmérica Seguros. Para começar este projeto – “que pode crescer para todo o país”, acredita Denis – foram escolhidas três praças, localizadas na Chácara Sonho Azul (bairro do Jardim Ângela), no Jardim Elisa Maria/Jardim Tereza (na Brasilândia) e na Vila Iolanda (distrito do Lajeado), contemplando as zonas sul, norte e leste de São Paulo. As três apresentam semelhanças: têm casas ao seu redor, possuem potencial para ser bem mais utilizadas e contam, pelo menos, com um grupo mobilizado, que a equipe procurou aproximar do projeto.

Na praça do Sonho Azul, por exemplo, quem costumava usar o espaço era o grupo do basquete, conta Márcio ‘Macarrão’ Teixeira, o educador do projeto na região. No Lajeado, o espaço era ocupado principalmente pelos homens, por causa do futebol, segundo a educadora Ana Claudia Caldas. E no Jardim Elisa





Maria, o Praças da Paz está acontecendo em uma grande área onde estão previstas a construção de uma escola, a canalização do córrego e a instalação de uma base de polícia comunitária. Isso porque o projeto se integra à Virada Social, conjunto de iniciativas dos governos estadual e municipal e de organizações sociais para contribuir para a prevenção da violência naquele local (leia mais no capítulo 8).

Em setembro de 2007, começaram as assembléias para discutir com os moradores e os arquitetos que dão consultoria ao projeto como seria a reforma de cada uma das praças. No Elisa Maria, o educador Jean Karlo Oliveira conta que um grupo de skatistas se juntou às pessoas que vinham se reunindo aos sábados para tratar do futuro da praça. Aos poucos, foram quebrando a resistência em relação ao skate e conseguiram incluir uma pista no projeto. Em uma das reuniões, até levaram um desenho que eles mesmos fizeram para mostrar o que seria uma pista ideal. “Um dos ob-

jetivos do projeto é justamente promover a diversidade do uso das praças. Fazer com que os skatistas, as crianças, a terceira idade, o pessoal do basquete convivam num mesmo espaço, a partir de regras de uso comuns, estabelecidas por todos”, comenta Ricardo Mello, coordenador do projeto

No Lajeado, a educadora Ana conta que a participação das mulheres nas reuniões para discutir a praça tem aumentado. “Os homens já estavam organizados por causa do futebol, mas as mulheres não usavam a praça. Na primeira assembléia, só os homens falaram e na última todo mundo falou. O padre participou, a mulherada falou. Elas estão tendo coragem de evidenciar os problemas e isso é um primeiro passo para ter diálogo, para que um dia a praça seja usada por eles e por elas”.

### Para atrair os jovens

Além de criar estes espaços de participação, o projeto realizou outra etapa

importante: oficinas culturais para jovens, sobre fanzine, fotografia e vídeo. Para Ricardo, as oficinas ajudam não só a discutir o projeto com os jovens e suas comunidades, “mas a inventar outras possibilidades de intervenção nos locais onde moram”. As oficinas eram gratuitas e aconteciam durante algumas semanas. No dia 15 de dezembro, cada grupo apresentou seu trabalho à comunidade. Na Chácara Sonho Azul, aconteceu o lançamento do primeiro número de um fanzine que trouxe entrevistas com um líder comunitário e matérias sobre a região, além de muitos desenhos e histórias produzidos pelos jovens que moram perto da praça. No Jardim Elisa Maria, onde ocorreram oficinas de vídeo em parceria com a associação local ABC Palmares, os jovens apresentaram um vídeo e, na Vila Iolanda, houve uma exposição das fotos.

“O fanzine tem potencial para se transformar num veículo de comunicação da comunidade, para expor idéias e debater temas do bairro. No Lajeado a





exposição de fotos que o grupo organizou traz um resgate histórico da comunidade, em especial do campinho, e serve para que as novas gerações possam sentir as transformações pelas quais o espaço passou e ainda pode passar. Na Brasilândia, o vídeo despertou o interesse de muitos jovens e há grandes chances de que outros grupos trabalhem com a linguagem audiovisual”, avalia Ricardo.

Em 2008, o grupo da Chácara Sonho Azul reformulou o fanzine que foi rebatizado de CPI (Comunidade Periférica Informada).

### A comunidade se fortalece

A equipe do projeto também tem se empenhado em estimular a participação dos moradores não só nas atividades na praça, mas também nos espaços de discussão das questões da comunidade, dialogando com outros moradores e o poder público. No Jardim Elisa Maria, por exemplo, o grupo que está

mobilizado em torno das praças passou a frequentar as reuniões do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) para tratar das questões do bairro e conhecer outras entidades que atuam na região. No Lajeado, um grupo que participa dos encontros do projeto também se envolveu com a criação de uma biblioteca comunitária ao lado da praça, que já está funcionando. Na Chácara Sonho Azul, a equipe e os jovens têm buscado se aproximar de outros espaços, como a escola vizinha da praça, para desenvolverem atividades em conjunto.

No final de 2007, o projeto comemorava o crescimento da participação dos moradores nas atividades da praça e do bairro. Em 2008, alguns dos jovens que estiveram nas oficinas culturais promovidas pelo Praças da Paz decidiram se inscrever no VAI e pleitear recursos para desenvolver seus próprios projetos na comunidade. “O fortalecimento desses grupos é fundamental para o fortalecimento comunitário e é uma marca forte no projeto. A gente acredita que isso tem uma grande relação com a

garantia de direitos, inclusive o direito à segurança”, conclui Ricardo.

E nessa história que vai sendo construída a muitas mãos, um grupo de pessoas tem se aproximado e contribuído de várias maneiras com as comunidades. **São os voluntários da SulAmérica, que visitam as praças, conhecem os moradores e participam de atividades nos eventos.** “A idéia é que eles se envolvam cada vez mais, compartilhando seus conhecimentos com os moradores e ajudando a realizar atividades nos espaços”, conta Denis.

A reforma das três praças acontecerá ao longo de 2008, e a previsão é que sejam inauguradas entre outubro e dezembro. Para marcar o início das obras, com a entrada de máquinas que limpam os terrenos, festas de pedra fundamental aconteceram nas três praças, com muitas bandas e atrações locais. Mais uma vez, os eventos foram organizados pela equipe do projeto e os moradores, consolidando uma nova relação com a praça.

# Um lugar de todos

A violência e a descrença na participação como forma de melhorar a qualidade de vida, têm contribuído enormemente para um esvaziamento dos espaços públicos. Em alguns bairros, apesar da convivência entre os moradores, as mobilizações em torno de conquistas coletivas são raras. Nos grandes centros urbanos, seus habitantes pouco se conhecem e quase não estabelecem contato com o poder público. O isolamento é uma das consequências principais deste processo.

Ao mesmo tempo, as intervenções do Estado nos espaços públicos não estimulam a participação da população e pouco pensam na sua ocupação no período pós-obra. Rapidamente, os espaços construídos ou reformados começam a se deteriorar, sofrendo com um duplo abandono: da comunidade que não se apropria do local e do poder público que, mergulhado em suas dificuldades, não se faz presente na necessária manutenção que estes locais demandam. Estes são alguns dos aspectos do contexto no qual se insere o projeto Praças da Paz e é em resposta a estas questões que a praça pública é escolhida como foco desta iniciativa. A praça é um espaço público por excelência; sem um responsável oficialmente designado para cuidar do seu uso, este equipamento carrega ao mesmo tempo o potencial para ser o lugar de ninguém e o lugar de todos. A metodologia deste projeto foi desenhada com o objetivo de trazer a praça para a pauta da vida dos moradores, estimulando o cuidado e o investimento coletivos. Promover a articulação e a mobilização da comunidade em busca de conquistas é um dos primeiros e principais desafios que se coloca para a equipe de educadores do Instituto Sou da Paz.

Para marcar o caráter participativo desse processo, nossa equipe se lança num fazer junto com a comunidade, em especial com os jovens e seu surpreendente ímpeto para inovar e ir para as ruas, para o público. Por meio de uma série de ações culturais e esportivas na praça, o sonho com um espaço seguro e de lazer para a comunidade começa a se transformar em realidade. Um coletivo de moradores começa a se constituir. Ao mesmo tempo, outros dispositivos de participação são lançados: visitas a outras praças em busca de novas idéias, conversas com arquitetos, assembléias comunitárias, construção da maquete, discussões sobre o orçamento. Num processo crescente, a potência da comunidade começa a mostrar resultados. Os moradores passam a acreditar na possibilidade da mudança e a articulação comunitária se apresenta como um caminho para a conquista de melhorias.

Além de facilitar a constituição de um coletivo de moradores, o projeto dispõe de recursos financeiros para a realização das ações na praça e para a sua reforma. Os moradores participam das decisões sobre o uso desses recursos e se envolvem na busca de outros apoios. Fortalecidos pelo contato com a sua própria potência e estimulados pela equipe do Instituto Sou da Paz, os moradores do entorno da praça procuram os gestores do poder público municipal em busca de parcerias para suas idéias. Um simples campeonato de futebol de salão, por exemplo, é uma oportu-







nidade para marcar uma reunião com o supervisor de esportes da subprefeitura. Para uma atividade cultural, o contato é com o supervisor de cultura. Equipamentos esportivos, equipamentos de som, arbitragem, limpeza do lixo e corte do mato. O supervisor de manutenção também será envolvido. Em pouco tempo, a máquina pública tem seu funcionamento desvendado. A subprefeitura se transforma em pessoas e os moradores aos poucos são contaminados pela idéia de que eles podem ser parceiros, estão ali para atendê-los e todos têm o direito de ser atendidos. Claro que essa não é uma tarefa simples. Trata-se de um processo que implica em romper com a lógica clientelista que ainda domina diversos setores do poder público. Fazer frente a esse movimento e estimular uma nova forma de parceria entre sociedade civil e Estado é um desafio constante.

O mesmo acontece para a reforma da praça. Desde o início do projeto, a relação com as subprefeituras é construída de modo a estimular o seu envolvimento por meio da prestação de serviços e de materiais para a obra. Assim, a articulação de parcerias se estende para diversos outros atores que variam de acordo com a região onde se encontra a praça e de acordo com os eventos que ocorrem ao longo do projeto. Enquanto num local uma escola surge como um parceiro importante, em outro pode ser o posto de saúde, comerciantes, associações de bairro, grupos culturais, equipes esportivas etc.

A reunião entre esses diversos atores possibilita a chegada de outros benefícios para a comunidade. Um novo jeito de estabelecer parcerias e de empreender ações coletivas se constitui como uma ferramenta. A sustentabilidade desta iniciativa está justamente no envolvimento e nas alianças que se formam. Com frequência somos surpreendidos por um posto de saúde que procura os jovens para realizar uma atividade na praça. Ou então, um grupo de jovens que após o fim do projeto, organiza um campeonato ou um show de música na praça.

São três anos de projeto. Gradativamente a comunidade passa a ocupar o centro da realização das ações. Gradativamente a praça se consolida como um ponto de encontro, de conversa, sonhos e projetos coletivos. Futebol, basquete, vôlei, caminhadas matinais, moças e rapazes, crianças e velhos, samba e hip-hop. Os diferentes interesses aparecem, os conflitos vêm à tona. Essas são excelentes oportunidades para os educadores, é a hora da mediação, é a hora da palavra entrar em cena. A chapa vai esquentar? Não, viva o debate! O diálogo potencializa a diversidade; e a diversidade faz marca. A praça é de todos, a idéia se propaga. Em torno de um propósito, um calendário se transforma em tradição. O dia das crianças, as quermesses, as festas de final de ano, treinos de futebol para a molecada e campeonatos. Todos querem estar na praça, querem estar na rua.

Marcus Góes coordenou o projeto Pólos da Paz e foi coordenador da área de juventude do Instituto Sou da Paz







## Capítulo 7

JARDIM  
ÂNGELA



# Jardim Ângela: virando o jogo

Novembro de 1996. “Jardim Ângela é campeão de crimes em SP”. Estampada num dos principais jornais do país, a manchete revelava o lado mais sombrio desse distrito da zona sul de São Paulo e que seria sua marca pelos próximos anos. Segundo a reportagem, a taxa anual de homicídios da região era de 108 mortes por 100 mil habitantes, “a mais alta conhecida no Brasil”. Para se ter uma idéia, no distrito de Moema, região nobre de São Paulo, essa taxa era de quatro para cada 100 mil habitantes.

A essa matéria seguiram-se muitas outras denunciando a violência no distrito. Em 2000, uma reportagem sobre os jovens que moravam ali tinha como título “Vivendo no inferno”. Naquele ano, as taxas de homicídio aumentaram para 115 por 100 mil habitantes. O número quase dobrava entre os homens de 15 a 25 anos: eram 206 vítimas para cada 100 mil habitantes. Entre 1997 e 2001, o Jardim Ângela contabilizou 1.123 vidas perdidas.

Cinco anos depois, o Jardim Ângela que aparecia nos jornais era outro. A manchete “Jardim Ângela vira exemplo contra o crime” trazia a boa nova: entre 1999 e 2004, o distrito conseguiu diminuir os homicídios em mais de 70%, superando a redução média observada em toda a cidade, de 40%. Quando a matéria foi publicada, fazia 50 dias que não acontecia nenhuma morte violenta no Jardim Ângela.

“Organizações ajudam a pacificar o Jd Ângela”, “Jd. Ângela não quer ser o campeão da violência”, “Periferia tem aula de liderança”, “Jd. Ângela dá a volta por cima”, “Ato pela paz reúne 6.500 no Jd. Ângela”, “Policimento comunitário tenta mudar Jardim Ângela”, “10 mil pessoas e um só pedido: paz no violento Jardim Ângela”.

Como explicar a rápida reversão de uma situação gravíssima? Uma pesquisa nos jornais indica algumas pistas. Por trás de cada manchete, estava a história de uma comunidade mobilizada, que somou esforços com o poder público, as forças policiais e organizações sociais, como o Sou da Paz, para reverter este quadro.



Diário do Comércio • 12/06/2005



Diário de S.P. • 25/11/2001



Jornal da Tarde • 10/06/2005



Jornal da Tarde • 10/06/2005



### A comunidade reage

O **padre Jaime** conta que, em 1996, quando a ONU concedeu ao Jardim Ângela o título de lugar mais violento do mundo, algumas organizações que atuavam ali começaram a discutir como superar o problema. A percepção era de que todo mundo estava levantando grades e portões, “mas quanto mais nos trancássemos, mais daríamos espaço para a violência”, lembra o padre. Surgiu a idéia de uma caminhada no dia de finados, que partiria de alguns pontos do Capão Redondo e do Jardim Ângela até o cemitério São Luis, o único da região. “Tivemos cerca de cinco mil pessoas na caminhada, mesmo com gente dizendo para não ir, que era perigoso”. Desde então, a Caminhada em Defesa da Vida e pela Paz é realizada todos os anos, agregando cada vez mais pessoas e reforçando que a vida de um jovem do Jardim Ângela “vale tanto quanto a de um jovem de classe média”.

O passo seguinte foi a criação do Fórum em Defesa da Vida, uma rede para criar ações de superação da violência e que congrega mais de 120 entidades, além de escolas, policiais e representantes do poder público. Nas reuniões do Fórum, discutiam-se as ações que poderiam ser desenvolvidas pela comunidade para enfrentar o problema, assim como o que deveria ser cobrado dos governantes.





A pressão do Fórum foi tão grande que, em 1998, foi inaugurada uma base de policiamento comunitário no Jardim Ângela, uma das primeiras da cidade de São Paulo. “Se desse certo ali, daria certo em qualquer outro lugar”, comenta o subtenente Davi Monteiro da Conceição, que durante anos comandou a base. Mais do que um posto de policiamento, a comunidade exigia uma nova atitude por parte dos policiais, substituindo uma história de abusos e extrema violência por uma relação de aproximação e confiança. Treinados sob a filosofia do policiamento comunitário, os policiais faziam eventos na base, davam palestras em escolas, compareciam a batizados e nunca faltavam às reuniões do Fórum em Defesa da Vida. Em pouco tempo, levantamentos informais apontavam queda de 40% nos crimes no entorno. Em fevereiro de 1999, foi instalada a segunda base do Jardim Ângela (hoje, são cinco), no bairro do Jardim Ranieri, que adotou as mesmas estratégias e até hoje desenvolve inúmeros projetos em parceria com os moradores.

Mas a atuação da polícia não seria suficiente para mudar o cenário. Paralelamente, muitas organizações envolvidas na articulação comunitária passaram a desenvolver projetos de prevenção à violência. Assim, foram criados a Casa Sofia para atender vítimas da violência doméstica, o RAC, projeto de reintegração de adolescentes em situação de risco, a Ucad, uma unidade para atender dependentes de drogas e álcool, entre outros.

### A atuação do Sou da Paz

O Sou da Paz, estruturado como Instituto e participando do Fórum em Defesa da Vida, começava a desenvolver projetos de intervenção e decidiu levar todas as suas iniciativas para o Jardim Ângela. Com isso, procurava contribuir com uma abordagem focada na prevenção da violência que valorizasse o envolvimento da comunidade, a formação e o fortalecimento de jovens lideranças, o estímulo à organização comunitária e a criação de alter-

nativas não-violentas para a solução de conflitos. “A gente percebia entre os jovens uma vontade de intervir na realidade, mas aliada a uma cultura de resolução dos conflitos e acesso aos direitos pelo uso da força, da violência”, comenta Luciana Guimarães, que até 2005 atuou como diretora de projetos do Sou da Paz.

A atuação do Sou da Paz no Jardim Ângela começou com o projeto Grêmio em Forma, que até 2004 aconteceu em 15 escolas do distrito e ainda levou a metodologia para outras regiões de São Paulo. Além de contribuir para criar canais de resolução pacífica de conflitos dentro do ambiente escolar, o Grêmio em Forma estimulou os jovens a construir seus projetos de vida, pautados por outros valores e formas de participação na comunidade (leia mais no capítulo 5).

Outros dois projetos, o Observatório de Direitos Humanos e o Cenafoco (Centro Nacional de Formação Comunitária) foram implementados no Jardim Ângela com o objetivo de fortalecer lideranças juvenis entre 18 e 24 anos. Os jovens eram formados para fazer um diagnóstico dos problemas que existiam em suas comunidades, observar as potencialidades e buscar soluções. No Observatório de Direitos Humanos, foram produzidos um jornal comunitário, o *Lupa*, e relatórios de cidadania, que foram apresentados e discutidos com o poder público.





No caso do Cenafofo, os participantes aprenderam como elaborar um projeto e receberam um microfinanciamento para implementar suas iniciativas. Mais do que os projetos executados (oficinas de *hip-hop*, feira cultural para valorizar a produção local, jornal e biblioteca comunitária, entre outros), esse processo ampliou a rede de jovens que passaram a se integrar às lideranças da região ou a criar novos focos de desenvolvimento comunitário. Marcelo Silva Rocha, o DJ Bola, já reali-

zava festas e *shows* antes de participar do Cenafofo. Depois do curso e de ter implementado um projeto de oficinas de *hip-hop*, ele passou a vislumbrar a possibilidade de profissionalizar sua atuação. “Eu me apaixonei pelo conteúdo de todo o curso, aprendi como se monta o projeto, como escreve, como capta recurso, e dali foi o começo de tudo, começou a abrir a minha mente e me dar noção do poder que eu tenho na mão, de que eu posso ganhar dinheiro com o que eu faço”, conta.





## Espaço Criança Esperança

Também em 2001, foi inaugurado o Espaço Criança Esperança do Jardim Ângela, uma parceria do Instituto Sou da Paz com a Unicef, Rede Globo, o governo do Estado e o Serviço Social Bom Jesus de Piraporinha. Implementado em um equipamento público, o ECE seria uma referência no atendimento a crianças e jovens (com atividades de complementação escolar) e um pólo articulador, fortalecedor e difusor de boas iniciativas na comunidade, visando contribuir para desestigmatizar o distrito.

No ano seguinte, o Sou da Paz inaugurou no espaço o Núcleo Multimídia, onde qualquer pessoa poderia fazer oficinas gratuitas de vídeo, rádio, *hip-hop* e gravar suas produções. Com o Núcleo, o projeto pretendia não só atrair um público jovem para aquele local, como também fortalecer a produção cultural local, o que contribuiria para uma nova imagem e um novo discurso sobre o Jardim Ângela. Ao mesmo tempo, um trabalho para mudar a imagem da região era feito junto à imprensa. “Não era para esconder o problema da violência. Mas cada vez que um repórter dizia ‘estamos aqui no lugar mais violento do mundo’, isso refletia negativamente na comunidade e em como a cidade via quem morava no Jardim Ângela: como criminosos em potencial”, afirma Luciana. Era preciso trazer o contraponto, porque um distrito com mais de 300 mil moradores divididos em 50 bairros



e muitas iniciativas comunitárias acontecendo e lideranças juvenis emergindo não poderia ser conhecido somente pelo que tinha de pior.

Além de fortalecer uma imagem positiva do distrito, o Espaço Criança Esperança possibilitou que os jovens construíssem uma nova perspectiva profissional. Claudinho Miranda, morador do Jardim Nakamura, tinha um grupo de samba, o Poesia Samba Soul. Depois de ter feito um curso de produção musical no Núcleo Multimídia, ele decidiu criar o estúdio Poesia Audiovisual, para que grupos da região pudessem gravar seus trabalhos. “Com o curso, juntei minha experiência com música e o que aprendi de *softwares* e com técnicas de áudio. E foi aí que eu vi essa possibilidade de implantar meu próprio estúdio. Sai do meu emprego e com o dinheiro fui montando o Poesia Audiovisual”. O estúdio de Claudinho é referência para os grupos musicais da zona sul e contabiliza ter atendido mais de 500 grupos até hoje (leia mais na página 42).





### Pólos da Paz

Em 2003, o Sou da Paz levou mais um projeto para o Jardim Ângela: o Pólos da Paz (para saber mais, leia o capítulo 6), que revitalizou uma praça do Alto do Riviera, no extremo sul do distrito. Além de estimular a comunidade, sobretudo os jovens, a participar de todo o processo de revitalização da praça – do planejamento à reforma e à ocupação do espaço –, o Sou da Paz realizou um curso para formar jovens gestores daquele lugar. Com esta formação, os jovens passaram a planejar atividades na praça, como campeonatos, oficinas culturais, grafiteagem e festas abertas a todos. **Em três anos, o projeto contribuiu para mudar a relação dos moradores com aquele espaço e transformá-lo em um lugar de convivência pacífica.**



### Desarmamento

Com a aprovação do Estatuto do Desarmamento em 2003, o Jardim Ângela teve um papel relevante: durante a Campanha Nacional de Recolhimento de Armas, entre julho de 2004 e outubro de 2005, um posto foi montado na região. **O desarmamento foi o tema da Caminhada em Defesa da Vida e pela Paz de 2004, que contou com a participação de mais de 25 mil pessoas, gerando debates e palestras na região e aumentando a consciência sobre a questão.** No Cemitério São Luis, simbolicamente foi montado um posto de recolhimento de armas pela Guarda Civil Metropolitana, com o apoio do Instituto Sou da Paz. Emblematicamente, no Jardim Ângela, a maioria da população votou “sim” no referendo sobre a proibição da venda de armas e munições, em outubro de 2005. Na capital, apenas este e dois distritos vizinhos obtiveram tal resultado<sup>8</sup>.

### Unindo esforços

“Tudo o que a gente podia levar de iniciativa para o Jardim Ângela, a gente levava, porque percebia que, quanto mais esforços se somassem ali, mais isso reverteria em um curto prazo nos índices de violência”, aponta Denis Mizne.

Tendo trabalhado por tanto tempo e com tantas iniciativas no mesmo local, o Sou da Paz se orgulha de ter contribuído para a história do Jardim Ângela. “Não fomos os únicos responsáveis, mas o Sou da Paz potencializou uma história que estava sendo construída, fomos a gasolina na fogueira”, avalia Luciana Guimarães. José Marcelo Zacchi completa: “a gente somou em *expertise*, energia, capacidade de articulação, de parcerias externas, de recursos, mas não chegou para construir a terra em cima da água. A gente chegou em um ambiente muito ativo. Tinha o Fórum em Defesa da Vida, que conseguiu liderar um movimento local de atuação, tinha uma juventude emergindo com capacidade de liderança e atuação, que você não via em outros lugares da cidade”.

O legado do trabalho do Sou da Paz com jovens no Jardim Ângela se estende até hoje, permitindo que eles construam uma outra história para si e para a comunidade. Marcio Teixeira da Silva, o Macarrão, morador do Jardim Ângela que atuou em diversos projetos do Sou da Paz, comenta: “encontro um monte de gente que fez parte de projeto comigo e hoje está aí escrevendo seu próprio projeto, com outra visão de mundo. O cara consegue registrar quando está sendo lesado, consegue se expressar melhor e enxergar que não está sozinho. O mais legal é ver uma galera que começou lá atrás e hoje está aí, batalhando e acreditando”.

<sup>8</sup> Resultados do referendo divulgados pelo TSE.







## Capítulo 8

### BRASILÂNDIA



# Brasilândia: em busca de uma nova história



O dia 13 de março de 2007 alterou o cotidiano dos moradores do **Jardim Elisa Maria**, bairro da Brasilândia, na zona norte de São Paulo. A partir daquela terça-feira, eles passariam a conviver dia e noite com cerca de 600 policiais militares que trabalhariam pelo bairro fazendo patrulhas, buscas e apreensões e prendendo foragidos da Justiça. Se para os moradores a presença ostensiva da Polícia na região era uma novidade, para os policiais envolvidos aquela seria mais uma edição de um trabalho que eles chamam de Operação Saturação. Geralmente, esse tipo de operação é implantado pela Secretaria de Segurança Pública em locais que apresentam altos índices de criminalidade e violência. A permanência e o número de policiais deslocados variam em cada região, mas a característica comum em todas as Operações Saturação é que, terminado o trabalho repressivo, os policiais se retiram sem deixar ações específicas que previnam o retorno ao cenário que justificou a Operação.

Na Operação Saturação do Elisa Maria, a preocupação em combinar outras estratégias que complementassem o trabalho de repressão e deixassem um legado para a comunidade após a saída da Polícia foi se consolidando ao longo dos pouco mais de oitenta dias em que os policiais permaneceram ali. Assim, o governo do Estado, a Prefeitura de São Paulo e organizações atuantes no distrito passaram a se articular para desenhar um modelo de intervenção que recebeu o nome de Virada Social, um conjunto de mais de 50 ações de educação, cultura, revitalização urbana, assistência social e ocupação dos espaços públicos, para promover cidadania e segurança no bairro. Construção e reforma de escolas, despoluição de córregos, cursos profissionalizantes para jovens e realização de projetos sociais eram algumas das ações previstas.

## Um aliado

Naquele momento, o Instituto Sou da Paz, que já estava desenvolvendo dois projetos na Brasilândia (o São Paulo em Paz e o Espaço Criança Esperança – CEE Oswaldo Brandão), participou intensamente das discussões sobre a Virada Social. Além de procurar influenciar o poder público na concepção do modelo e fazer a articulação entre governo e comunidade, o Sou da Paz integrou às ações da Virada um projeto que estava começando a desenvolver: o Praças da Paz SulAmérica, previsto para acontecer em uma praça do Jardim Elisa Maria.

A **Virada Social** foi oficialmente lançada no dia 26 de maio de 2007 e, desde então, poder público, sociedade civil e comunidade têm realizado um trabalho integrado para que as ações planejadas saiam do papel. O Sou da Paz tem acompanhado de perto todo esse processo e participa do grupo que monitora a execução das ações planejadas. Além disso, em todos os seus projetos, o Instituto busca envol-





ver os moradores na discussão sobre os rumos da Virada Social. Na opinião do coronel Payão, que acompanha de perto a Virada Social, a presença da entidade nesse trabalho é importante uma vez que “o Sou da Paz articula a comunidade, que se manifesta e participa”. Para ele, “sem esse trabalho, seria uma ação do poder público sem uma interpretação das necessidades da região. Vemos muito esforço por parte do Sou da Paz de fazer com que a Virada não seja só uma fachada, mas algo que fortaleça pontos de vista e construa algo para a comunidade”.

### Integrando as ações

O modelo da Virada Social foi concebido a partir da idéia de que as políticas de prevenção da violência, para serem eficazes, precisam integrar múltiplos órgãos e ações em um mesmo local, definido a partir de um bom diagnóstico da violência. Esta é a estratégia que o Instituto Sou da Paz defende e implementa nas regiões de São Paulo onde tem atu-

ado. Na própria Brasilândia, o trabalho do Sou da Paz é pautado pelo princípio de territorialização das ações: em um único distrito, o Sou da Paz decidiu desenvolver três projetos, com estratégias e públicos diferentes, mas que, integrados, têm seu impacto ampliado.

Situada no extremo norte da cidade de São Paulo, a Brasilândia completou, em fevereiro de 2008, 61 anos. Foi na década de 1940 que as chácaras existentes ali começaram a ser loteadas e a se transformar em núcleos residenciais. Entre os anos 50 e 60, a Brasilândia recebeu um grande fluxo de migrantes, que povoaram rapidamente esta região que é cercada pelos morros da Serra da Cantareira.

Hoje, o distrito tem mais de 30 bairros, cerca de 280 mil habitantes, uma alta densidade populacional e graves índices de violência e vulnerabilidade social. A vulnerabilidade juvenil é alarmante: metade dos jovens entre 18 e 19 anos não concluiu o ensino fundamental; a gravidez na adolescência atinge 57 a cada mil meninas; e a taxa anual de homicídios de homens entre 15 e 19 anos é de 354 mortes por 100 mil habitantes. “Se os desafios para quem atua na região são complexos, não dá para esperar uma solução única”, afirma Denis Mizne, justificando a escolha do Sou da Paz por desenvolver ali ações diversas e complementares.

A atuação do Instituto na Brasilândia começou em 2001 e se intensificou

a partir de 2005. Entre 2001 e 2002, o Sou da Paz trabalhou no distrito com os projetos Cenafofo e Observatório de Direitos Humanos, dos quais participaram jovens dos bairros Jardim Elisa Maria, Jardim Carumbé e Jardim Guarani. Quando dois jovens que fizeram o curso do Cenafofo decidiram criar na Brasilândia o projeto Sala 5 (que mais tarde tornou-se um Instituto), o Sou da Paz apoiou a iniciativa e até hoje dá suporte à sua gestão (leia mais no capítulo 4).

Em 2005, quando terminaria o convênio do Espaço Criança Esperança no Jardim Ângela, os parceiros começaram a procurar outro equipamento público na periferia de São Paulo onde pudessem implementar o projeto. Itaim Paulista, Guaianases e Brasilândia, regiões com altos índices de violência, faziam parte da lista de opções. A diretora de desenvolvimento institucional do Sou da Paz, Melina Risso, justifica a escolha pela Brasilândia: “além dos altos índices de violência, o distrito tem cerca de 80 mil jovens, muitos deles em situação de vulnerabilidade, e poucos espaços de esporte, cultura e lazer. Para nós ficou evidente a necessidade de um projeto como o Espaço na região”.

### Espaço Criança Esperança: fazendo a diferença

Em novembro de 2005, o Espaço Criança Esperança – Centro Esportivo e Educacional Oswaldo Brandão foi lançado, numa parceria com a Prefeitura de São Paulo. O projeto funciona em um equipamento público municipal, com uma área de mais de 11.000 m<sup>2</sup> e duas quadras esportivas, duas piscinas, um campo de futebol e uma quadra coberta. Com a implementação do Espaço Criança Esperança ali, o Sou da Paz passou a gerir o local com a Prefeitura, e a propor novas maneiras de ocupá-lo. “Queremos que este seja um espaço de referência na comunidade, onde prevaleçam a convivência segura, o respeito à diversidade e uma nova relação com um bem público”, aponta Melina.



Além de oferecer atividades de esporte, cultura e lazer para crianças, adolescentes e jovens, o Espaço realiza, desde a sua inauguração, atividades abertas para toda a população. Outra frente de atuação do projeto é o fortalecimento da articulação comunitária, como uma estratégia de prevenção da violência. Melina explica o porquê desse trabalho: “uma comunidade que se articula, trabalha em rede, participa de fóruns e conselhos para discutir seus problemas é uma comunidade fortalecida, que constrói uma nova relação com o poder público e consegue acessar seus direitos e promover mudanças em diversos campos, inclusive a segurança”.



### Um modelo pedagógico diferenciado

Em 2007, o Espaço Criança Esperança da Brasilândia se reestruturou para aperfeiçoar e ampliar o atendimento à comunidade. A área pedagógica, responsável pelas oficinas e cursos oferecidos no Espaço, remodelou as atividades, que foram divididas em dois tipos de linguagem: específicas, que englobam oficinas de esporte, graffiti, dança ou capoeira; e linguagens básicas, com oficinas de comunicação e expressão, orientação educacional e meio ambiente. Os educandos que optarem por alguma oficina de linguagem específica devem fazer oficinas de linguagens básicas, que complementam a sua formação. Com isso, explica a coordenadora pedagógica Joana Miraglia, o projeto pretende promover o desenvolvimento integral dos educandos. “Não estamos oferecendo atividades para ocupar o tempo das pessoas, mas para contribuir para o seu desenvolvimento, fortalecendo suas habilidades e competências”, explica ela. A estrutura das oficinas é diferenciada: cada uma começa com uma roda onde se apresenta aos educandos o que eles vão fazer e, ao final, o grupo faz outra roda de conversa para discutir o que aprendeu e outras questões que tiverem surgido durante a oficina. “Tudo para estimular a participação e a autonomia dos educandos”, explica Joana.

Todas as oficinas são gratuitas e voltadas para o público de 8 a 18 anos, dividido por faixas etárias. Cada crian-





ça ou adolescente que participa destas oficinas frequenta o Espaço pelo menos duas vezes por semana. Em um mesmo período, acontecem simultaneamente diversas oficinas, cada uma voltada para um público: dança afro para crianças até dez anos; linguagem básica para adolescentes; esporte no ginásio e assim por diante. Em 2007, 1.500 crianças e adolescentes frequentaram as oficinas e a expectativa é de que, em 2008, esse número aumente e cada vez mais jovens participem das atividades oferecidas.

Para estimular a participação dos jovens, o Espaço criou o Núcleo de Juventude, com quatro frentes de atuação: Núcleo Multimídia, Comitê de Jovens Gestores, Célula de Intervenção Social e Núcleo de Produção de Eventos. O Núcleo Multimídia oferecerá formação de vídeo, rádio, jornal impresso e eletrônico. O Comitê de Jovens Gestores será um espaço permanente onde os jovens poderão contribuir com o Espaço Criança Esperança e o planejamento de suas atividades. A Célula de Intervenção Social formará jovens lideranças comunitárias em questões como segurança pública, igualdade de direitos, meio ambiente e degradação ambiental. O Núcleo de Produção de Eventos, por sua vez, formará jovens capazes de organizar eventos em parceria com a Área de Eventos do ECE. “Cada vez mais os jovens se apropriarão do Espaço e serão responsáveis por seu funcionamento” conta Joana.

### Trabalhando com a comunidade

Para fazer o atendimento social aos educandos e seus familiares e, se for o caso, encaminhá-los à rede de serviços sociais, o ECE passou a contar, em 2007, com uma área social, que também participa de fóruns e grupos de discussão da comunidade, fortalecendo uma rede de apoio local e integrando o Espaço à Brasilândia. “Nós pretendemos articular cada vez mais ações na comunidade em conjunto com as áreas de saúde, educação e meio ambiente”, conta a coordenadora Roma Pitombo.

Em 2007, a área desenvolveu, em conjunto com órgãos governamentais locais, dois projetos: o Lixo Legal e o Saúde e Sexualidade, que devem continuar em 2008, sendo replicados em outros bairros da Brasilândia. **O Lixo Legal consiste em um projeto de conscientização da comunidade sobre a maneira correta de separar o lixo para descartá-lo, o horário da passagem dos caminhões e os tipos de doenças que o lixo espalhado pode trazer para as famílias.** A mobilização atingiu mais de 500 famílias e em 2008 está sendo ampliada para outros locais.

O projeto Saúde e Sexualidade consistiu em oficinas sobre sexualidade na adolescência para agentes de saúde da UBS (Unidade Básica de Saúde) Cruz das Almas. As oficinas foram ministradas por uma educadora do ECE e também deverão ser replicadas em







outras UBS. A diretora da Unidade Cruz das Almas, Nancy Boldo, comenta a importância do projeto: “aqui na UBS, 15% das gestantes são adolescentes, então a gente tem uma preocupação em como trabalhar com esse público”. “Não só o tema da gravidez, mas várias perguntas sobre sexualidade que as meninas trazem, às vezes parece que elas não têm ninguém pra conversar e vêem a gente como alguém que pode ajudar”, complementa a agente de saúde Maria Teresa Minivel, que participou da formação.

Da mesma forma como a equipe envolvida nestes dois projetos pretende disseminá-los pelo distrito, a área pedagógica planeja sistematizar e difundir sua metodologia de atendimento, para que outras entidades possam utilizá-la. “Isto faz parte do nosso trabalho de fortalecimento da comunidade”, comenta a coordenadora do projeto, Beatriz Miranda.

### Laboratório de boas práticas

Beatriz avalia que, pela estrutura e capilaridade do projeto, o ECE tem potencial para ser um laboratório de

experiências de atendimento, articulação comunitária e mediação de conflitos, que podem ser replicadas em outros espaços. “Esta é uma comunidade marcada pela vulnerabilidade, pela cultura da violência e uma dependência do poder público, por isso, queremos ser uma referência de que é possível fazer intervenções diferentes, quebrar algumas lógicas, valorizar a cultura de paz e o fortalecimento comunitário”.

Nesse sentido, a área de comunicação do ECE, responsável pela divulgação de todos os eventos para a comunidade, faz um trabalho procurando valorizar uma imagem positiva do distrito, especialmente junto à imprensa. “Quando um repórter nos procura, temos uma conversa com quem vai entrevistar e quem vai ser entrevistado. Buscamos, de um lado, fazer com que a reportagem não tenha um enfoque só nos problemas da comunidade e, de outro, conversamos com os entrevistados sobre como eles querem ser vistos e como querem que as pessoas conheçam o lugar onde moram”, conta a coordenadora de comunicação, Fernanda Nobre.

Para estimular a diversidade de

ocupação do Espaço e garantir à população da Brasilândia o acesso à cultura e ao lazer, o Espaço Criança Esperança conta com uma área de eventos, que promove festas comemorativas, sessões de cinema, debates e exposições gratuitas e abertas aos moradores. Em 2007, os debates abordaram temas como maternidade e adolescência, violência urbana e cotas para negros, que atraíram centenas de pessoas ao ECE. “Foi justamente após o debate sobre sexualidade que surgiu a idéia de fazer a formação nas UBS”, lembra Roma. O coordenador de eventos Renato Baldin conta que, em 2008, a comunidade já começou a participar da programação dos filmes: “os *Espaço Cinema*, sessões que promovemos periodicamente, começarão a exibir filmes sugeridos pelos educandos e seus familiares. Até uma moradora veio pedir para a gente exibir algum filme sobre a Páscoa antes do feriado”.

Somando todos os eventos realizados ao longo de 2007, a equipe do projeto contabiliza que mais de 15 mil pessoas utilizaram o Espaço Criança Esperança no ano. “Isso demonstra que a comunidade está se apropriando deste local”, avalia Melina.





### Segurança em pauta

Outra novidade do Espaço Criança Esperança para 2008 é que o local está sediando as reuniões mensais do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) ligado à 45ª Delegacia de Polícia, que atende uma parte da Brasilândia. O primeiro encontro aconteceu no dia 19 de fevereiro e reuniu cerca de 50 pessoas, incluindo o subprefeito da Freguesia do Ó / Brasilândia e representantes das Polícia Civil e Militar e da Guarda Civil Metropolitana. “Esperamos com isso nos aproximar da temática da segurança pública e estimular que mais pessoas da comunidade venham e participem desse importante espaço de discussão sobre como promover a segurança na Brasilândia”, afirma Beatriz.

Na Brasilândia, há três Consegs em funcionamento, e o Instituto Sou da Paz, em todos os seus projetos, tem trabalhado para fortalecê-los. A equipe do São Paulo em Paz, que está na Brasilândia desde o começo de 2006, chegou a incluir o apoio aos Consegs como uma das ações prioritárias do Plano de Prevenção que foi construído com a comunidade. “Desde a etapa de diagnóstico, percebemos que os Consegs eram um foro importante, mas que poderiam ser mais aproveitados. De uma maneira geral, na Brasilândia a comunidade precisa se apropriar mais desses espaços de discussão e decidimos que estimular essa participação e

fortalecer os Consegs especificamente, que são os lugares onde se discute prioritariamente segurança pública, seria uma ação importante num plano de prevenção da violência”, comenta o coordenador de campo, Valdir Assef.

Na Brasilândia, a equipe do São Paulo em Paz procurou aproximar jovens e policiais e discutir com a comunidade e o poder público a criação de um pólo de convivência (leia mais no capítulo 10).

### Praças da Paz no Elisa Maria

O terceiro projeto que o Instituto Sou da Paz está implementando na Brasilândia é o Praças da Paz SulAmérica (veja mais no capítulo 6). O projeto foi lançado em julho de 2007 e está acontecendo simultaneamente em três praças de São Paulo: no Jardim Elisa Maria, na Vila Lolanda (distrito do Lajeado) e na Chácara Sonho Azul (distrito do Jardim Ângela). O Praças da Paz pretende fazer destas praças espaços seguros de convivência e participação comunitária, que sejam geridos pelos moradores, com especial foco na juventude. A revitalização das praças, planejada e realizada em conjunto com os moradores, é uma das estratégias para aproximá-los de um espaço que é de todos. “A praça é um espaço estratégico para a transformação de uma comunidade; a partir dela pode nascer a articulação dos moradores, nela pode ser cultivada a força



de uma comunidade. E uma comunidade forte não se abandona, é uma comunidade protegida”, afirma o coordenador do projeto, Ricardo Mello.

No primeiro ano do projeto Praças da Paz SulAmérica, na Brasilândia, a equipe trabalhou para conhecer a comunidade, os moradores que vivem no entorno das organizações locais e envolvê-los nas discussões sobre a ocupação da praça e outros temas relevantes. O educador Jean Karlo Souza conta como foi a aproximação: “encontramos uma história de descrença no poder público e nas ONGs de fora. Na primeira reunião que fizemos compareceram cerca de 50 pessoas questionando o projeto. Quando esclarecemos as questões, as pessoas se interessaram. Combinamos de nos reunir todos os sábados e estas reuniões tornaram-se um espaço de participação intensa. Com um grupo cheio de demandas, decidimos participar do Conseg. Muitas pessoas que participam das reuniões do projeto não conheciam o Conselho, que passou a ser mais um canal para encaminhar demandas e propor ações”.

Uma das organizações locais que começou a participar das reuniões na praça foi a ABC (Associação Brasilândia de Cultura) Palmares, que trabalha também com produção de vídeos. Uma das idéias que surgiram nas reuniões foi a realização de um documentário sobre a história do bairro. Foram ouvidos diversos moradores e, no dia 11 de

agosto de 2007, a ABC Palmares instalou na praça um “cinema comunitário” e exibiu o documentário. “Ninguém tinha imaginado que a praça poderia se tornar um cinema. Muitas pessoas, aliás, nunca tinham ido a um cinema. E mais do que isso, os moradores jamais imaginaram ver um filme sobre suas próprias histórias”, comenta Jean. Ao longo do ano, os moradores continuaram a pensar e organizar eventos naquele espaço.

Em dezembro, aconteceu o primeiro torneio de futsal realizado na região depois do início do projeto. O torneio foi organizado por um morador do bairro conhecido como Gordo e pela equipe do Sou da Paz, contando com aproximadamente 80 jogadores e cerca de 150 torcedores, incluindo uma bateria de escola de samba. Depois da final, o time campeão fez um desfile de caminhão pelo bairro exibindo o troféu e uma festa, organizada pelos próprios jogadores e torcida, que durou o resto do dia. “Esse torneio foi importante para que as pessoas, além daqueles que moram ao redor da praça, saibam do projeto e participem. Mostramos que o projeto também está comprometido com a comunidade e, na medida do possível, apoiará suas iniciativas”, comenta Ricardo.

No começo de 2008, entrando no quarto ano de atuação intensiva no distrito, o Instituto Sou da Paz recebeu um importante reconhecimento

por seu trabalho. Um dos eventos para comemorar os 61 anos da Brasilândia consistiu em uma sessão solene da Câmara Municipal, realizada no próprio distrito. O Instituto foi escolhido para ser homenageado pelos vereadores durante o evento. “Para nós, foi um reconhecimento de que nosso trabalho na Brasilândia tem feito diferença”, avalia Denis.







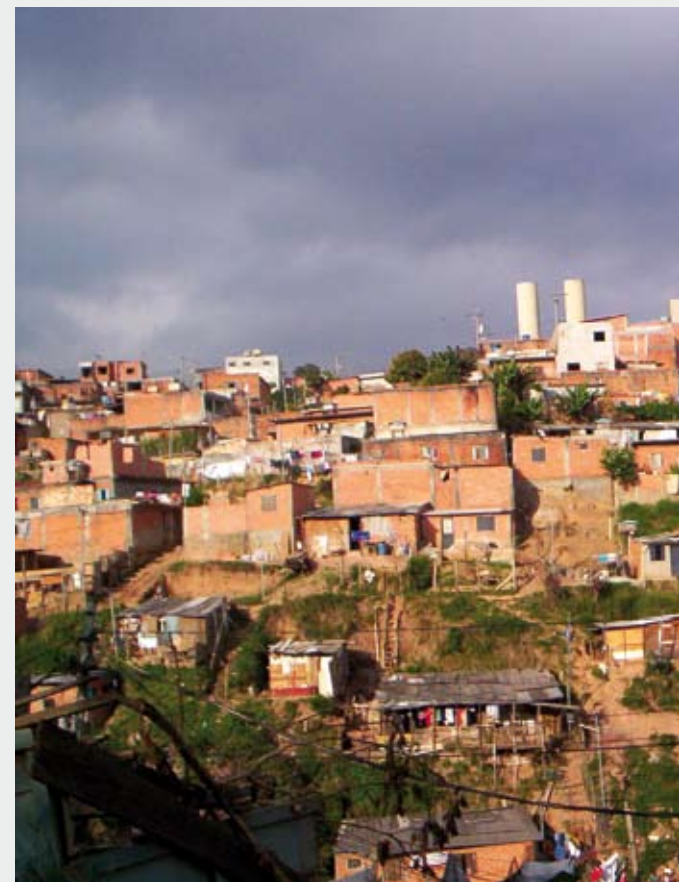
# Investindo (bem) no território

Afirmar que a violência é um fenômeno complexo pode parecer desestimulante para quem se preocupa em como enfrentá-la. Mas o fato de o problema ser complexo não significa que seja difícil, ou impossível resolvê-lo, mas sim que exige múltiplas intervenções para lidar com os fatores que contribuem para a violência. Não há uma solução única, nem uma “receita” que possa ser replicada em qualquer lugar. É justamente a combinação de diversas ações, desenhadas de acordo com as características e demandas locais, que pode ter um impacto relevante na redução da violência.

A experiência do Jardim Ângela demonstra exatamente isso: a rápida redução nos homicídios só foi possível graças a um conjunto de esforços variados por parte de todos os setores da sociedade, público e privado, comunidade local e organizações de fora, atuando junto aos locais e grupos mais afetados pelo problema. Se até hoje não foi possível aferir o quanto cada uma das soluções adotadas contribuiu para reduzir a violência no Jardim Ângela, é possível afirmar que foi a soma de tantas intervenções que fez a diferença naquele local. Mais do que isso: estas ações só fizeram diferença porque procuraram responder a demandas e problemas específicos daquela comunidade. Se a polícia que existia ali não estava funcionando, era preciso criar um novo modelo de policiamento; se havia entre os jovens uma cultura de valorização da violência, era necessário desenvolver projetos que dessem conta dessa dimensão; se a dependência de álcool e drogas aumentava a violência intrafamiliar e os conflitos interpessoais, era preciso criar um projeto de atendimento aos dependentes; se a circulação de armas agravava os conflitos, era necessário debater o tema e estimular o desarmamento, e assim por diante.

A história do Jardim Ângela, que vem se somar a outras experiências bem-sucedidas de redução da violência (como em Diadema, Bogotá ou Nova York), atesta o que uma nova corrente sobre segurança pública vem defendendo: o combate ao crime e à violência depende da criação de políticas públicas específicas para cada região, desenhadas a partir de um diagnóstico local e com ampla participação popular, atuando ao mesmo tempo, nos campos da prevenção e da repressão. O ponto-chave dessa estratégia é qualificar cada um dos investimentos, garantindo que sejam direcionados para os lugares e públicos mais vulneráveis e multiplicando resultados pela territorialização de vários pequenos esforços.

O Sou da Paz compartilha dessa visão e é a partir dela que planeja sua atuação, escolhendo locais prioritários e combinando diversas ações naquele território. A opção por concentrar, por cinco anos, os projetos voltados à juventude da zona sul de São Paulo deveu-se a essa concepção. Hoje, atuando em outros distritos de







São Paulo (Grajaú, Brasilândia e Lajeado), o Instituto continua com essa estratégia: define um território e ali desenvolve mais de uma ação, combinando intervenções diferentes e trabalhando com públicos diversos. Nesse sentido, o caso da Brasilândia é hoje o mais emblemático: nesse distrito da zona norte de São Paulo, foram desenvolvidos três projetos, além de um intenso trabalho de articulação com outras iniciativas e junto ao poder público, tentando qualificar os investimentos em prevenção e repressão naquele local.

Com relação aos projetos desenvolvemos naquela área, cada um pretende dar conta de demandas ou desafios específicos, mas é a integração destes que potencializa seu impacto. O projeto São Paulo em Paz, por exemplo, apostou na articulação intensa entre o poder público e a comunidade, fomentando novas formas de participação e estimulando a criação de parcerias entre os atores locais, bem como a implementação de projetos de organizações de fora dos distritos. O projeto também atuou diretamente em problemas que apareceram como prioritários no diagnóstico realizado pela equipe, como a relação entre jovens e polícia. Essa atuação aconteceu tanto na execução direta de algumas ações quanto na articulação e na pressão para que outros atores as executem.

O Praças da Paz SulAmérica, que está revitalizando uma praça pública que ocupa uma área de mais de 6 mil m<sup>2</sup> do Jardim Elisa Maria, vem se somar aos esforços de fortalecimento da comunidade e empoderamento de jovens lideranças, além da transformação de um espaço público em um local de convivência segura e democrática, podendo ser referência para outras experiências na região. O projeto se integra às ações da Virada Social, iniciativa dos governos estadual e municipal e de organizações sociais para levar ao Elisa Maria ações de complementação ao trabalho de repressão exercido pela polícia na Operação Saturação, com o objetivo de prevenir a violência e promover a cidadania e segurança no bairro.

Por sua vez, o Espaço Criança Esperança da Brasilândia, gerido pelo Sou da Paz, é um projeto de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, procurando intervir diretamente em questões ligadas à vulnerabilidade e violência. O Espaço também trabalha para articular e fortalecer as redes locais, potencializando o trabalho de outras entidades e organizações e, por meio da realização de eventos abertos à comunidade, busca tornar este local uma referência de espaço seguro de convivência, contemplando públicos e usos diversos.

Com estes projetos, pretendemos somar nossas *expertises* aos trabalhos desenvolvidos pela comunidade e poder público, fortalecendo, potencializando as iniciativas e consolidando uma referência para lidar com os inúmeros desafios impostos pela violência.







## **Capítulo 9**

### **ATUAÇÃO JUNTO AOS MUNICÍPIOS**



# O potencial dos municípios



Cai a tarde na **Escola Estadual Parque Piratininga II** e um grupo de alunos deixa as aulas para um encontro com a **equipe do Sou da Paz**. A escola fica em Itaquaquetuba, município da Região Metropolitana de São Paulo, onde o Sou da Paz realizou, durante alguns meses de 2007, um diagnóstico da situação de violência. Neste fim de dia, a equipe do projeto conversa com adolescentes e jovens sobre a violência no bairro, a relação com a polícia e os problemas que eles entendem como os mais graves do município. Essa foi a rotina da equipe: fazer grupos de discussão com moradores de bairros mais vulneráveis e entrevistar professores, policiais e lideranças comunitárias. Ao mesmo tempo, foram mapeados dados e outros fatores que podem contribuir para a violência e a criminalidade e também as boas iniciativas que existem no município

para reverter estes problemas.

Itaquaquetuba registra um dos mais altos índices de furto de cabos telefônicos no Estado de São Paulo, o que acarreta prejuízos tanto para os moradores quanto para a operadora de telefones. É comum hospitais e escolas ficarem sem comunicação, por exemplo. Medidas repressivas foram adotadas para solucionar o problema, mas os casos de furto continuam, e a comunidade fica com uma sensação de impunidade. Entender a cadeia do furto de cabos, identificar outros problemas de violência prioritários para o município e formular algumas propostas de ação a partir do que foi diagnosticado foram os objetivos da equipe do projeto, que recebeu o nome de Mapa da Paz. “Com o que levantamos, formulamos propostas que combinam as ações repressivas, que já vêm acontecendo, com ações de caráter preventivo e fis-

calizatório. Queremos envolver não só a Polícia, mas o poder público municipal, que pode desenvolver várias ações para tornar a cidade mais segura; e a comunidade, que pode participar mais ativamente das discussões e soluções para a segurança pública”, explica a coordenadora do projeto, Lara Nacht.

Em 2008, o trabalho do Sou da Paz em Itaquaquetuba, que foi rebatizado de Ação na Linha, passou a focar dois eixos: estimular o fortalecimento comunitário e levar, em parceria com a Fundação Telefônica e outras organizações, diversas iniciativas para a juventude.

**Itaquaquetuba é o quarto município onde o Instituto Sou da Paz atua com este tipo de trabalho, que vem sendo realizado desde 2004.** A criação de uma área dedicada a trabalhar com prefeituras, prestando assessoria na





realização de diagnósticos da violência, na construção de planos de prevenção da violência e na implementação das ações previstas nos planos, justificase pelo papel que os municípios vêm assumindo em relação à segurança pública (leia mais na página 96). Se norteia também pela concepção de que segurança pública é responsabilidade de todos, e por isso os processos de levantamento dos problemas e construção de soluções devem ser feitos de maneira participativa, envolvendo não só a administração municipal, como também a comunidade.

### A experiência de Diadema

O primeiro município onde o Sou da Paz trabalhou com esta proposta foi Diadema, que já foi considerada a cidade mais violenta do Brasil. Durante 2004 e 2005, o Instituto assessorou a Prefeitura de Diadema na construção de um plano de segurança para o município. “Nós buscávamos pessoas que tivessem a mesma visão da administração de segurança pública, que não achassem que o ‘mais do mesmo’, ou seja, o investimento pesado em repressão, resolveria o problema. Então o Sou da Paz foi o parceiro ideal”, relembra a secretária de Defesa Social de Diadema, Regina Miki.

A partir de um diagnóstico realizado anteriormente, o plano foi construído de maneira participativa, buscando entender as demandas da cidade relativas à segurança. Assim, a equipe do Sou da Paz realizou entrevistas e visitas à região, com o intuito de ouvir

e registrar o impacto das ações da Secretaria. Partindo desse levantamento, foi possível desenvolver um conjunto de desafios e ações que respondessem às demandas identificadas.

Em abril de 2005, foi apresentada à população de Diadema a primeira versão do Plano Municipal de Segurança. Na ocasião, estavam presentes o prefeito da cidade, todos os secretários da prefeitura, representantes do Legislativo, as Polícias Civil e Militar, além de diversos representantes da sociedade civil organizada. O evento marcou o início do processo de consulta pública ao qual foi submetida a proposta inicial do documento. Durante os meses de maio e junho de 2005, foram distribuídos mais de 15.000 jornais que traziam o II Plano de Segurança e a cidade acolheu seis audiências públicas, que contaram com a participação de mais de 600 pessoas.





DCI  
• 11/04/2005



Diadema Jornal  
• 12/10/2006



Diário Regional do ABCD  
• 10/04/2005

Em agosto de 2005, foi lançado o II Plano de Segurança de Diadema. Regina avalia que o processo foi muito rico: “nós buscamos pluralidade de atores envolvidos nas ações sociais e políticas, na sociedade. Às pessoas se despiram daquela armadura que separava o poder público da população quando o assunto era segurança pública”. E isso, segundo ela, **gerou um impacto muito positivo para a cidade**. “Nós tivemos um sentimento de pertencimento da população com o plano.

Ele passou a fazer parte de Diadema, não foi algo imposto, foi construído”.

À medida que as ações do plano de segurança eram colocadas em prática, também com a assessoria do Sou da Paz, os impactos na redução da violência se faziam sentir. Diadema contabiliza mais de 1.000 vidas salvas, e Regina comemora: “Diadema se livrou do estigma de violência e criminalidade, e o Sou da Paz foi um importante parceiro nesse processo”.







Rudge Ramos Jornal  
• 04/08/2006



Diário do Grande ABC  
• 02/08/2006

## São Paulo e São Bernardo

Em 2006, esta área do Sou da Paz (que leva o nome de gestão local da segurança pública) abraçou mais dois projetos. A Prefeitura de São Paulo contratou o Instituto para desenvolver uma metodologia inédita na cidade: diagnosticar a situação de violência em três distritos e construir, a partir das informações levantadas, planos de prevenção da violência e promoção da convivência nestes três locais – Brásilândia, Grajaú e Lajeado. (leia mais no capítulo 10).

Naquele ano, Sou da Paz passou a trabalhar também em São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo. A equipe foi contratada para produzir um diagnóstico da situação de violência na cidade, combinando dados quantitativos com informações qualitativas, obtidas a partir de entrevistas com médicos, professores, policiais e outros profissionais. A análise das estatísticas criminais permitiu traçar um quadro da evolução criminal em São Bernardo do Campo, ao longo do tempo, e distribuir as ocorrências no espaço, com a definição de tendências e dos tipos de crime mais comuns em cada região. Estas informações foram complementadas por dados relativos

às condições socioeconômicas, de vulnerabilidade e sobre a presença ou não de equipamentos e serviços públicos nas regiões mais afetadas pela violência. Com estes cruzamentos, o diagnóstico iluminou os pontos e locais para uma atuação prioritária da Prefeitura.

Segundo o comandante da Guarda Municipal de São Bernardo do Campo, coronel Branco, que acompanhou todo o trabalho, o diagnóstico é uma referência para a Prefeitura: “consultamos constantemente para tomar decisões, ele não está na gaveta”. Para ele, o diagnóstico unifica informações fundamentais para São Bernardo. “Nós tínhamos os dados, mas fracionados, a visão da Secretaria da Saúde, um diagnóstico da educação. E o Sou da Paz aprofundou tudo isso e conseguiu consolidar as informações”.

## Formação dos gestores

O debate sobre o papel do município na segurança pública é recente e, por mais que as possibilidades de atuação das prefeituras sejam variadas, ainda são poucos os municípios onde a administração municipal está assumindo seu papel estratégico na prevenção da violência. Por isso, aliado ao trabalho

de assessoria, o Sou da Paz tem se empenhado na sensibilização e formação de gestores municipais. Em conjunto com entidades como o Ilanud, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Fundação Friedrich Ebert, a UN – Habitat e o Instituto Pólis, o Sou da Paz tem realizado oficinas de formação voltadas para este público.

Em 2007, aconteceram três oficinas, em São Carlos (SP), Recife (PE) e Gravataí (RS), que reuniram centenas de profissionais das administrações destes municípios e das cidades vizinhas, possibilitando uma rica troca de experiências. O então prefeito de São Carlos, Newton Lima, elogiou a iniciativa: “as oficinas permitiram o contato com experiências de outros municípios, possibilitando comparações entre as metodologias de trabalho e fornecendo elementos para repensarmos e melhorarmos as nossas estratégias”.

Para a coordenadora da área de gestão local da segurança pública, Carolina Ricardo, o trabalho com os municípios tende a crescer. “É cada vez mais freqüente sermos procurados por prefeituras interessadas em desenvolver diagnósticos e planos e formar seus quadros nessa temática. Onde este trabalho acontece, os impactos são visíveis, e acabam sendo referência para que outras cidades incorporem a segurança pública na sua agenda”.

Durante o ano de 2008, o Sou da Paz assessorou a organização carioca CESeC na realização de um diagnóstico da violência em Nova Friburgo (RJ), e começou a fazer um diagnóstico do município de Itatiba. “As perspectivas são boas”, conclui Carolina.

# As prefeituras e a segurança: caminhos e desafios

“Violência? Segurança? Ah, isso é assunto de polícia...” Durante muito tempo, especialmente após a redemocratização brasileira, quando os índices de violência começaram a crescer, essa foi a visão recorrente quando se tratava de definir os responsáveis pela segurança pública. Mas aos poucos, essa concepção foi se transformando. Sem minimizar o papel das forças de segurança e dos órgãos de justiça criminal, que realizam um trabalho de fato essencial no controle da criminalidade e da violência, percebeu-se que é preciso envolver outras esferas e órgãos que também são responsáveis pelo problema, especialmente do ponto de vista da prevenção do crime e da violência. Afinal, para promover uma sociedade segura, não basta reprimir o crime agindo depois que ele acontece. É preciso aliar as ações de controle, realizadas pela polícia, pelo sistema de justiça e penitenciário, com ações preventivas. Estas também são praticadas pelos órgãos de controle, mas, principalmente, por aqueles cuja responsabilidade é oferecer serviços de saúde, educação, infra-estrutura urbana, assistência social, que tenham capilaridade e proximidade com a população.

Neste cenário, os municípios têm papel privilegiado, pois constituem a esfera de governo mais próxima da população e têm mais condições de identificar as principais situações de violência, seus fatores de risco e de proteção e desenvolver estratégias planejadas para prevenir os problemas identificados. Além disso, por serem uma instância de governo com autonomia política e financeira, as administrações municipais têm também condições de elaborar e executar uma política pública local de prevenção do crime e da violência, segundo os principais passos do planejamento: diagnóstico, formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política, o que traz muito mais chances de obter resultados positivos.

Outro fator favorável à inserção da segurança pública na agenda municipal é a possibilidade de articular localmente a participação comunitária na construção da política. A ação de segurança pública só é sustentável quando a comunidade se envolve, passa a fazer parte e a fiscalizar a política. O município tem todas as condições de promover essa participação.

A articulação de ações em um mesmo território é outro ponto positivo ao envolvimento dos municípios com a segurança pública. Por mais complexo que seja o conjunto de causas que geram certos tipos de problemas de violência e criminalidade e por mais difícil que seja traçar estratégias que incidam direta e precisamente nas causas dos problemas, todas as iniciativas exitosas de prevenção da violência têm em comum o fato de ter concentrado diferentes ações em um determinado território. Iniciativas voltadas para jovens envolvidos com violência; de reestruturação urbana; de integração entre guardas municipais e polícias; e ini-







ciativas voltadas para redução da violência doméstica são exemplos dessas ações, sobre as quais as prefeituras têm governabilidade direta.

A partir de 2000, muitas cidades passaram a incluir na agenda política o tema de segurança pública, especialmente com a criação de guardas civis municipais e de secretarias municipais de segurança. E mais recentemente, começaram a desenvolver diagnósticos e planos para execução de políticas locais de segurança pública. Isso indica que, na prática, os municípios já começaram a utilizar o potencial que têm para a prevenção da violência, o que precisa ser valorizado e estimulado. Desta forma, é importante que os municípios continuem nesse percurso e criem e aperfeiçoem órgãos de gestão local de segurança pública, como secretarias específicas para prevenção da violência, e que invistam em guardas municipais comunitárias, que trabalhem de forma complementar às polícias e como agente municipal de prevenção da violência.

Ainda há muito o que construir em relação ao papel dos municípios na segurança pública. No entanto, é indubitável o potencial preventivo que as prefeituras possuem. É necessário, portanto, investir em novas experiências municipais de prevenção do crime e da violência e construir metodologias inovadoras que possibilitem que cada vez mais cidades implementem políticas eficientes.

Carolina de Mattos Ricardo é coordenadora da área de gestão local da segurança pública do Instituto Sou da Paz







PROJETO  
SÃO PAULO  
EM PAZ

GRAZ

INSTITUTO  
SOU DA PAZ

PREFEITURA DA CIDADE DE  
SÃO PAULO

**Capítulo 10**  
SÃO PAULO  
EM PAZ



# São Paulo em paz: um novo olhar sobre a segurança



São quase dez horas da manhã e a 4ª Companhia de Polícia Militar, do Jardim Elisa Maria, está bastante movimentada. Um grupo de 25 adolescentes anda agitado pelo estacionamento. No prédio, os policiais pedem paciência para quem está lá fora. Logo mais, eles receberão os adolescentes para palestras sobre o trabalho da PM na região e uma explicação sobre os procedimentos da polícia, como a abordagem e a revista.

Alguns policiais e adolescentes já se conhecem, por causa da Ronda Escolar, mas os adolescentes nunca haviam sido convidados a conhecer a sede da PM. Os garotos estão mais tímidos, mas quando o papo envereda para os procedimentos da polícia, todos se soltam para tirar as dúvidas: o que o policial pode fazer? E se acontecer algum tipo de abuso, como encaminhar? Depois de uma explicação teórica, os policiais levam o grupo para o pátio, onde fazem uma simulação de abordagem. Fechando a visita, o capitão frisa que o objetivo do trabalho da Polícia é garantir a segurança de todos, respeitando os direitos das pessoas. E que todo abuso deve ser denunciado.

Na Brasilândia, distrito da zona norte de São Paulo, encontros como esse foram frequentes ao longo de 2007, numa tentativa de aproximar os agentes de segurança e os jovens. O trabalho começou com um ciclo de formação sobre o papel e o trabalho da



SOCIEDADE

# Distritos já têm mapa da violência

Projeto São Paulo em Paz levantou dados de 3 áreas na primeira fase de plano para melhorar qualidade de vida

Laiane Rabello

Um dos eixos centrais do projeto São Paulo em Paz, lançado em 2006, é o mapeamento da violência em três distritos: Brasilândia, Grajaú e Lajeado. Esses locais foram escolhidos por serem os mais violentos da cidade, segundo dados do Departamento de Segurança Pública (DSP) da Prefeitura de São Paulo.

O projeto, que tem como objetivo principal reduzir a violência, envolve a participação da comunidade e a atuação de agentes de saúde, policiais e educadores. A primeira etapa do projeto foi o diagnóstico da situação de violência em cada um dos distritos.

O diagnóstico foi feito por meio de entrevistas com moradores, policiais e agentes de saúde. Os dados foram coletados em 2006 e 2007.

Os dados do diagnóstico foram usados para a elaboração de planos locais de prevenção da violência em cada distrito. Os planos incluem ações de prevenção, atendimento e repressão.

Os planos também incluem ações de educação e capacitação da comunidade. A Prefeitura de São Paulo está trabalhando para melhorar a qualidade de vida em todos os distritos da cidade.

## Diagnóstico vai ser apresentado hoje à subprefeitos

Os dados do diagnóstico da violência em três distritos de São Paulo serão apresentados hoje à subprefeitos dos distritos de Brasilândia, Grajaú e Lajeado.

O diagnóstico foi feito por meio de entrevistas com moradores, policiais e agentes de saúde. Os dados foram coletados em 2006 e 2007. Os planos também incluem ações de educação e capacitação da comunidade. A Prefeitura de São Paulo está trabalhando para melhorar a qualidade de vida em todos os distritos da cidade.



Indicador	Brasilândia	Grajaú	Lajeado
<b>Mortalidade</b>			
Mortalidade por 100 mil habitantes (2006-2007)	6,57%	7,00%	8,77%
<b>Educação</b>			
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2006-2007)	0,607%	0,647%	0,647%
<b>Emprego/Desemprego</b>			
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2006-2007)	0,607%	0,647%	0,647%
<b>Segurança</b>			
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2006-2007)	0,607%	0,647%	0,647%
<b>Violência</b>			
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2006-2007)	0,607%	0,647%	0,647%



Assassinato - A grávida, de 18 anos, vive no Brasilândia

**Maior vítima, jovem também é mais aberta à prevenção**

Protagonista e vítima de um assassinato, a jovem de 18 anos, que vive no distrito de Brasilândia, se tornou uma das principais vítimas do projeto São Paulo em Paz. A jovem, que vive com a mãe e a irmã, é muito aberta à prevenção da violência. Ela participou de várias reuniões e workshops do projeto e está ajudando a educar outras jovens sobre a prevenção da violência.

Os dados do diagnóstico foram usados para a elaboração de planos locais de prevenção da violência em cada distrito. Os planos incluem ações de prevenção, atendimento e repressão.

O Estado de São Paulo

• 21/06/2006

Polícia para educadores e participantes do programa Agente Jovem, que atende cerca de 500 adolescentes no distrito. Em seguida, começaram as visitas, das quais participaram 71 garotos e garotas.

O distanciamento e os conflitos entre jovens e policiais, que agravam a violência na Brasilândia e motivaram esse trabalho de aproximação, haviam sido detectados pelo Sou da Paz em 2006. Naquele ano, a Prefeitura de São Paulo (por meio da Secretaria Especial de Participação e Parceria) contratou o Instituto para fazer um diagnóstico da situação de violência em três distritos – Brasilândia, Grajaú e Lajeado – e, a partir do mapeamento, construir, com a comunidade e o poder público, planos locais de prevenção da violência que orientariam a administração municipal naquelas regiões. “A Prefeitura buscou a parceria com uma organização absolutamente idônea e com experiência de dez anos na realização de ações sérias”, apontou o então secretário municipal de Participação e Parceria, Ricardo Montoro.

## Conhecendo os distritos

O projeto São Paulo em Paz, iniciativa inédita na cidade, fez com que a equipe mergulhasse nestas comunidades, mapeando seus problemas e potencialidades para reverter a violência. Ao longo do trabalho, foi possível perceber de-

mandas comuns, como a necessidade do investimento em ações para a juventude e a falta de espaços de convivência, bem como visualizar as especificidades de cada local. No Lajeado, por exemplo, a violência doméstica apareceu como um dos principais problemas. O assistente do projeto no Lajeado, Gabriel di Pierro, conta que a equipe detectou a alta incidência desse tipo de violência analisando mapas sobre violações de direitos humanos na cidade e conversando com agentes de saúde. Essa foi a metodologia adotada em todo o processo de diagnóstico: combinar dados quantitativos com informações qualitativas, obtidas por meio de entrevistas, questionários, visitas e grupos de discussão da comunidade.

Outro foco do trabalho foi levantar as potencialidades de cada distrito, como equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e segurança pública existentes, redes e conselhos comunitários e projetos sociais desenvolvidos naqueles locais. “Se queremos que a Prefeitura tenha condições de implementar as ações dos planos, não podemos reinventar tudo, partir do zero, porque isso tornaria o plano muito oneroso. Então buscamos aproveitar e fortalecer o que já existe, promovendo uma articulação entre as iniciativas locais”, Carolina Ricardo, que coordenou o projeto.



## A construção dos planos

Com os diagnósticos em mãos, começou a construção dos planos, a partir de grupos de trabalho com os moradores e o poder público, em que se discutia um tema específico ou, de modo mais geral, as prioridades para determinada região. O projeto possibilitou que estas pessoas vivenciassem um processo intenso de discussão sobre a formulação de políticas e incorporassem a prevenção da violência no seu discurso. “As pessoas no início só olhavam para o problema da sua rua, mas não para o seu bairro, para o distrito. Então a gente explicava que seria inviável implementar tantas soluções para tantos problemas, e elas teriam que discutir e chegar a um consenso sobre qual era a prioridade, levando em conta a prevenção da violência”, relembra o coordenador de campo da Brasilândia, Valdir Assef.

—Em dezembro de 2006, os três planos locais de prevenção da violência e promoção da convivência foram lançados, com eventos em cada um dos distritos, onde o prefeito, os subprefeitos, a comunidade e o Sou da Paz puderam comemorar o trabalho realizado. Cada um dos planos apresentava os principais desafios para cada distrito e dezenas de ações a ser implementadas pelas secretarias municipais, em parceria com entidades locais e, em alguns casos, o Sou da Paz. “Os planos reforçam a visão que orienta o proje-



to: a da intersetorialidade, entendendo que a prevenção da violência e a promoção da segurança não são atribuições de uma única secretaria ou órgão municipal, mas devem estar na agenda de todos”, pontua Carolina.

## As ações saem do papel

Começaria então, em 2007, a etapa de implementação dos planos, com a assessoria do Sou da Paz. Foi nesse momento que ações como a da visita aos batalhões e companhias da PM na Brasilândia começaram a sair do papel. Com o objetivo de gerar experiências que possam ser referência para que a comunidade e o poder público desenvolvam ações de prevenção da violência,

a equipe do São Paulo em Paz tomou a dianteira da implementação de algumas ações e, ao mesmo tempo, articulou o envolvimento de órgãos municipais para dar conta dos desafios previstos.

Além de trabalhar em âmbito local para a implementação das ações, a equipe do Sou da Paz realizou um intenso trabalho de articulação institucional para levar iniciativas privadas ou públicas para os três distritos. Esse trabalho aconteceu principalmente junto ao Grupo de Gestão Estratégica (GGE), criado para que as altas instâncias da gestão municipal acompanhassem o trabalho do São Paulo em Paz e incorporassem a prevenção da violência em suas agendas. Foi assim que a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da Ilume (ór-





ção responsável pela iluminação), levou iluminação para pontos estratégicos do Grajaú e da Brasilândia. Só no Grajaú, foram mais de 700 pontos de luz, que devem tornar os locais mais seguros.

Foi também nas reuniões do GGE que surgiram as discussões sobre a incorporação da mediação de conflitos na cidade, ação prevista nos planos e que começou a sair do papel em novembro, quando teve início o primeiro curso de mediadores de conflitos na cidade, voltado para 100 pessoas. A primeira etapa contou com 30 horas de curso e mais 12 horas de estágio, a ser realizado em entidades e equipamentos públicos da Brasilândia, Grajaú e Lajeado. “A mediação de conflitos é uma ação que comprovadamente previne a violência, por isso nos empenhamos para articular o poder público em torno da idéia”, afirma Carolina. Além da formação, foi assinado um protocolo de intenções entre diversas secretarias estaduais e municipais e entidades da sociedade civil para a implantação da mediação como forma de resolução pacífica de conflitos, o que pode gerar novas iniciativas.

O trabalho que a equipe chama de “embaixador do distrito”, levando toda oportunidade para os distritos envolvidos no projeto, rendeu bons frutos também junto a iniciativas de outras organizações. O projeto Jovens Urbanos, que a ONG Cenpec já desenvolvia na Brasilândia, foi estendido para o Grajaú e o Lajeado, por exemplo.



## As conquistas locais

No Lajeado, o trabalho voltou-se para os seguintes focos: criação de Convives, comissões de convivência onde a comunidade e o poder público discutem ações dos planos para estimular espaços de convivência; e a criação de uma Rede pela Erradicação da Violência Doméstica, Sexual e de Gênero, para fortalecer a atuação das entidades que trabalham com o tema e constituir um ciclo de atendimento às vítimas deste tipo de violência.

Jair Garcia dos Santos, diretor da EMEF João de Lima Paiva, tem participado da Rede desde o começo e avalia positivamente a atuação do São Paulo em Paz. “Um dos grandes desafios da região é a questão da violência doméstica. A partir do São Paulo em Paz, um grupo de profissionais, que já vinham discutindo e estudando essa questão, iniciou um serviço de atendimento através do Projeto Acolher. É muito bom ver que iniciativas já existentes, quando apoiadas por um programa como o São Paulo em Paz, ganham força”.

A articulação em torno de espaços de convivência no Lajeado agregou muitas pessoas e resultou em festivais e campeonatos em escolas da região. Na escola estadual Clovis Renet Calabrez, depois de meses de conversa, a diretora convenceu-se a participar e abrir o espaço. No final de outubro de 2007, o evento que aconteceu ali reuniu crianças, adolescentes e suas

famílias num campeonato de vôlei e apresentações de dança. Profissionais do programa Ação Família, que atua no bairro, trabalharam voluntariamente, fazendo oficinas e pintura de rosto. Tathiane Ladeira, que coordena a equipe do Ação Família, acompanhou toda a articulação para a realização do evento e avaliou que a equipe do São Paulo em Paz “conseguiu aproximar a comunidade, escola, saúde, programas sociais e organizações locais em torno de um trabalho que é benéfico para todos”.

## São Paulo em paz

**A** Prefeitura e o Instituto Sou da Paz querem reproduzir, nos distritos de Lajeado, Brasilândia e Grajaú, a experiência de combate à criminalidade no Jardim Ângela, que conseguiu reduzir, drasticamente e em curto prazo, a taxa de homicídios, que chegava a 50 assassinatos por mês no início desta década. No Projeto São Paulo em Paz, as estratégias para aumento da segurança na periferia carente da capital procuram integrar poder público e sociedade no desenvolvimento e implementação das ações capazes de promover a prevenção da criminalidade e a convivência segura nas áreas mais críticas da cidade.

Consideradas, em 1996, pela ONU, como o lugar mais violento do mundo, as 37 vilas que abrigam quase 300 mil habitantes no distrito do Jardim Ângela chegaram a registrar, em 2001, o recorde de 277 assassinatos. Para se livrarem do desonroso título, reduzindo o narcotráfico (responsável por 80% das mortes violentas), a exclusão social e a miséria nas 272 favelas, lideranças locais criaram o Fórum de Defesa da Vida, que reuniu representantes de igrejas, de ONGs e de entidades da comunidade.

A Polícia Militar associou-se ao projeto instalando cinco bases de policiamento comunitário, com policiais especializados em ações preventivas. A Universidade Federal de São Paulo instalou um centro para tratamento de dependentes químicos e, para completar, um acordo entre a PM e o Ministério Público levou os bares a fecharem mais cedo.

Programas de renda mínima, reformas de praças e criação de áreas de lazer em locais antes abandonados foram outras iniciativas da comunidade e dos governos. Quatro anos depois do registro do recorde de criminalidade, o número de mortes violentas caiu 61,26% em relação a 2001.

Medidas simples, reunidas num projeto de segurança participativo, e adequadamente articuladas entre o poder público e a comunidade, possibilitaram a melhora significativa, que a Prefeitura quer agora repetir. Para isso, o Instituto Sou da Paz organizará nos distri-

### Experiência bem-sucedida no Jardim Ângela servirá de modelo

tos já mencionados uma ampla rede de parceiros, composta pelas coordenadorias das três subprefeituras, pelas Polícias, Guarda Civil Metropolitana, Ministério Público, Poder Judiciário, entidades comunitárias e a população.

Os três distritos nos quais se iniciará o projeto São Paulo em Paz foram escolhidos a partir da análise de fatores como taxas de homicídios, índices de vulnerabilidade juvenil e alto potencial de articulação comunitária.

O projeto evoluirá em quatro fases, que prevêem o diagnóstico participativo, a criação de novo desenho institucional de gestão municipal da segurança, a elaboração de plano local participativo de prevenção da violência e promoção da convivência e o acompanha-

mento da implementação das ações previstas no plano.

O diagnóstico, que constitui a primeira fase, já foi concluído e apresentado, na quarta-feira, aos subprefeitos de Gaiánses, Capela do Socorro, Freguesia do O/Brasilândia. Nas próximas semanas, esse levantamento, que inclui o perfil da comunidade e do cenário da criminalidade, será apresentado também para servidores das subprefeituras, líderes comunitários, representantes de conselhos de segurança, tutelares e Polícias.

O secretário especial de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo, José Polício Neto, assegura que, no fim deste ano, melhorias já poderão ser notadas nas comunidades localizadas nos extremos das zonas norte (Brasilândia), leste (Lajeado) e sul (Grajaú). “Mais do que reduzir a criminalidade, a ideia é promover a segurança”, explicou, em entrevista ao Estado, a coordenadora do projeto, Carolina de Matos Ricardo.

Os três distritos reúnem problemas comuns de áreas carentes. Além da falta de infraestrutura, da ocupação desordenada, da quase inexistência de serviços de saúde, de opções de lazer, esporte e cultura, os bandidos criaram suas normas, respeitadas pelas comunidades por conta da constante ameaça à vida.

Mas, como proveu o Jardim Ângela, a melhoria é possível. Basta que a Prefeitura lidere com determinação a união de todas as lideranças capazes de levar adiante as medidas que assegurem a prevenção da criminalidade, a melhoria do meio e a plena atenção às crianças e aos jovens.

O Estado de São Paulo  
• 25/06/2006

Para além das ações realizadas nas escolas, a articulação que o São Paulo em Paz promove, fazendo com que entidades locais e órgãos públicos comecem a desenvolver trabalhos juntos, tem uma relevância muito grande para o projeto. “A gente entende que fortalecer a articulação comunitária é por si só uma estratégia de prevenção da violência”, aponta a coordenadora de campo no Lajeado, Adriana Toledo.



## O trabalho no Grajaú

O fortalecimento da articulação comunitária tem acontecido nos outros dois distritos, além da atuação para implementar as ações específicas de cada região. **No Grajaú, a equipe concentrou esforços para fortalecer as escolas, para que se tornem espaços de convivência.** Nesse sentido, em 2007, foi criado um grupo de diretores da Diretoria de Ensino Sul 3, para formação em questões ligadas à prevenção da violência. “Os encontros foram planejados para incluir discussões teóricas e reflexões sobre práticas de gestão das escolas voltadas para o mesmo tema. A articulação entre teoria e prática possibilitou uma grande troca de experiências e discussões sobre a realidade de cada um”, comenta a coordenadora de campo no Grajaú, Claudia Bandeira.

Claudia destaca outro resultado importante do trabalho em 2007: a atuação na região do Parque Cocaia, que apresenta a maior concentração de crimes violentos no Grajaú e problemas de violência nas escolas. Ali, aconteceram eventos de convivência pacífica nas escolas, realizados em conjunto com as equipes das escolas, o grêmio estudantil de uma delas, o movimento hip-hop local, representantes da Guarda Civil Metropolitana e do CRAF (Centro de Referência do programa Ação Família) Reconciliação. Estas pessoas acabaram formando o grupo Cultura e Paz no Cocaia, que segue discutindo convivência pacífica e realizando ações para mostrar que é possível desenvolver um trabalho integrado em prol da coletividade. O último evento do grupo, em 2007, foi realizado na EMEF Padre José Pegoraro. A assistente da direção da escola Elizabeth Ramalho conta

que a escola começou a se envolver já nas discussões para o primeiro evento. “O primeiro evento aproximou muito as escolas e os alunos. Conversamos com o pessoal do São Paulo em Paz para que o próximo evento fosse aqui, e foi ótimo, descobrimos várias entidades que estão envolvidas com os problemas do bairro, os jovens e suas famílias participaram”. Ela considera que a articulação entre a comunidade é essencial, pois “não são alguns eventos nas escolas que vão resolver a violência, mas um trabalho constante e integrado”, defende. Em junho de 2008, aconteceu mais uma edição do Cultura e Paz no Cocaia, com direito a desfile de moda, atividades esportivas, grafiteagem, exposição de fotos, apresentações de dança e orientações sobre a dengue, contemplando interesses variados.



## Brasilândia

Na Brasilândia, a equipe se dedicou tanto à ação de aproximação de jovens e policiais quanto à criação de pólos de convivência no Jardim Damasceno e no Jardim Vista Alegre, além de fortalecer os Consegs (Conselhos Comunitários de Segurança) como importantes espaços de discussão e articulação de iniciativas em torno da segurança. Tanto os policiais quanto os educadores envolvidos nas visitas a batalhões e companhias elogiaram a iniciativa. O coronel Payão, que comanda o Batalhão responsável pelo policiamento no Jardim Elisa Maria, afirma que, para ele, foi uma “grande surpresa ver o trabalho do São Paulo em Paz na região, promovendo a visita de jovens ao batalhão, para que possam ver o que é realmente o trabalho da polícia, porque quem não lida com a criminalidade não percebe a complexidade da questão”. Para ele, ações como esta são importantes porque a polícia “é um órgão estanque que fica fechada, com doutrinas próprias, normas próprias, meios de ação próprios, sem interferência da sociedade. E o Sou da Paz vem mostrar que nós fazemos parte da sociedade”. Do lado dos educadores, também sobram elogios à iniciativa. A educadora do Agente Jovem, Vera Lúcia Alves de Araújo, contou que a visita foi boa para mudar a visão dos jovens sobre a polícia “Eles tinham outra visão, que a polícia só mata. A visita abriu a cabeça deles, tanto que depois eles fizeram

um seminário pra comunidade sobre drogas, violência, juventude”.

A equipe da Brasilândia também teve uma atuação relevante quando o governo do Estado resolveu implementar no Jardim Elisa Maria a Operação Saturação e, em conjunto com a Prefeitura, a Virada Social (leia mais no capítulo 8). “Foi uma feliz coincidência que a Operação Saturação estivesse indo para uma área onde o Sou da Paz estava, por causa do São Paulo em Paz. Já havia um diagnóstico construído, muito bem estruturado, e um plano com propostas de ação, além dos contatos com lideranças comunitárias. Isso foi muito importante para a implementação e discussão da Virada Social”, afirma Bia Graeff, assessora especial da Secretaria de Segurança Pública.

“Respeitadas as diferenças de cada distrito, em cada um, conseguimos fazer muita coisa acontecer ao longo de 2007”, analisa Carolina, que prossegue: “e isso só foi possível por causa de um trabalho contínuo de envolvimento e articulação dos mais diversos grupos, e do apoio e confiança que recebemos de organizações locais, moradores e órgãos públicos”. No começo de 2007, o prefeito de São Paulo transformou o São Paulo em Paz em programa municipal, permitindo que seja implementado em outros distritos da cidade. E também em 2007, a metodologia inovadora de diagnóstico e construção de planos desenvolvida pela equipe do São Paulo em Paz foi sistematizada, para servir de referência para trabalhos similares.













## **Capítulo 11**

### **A POLÍCIA CIDADÃ**



# A polícia que dá certo

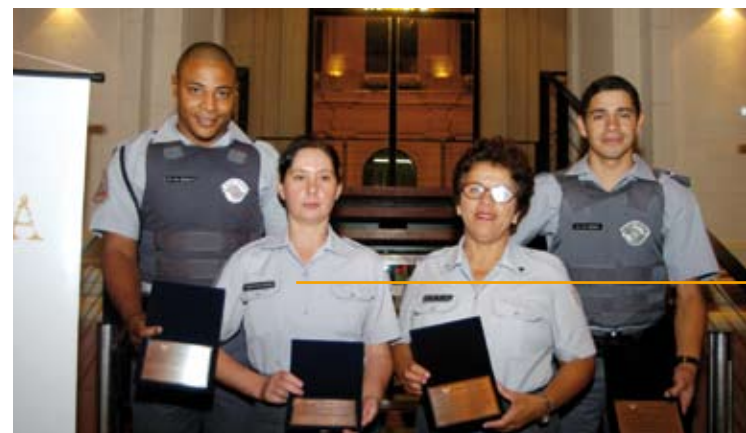
Ao assumir a base de polícia comunitária em uma praça da Vila Guilherme, o sargento Luiz Carlos Pereira se deparou com grandes desafios. Os crimes a mão armada estavam aumentando no bairro, a população era distante da polícia e algumas pessoas praticavam atos ilícitos na própria praça, ignorando os PMs. **Pereira decidiu transformar a praça em um ambiente menos hostil, promovendo mutirões de limpeza, reformas e realizando atividades para atrair os antigos frequentadores.** Até sessões de cinema na praça foram feitas para levar as pessoas de volta ao espaço que era delas. Ao mesmo tempo, os policiais concentraram esforços para criar laços com os moradores, chegando a visitar todas as casas. Aos poucos, se construiu uma nova relação com os policiais e com aquele espaço público, e isso se refletiu na queda dos crimes no entorno.

Esta história poderia ter ficado restrita ao bairro, se Pereira não tivesse decidido se inscrever no Prêmio Polí-

cia Cidadã. O Prêmio é um projeto do Instituto Sou da Paz que, desde seu lançamento, em 2003, identifica e premia ações das Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica que solucionaram um problema de segurança pública de modo eficaz, utilizando criativamente os recursos disponíveis, aproximando-se da comunidade e, acima de tudo, respeitando a lei. Os vencedores recebem uma quantia em dinheiro e têm seu trabalho difundido pelo Sou da Paz junto à imprensa e à sociedade civil.

A ação da equipe da Vila Guilherme foi uma das vencedoras da edição do Prêmio em 2006, e ganhou uma visibilidade até então inédita. Com o dinheiro recebido, os policiais compraram equipamentos para continuar com as sessões de cinema e fizeram pequenas reformas na base. Mais do que a quantia recebida, eles destacam o reconhecimento por parte da sociedade e da própria polícia. Na corporação há 18 anos, o sargento Pereira diz que, até ganhar o prêmio, não tinha rece-

bido nenhum tipo de valorização por seu trabalho. “Desde que comecei com a ação aconteceu muita coisa na minha carreira. Eu me destaquei através deste prêmio”, conta ele, que em 2007 foi indicado para fazer um curso no Japão sobre policiamento comunitário. A ação está sendo difundida para outras bases comunitárias da cidade, como a do bairro da Lapa e do Parque do Carmo. “Os colegas vieram ver o que estamos fazendo e pretendem replicar nosso projeto”, afirma, orgulhoso.





### O estímulo que faltava

Na zona noroeste da cidade, no bairro de Perus, uma equipe de policiais militares, também vencedora do Prêmio Polícia Cidadã, se entusiasma com os desdobramentos do prêmio. A ação que a equipe desenvolveu, para mediar conflitos entre jovens das escolas do bairro, cresceu depois de ter vencido a segunda edição do Prêmio. Roseli de Jesus Monteiro, uma das vencedoras, conta que isso não só fez com que os policiais envolvidos na ação se sentissem mais motivados com o trabalho, mas ainda agregou novos policiais à equipe. “Quatro pessoas atuavam no projeto e outros policiais quiseram participar”. Hoje, são 12 policiais comprometidos com o projeto, o que ampliou o número de escolas atendidas. Segundo Roseli, a visão dos policiais sobre ações como essa mudou muito. No Batalhão em que ela atua, tem crescido o número de ações desenvolvidas por policiais seguindo os princípios do Prêmio.

Vencedor da 1ª edição do Prêmio Polícia Cidadã, com uma ação desenvolvida no bairro Cidade A É Carvalho, onde ele e sua equipe desenvolveram estratégias para abrir e aproximar a delegacia da comunidade, o delegado Marco Antonio Cicone levou a idéia para o Parque São Rafael, quando foi transferido em 2005, desenvolvendo outro projeto de aproximação dos policiais civis com os moradores do bairro, também em parceria com entidades da

região. “A polícia é muito hostilizada, e o Sou da Paz, com esse prêmio, é a única entidade da sociedade civil comprometida com a polícia e com sua relação com a sociedade. O prêmio é um trabalho de formiga, mas tem muitos efeitos para os policiais, que se sentem motivados a seguir em frente”, afirma Marco Antonio.

Desde o início, o Prêmio Polícia Cidadã conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e de pessoas físicas e jurídicas que viabilizam a iniciativa. Em cada edição, o número de inscritos cresce e, em 2006, as inscrições foram abertas também para os policiais que atuam nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Foi assim que uma ação desenvolvida por policiais militares de Mogi das Cruzes, para enfrentar o crescimento do furto de veículos, chegou ao conhecimento da sociedade. O capitão Alcides Correia Neto, participante da ação premiada, comemora: “não são muitas as oportunidades de reconhecimento do bom trabalho policial. Em 23 anos de corporação, o Prêmio Polícia Cidadã foi a melhor iniciativa que eu já vi”.





### Ajudando a construir uma nova polícia

Jogar luz aos bons policiais, para que sejam valorizados e estimular que as ações sejam replicadas, criando uma nova cultura dentro e fora da corporação, são os objetivos do Prêmio Polícia Cidadã. “Já sabemos que polícia não desejamos: a violenta, que abusa de seus poderes, se deixa corromper, é distante da população e não garante a segurança dos cidadãos. Agora precisamos fortalecer a boa polícia, que precisa ganhar cada vez mais espaço e reconhecimento”, afirma o diretor do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne. Todas as etapas do projeto são planejadas para garantir esse objetivo. Para a cerimônia de premiação, que é o fim de um longo processo de avaliação, tudo é pensado nos mínimos detalhes: o evento acontece na Sala São Paulo, a mais importante sala de espetáculos da cidade. **Quando os policiais vencedores sobem ao palco para receber o prêmio, são ovacionados por uma platéia que inclui o governador, secretários de estaduais, prefeitos da Região Metropolitana São Paulo, líderes comunitários e representantes da sociedade civil.** “Os policiais são aplaudidos e valorizados diante de seus colegas e familiares e isso os motiva a seguir com o trabalho, porque eles sentem que têm o aval da sociedade”, pontua Mariana Montoro Jens, ex-diretora do Instituto Sou da Paz que supervisionou todas as cerimônias de premiação já realizadas.







Nas três edições do Prêmio, mais de 150 policiais foram premiados. O processo de avaliação de cada uma das ações inscritas é longo e rigoroso: uma equipe de especialistas avalia todas as ações e aquelas classificadas como finalistas são visitadas por outra equipe, que checa a pertinência das informações. Uma nova rodada de avaliação é feita para escolher as vencedoras.

Em 2007, todas as boas práticas identificadas pelo Prêmio Polícia Cidadã foram reunidas pelo Sou da Paz na publicação A Polícia que dá certo, que foi distribuída para centros de formação, batalhões e delegacias de todo o país. Com esta iniciativa, deve aumentar a difusão e o potencial de multiplicação destas ações.

Em 2008, foi lançada a quarta edição do Prêmio em São Paulo, abrangendo outras regiões do estado (Vale do Paraíba, baixada Santista, e região de Campinas) e pela primeira vez o Prêmio Polícia Cidadã chegou ao Rio de Janeiro, onde aconteceu em parceria com o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC). Na edição paulista, 751 policiais se inscreveram.





## Outras ações

Entre todas as ações que o Instituto Sou da Paz desenvolve com as forças policiais, o Prêmio Polícia Cidadã é aquela com maior visibilidade. Mas o trabalho junto a este público começou antes do Prêmio. Em 2002, o Sou da Paz desenvolveu uma metodologia para aperfeiçoar a formação dos policiais militares que atuam fazendo a segurança escolar. A formação foi testada com PMs que faziam a Ronda Escolar na região do Jardim São Luis, Jardim Ângela e Capão Redondo. O material do projeto, chamado **Polícia e Escola**, é até hoje utilizado em formações e debates sobre a relação entre polícia e comunidade escolar.

O Sou da Paz também apóia e coordena ações pontuais de aproximação entre policiais e jovens. Em 2007, o Instituto ajudou a organizar um festival de grafite da base de polícia do Jardim Ranieri, bairro do Jardim Ângela, depois de levar o debate sobre polícia e juventude para o distrito.

As preparações para o festival começaram quando o cabo Adolfo Lora, que trabalha na base, procurou o Instituto Sou da Paz para estabelecer uma parceria com grupos de grafite da região. O Sou da Paz organizou então uma reunião, que aconteceu na própria Base e contou com a participação de jovens dos grupos de grafite Manifestação e Afasia. Desta reunião saíram as definições sobre a estrutura do festival:

aconteceria ao longo de um sábado, e os grafiteiros produziram painéis sobre meio ambiente e aquecimento global, que ficariam expostos no canteiro central da Estrada do M'Boi Mirim, em frente à Base. Os policiais não só acompanharam satisfeitos a grafiteagem, como fizeram questão de zelar pela segurança dos grafiteiros, fechando uma das faixas de trânsito da Estrada.

Foi também em 2007 que o Sou da Paz auxiliou a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a redesenhar o modelo de Operação Saturação, posteriormente aplicado no Jardim Elisa Maria (leia mais no capítulo 8). Esta é, como se percebe, uma área bastante estratégica e com diversas possibilidades de atuação.







# Construindo a polícia que queremos

O Brasil assistiu nos últimos vinte anos a um alarmante crescimento nas taxas de criminalidade e violência. À medida que o medo do crime passou a fazer parte da realidade e do imaginário da população, a preocupação com a segurança pública ocupou cada vez mais o debate público, a mídia, as esferas políticas, a sociedade civil e os centros de pesquisa.

Em linhas gerais, este debate foi marcado pela seguinte dicotomia: de um lado, havia aqueles que defendiam a ampliação da capacidade repressiva do Estado; em oposição a esta, defensores da tese de que, sendo uma consequência da desigualdade social, a violência só pode ser efetivamente enfrentada por meio da redução deste outro problema. Nesse cenário, as discussões sobre o papel da polícia ficaram restritas aos grupos mais conservadores, que, ao defenderem um Estado mais repressivo, davam aos policiais permissão para matar e abusar dos direitos das pessoas. Este discurso reproduzia a lógica do período ditatorial, que orientava a atuação policial para a defesa da ordem e da segurança nacional, o combate ao inimigo e a defesa do Estado a todo custo – mesmo que isto implicasse sucessivos abusos e desrespeitos à lei e aos direitos dos cidadãos.

Já vivendo sob a democracia, o Brasil continuava com forças policiais seguindo as mesmas estruturas e a lógica do regime militar. Mas este modelo de atuação não obteve nenhuma redução dos índices de criminalidade e ainda se mostrou incompatível com os princípios de uma sociedade democrática.

Por isso, o desafio daqueles dispostos a trabalhar por políticas de segurança pública realmente eficazes passa também por construir um novo modelo de polícia. Isso significa redefinir o papel da polícia: garantir a segurança da população, atuando dentro da legalidade. A força deve ser utilizada apenas quando necessário, e seu uso deve ser racional, técnico e ético. Outro aspecto crucial deve ser a valorização da inteligência. Elaborar diagnósticos claros da situação a ser enfrentada e ter planejamentos eficientes e realizados de maneira integrada, além de monitorar as ações e avaliar os resultados são práticas que auxiliam no resultado do trabalho e devem ser incorporadas pelos policiais. O uso de tecnologias; como o geoprocessamento de ocorrências, e a aproximação da população são grandes aliados na coleta de informações.

Para que esta nova polícia se concretize, é preciso que haja investimentos contínuos na formação dos policiais, abordando também aspectos de prevenção, mediação, técnicas de investigação e planejamento integrado. O aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, tanto internos como externos também faz parte dessa construção. Por fim, a aproximação com a comunidade, entendendo que a







população é um parceiro na implementação de políticas de segurança pública, é outro elemento sem o qual dificilmente a polícia se transformará.

O que se percebe é que esta nova polícia já está acontecendo. Muitos estados brasileiros têm adotado programas de policiamento comunitário, com resultados significativos na melhora das relações da polícia e da comunidade e um impacto nos índices de criminalidade. Também se vê em alguns setores o investimento em diagnóstico e planejamento, utilizando tecnologias de mapeamento e análise de informações criminais para que a polícia possa atuar de maneira mais eficaz. A defesa de mais investimentos em inteligência e menos na força também tem ganhado destaque. Ainda assim, é preciso trabalhar para difundir esta nova concepção sobre o trabalho da polícia e fortalecer as boas práticas que existem.

Esse é um dos maiores enfoques do trabalho do Instituto Sou da Paz junto à Polícia: contribuir para a consolidação deste novo modelo de policiamento, valorizando e difundindo boas práticas dentro e fora da corporação e ajudando a multiplicar junto à opinião pública um novo discurso e novas demandas em relação ao trabalho policial. Como uma organização que tem o respeito aos direitos humanos em sua missão, o Sou da Paz defende que todo e qualquer abuso policial seja denunciado, investigado e julgado. Mas a sociedade civil não deve apenas exercer esse controle informal sobre a polícia, ela pode também contribuir para a construção de novas referências e a discussão sobre que tipo de polícia queremos.

É isso que fazemos no Prêmio Polícia Cidadã, quando definimos, junto a um grupo de especialistas, os critérios de premiação e os princípios do que é um bom trabalho policial e valorizamos publicamente os policiais que atuam seguindo estes princípios. É isso que fazemos quando atuamos junto à Secretaria de Segurança Pública, debatendo qual o formato de uma Operação Saturação que não se restrinja a um trabalho repressivo (leia mais no capítulo 8), ou quando desenvolvemos um material e um curso que possibilitem aos policiais que atuam em escolas repensarem seu papel e construírem novas relações junto à comunidade escolar. Também em experiências pontuais de aproximação entre jovens e polícia, tentamos criar experiências que fiquem como referências, para a comunidade, de que um outro tipo de relação, pautada pelo respeito, confiança e legalidade, é possível.







control arms

1 million faces.

Ansa

Amnesty International

**Capítulo 12**  
SEM  
FRONTEIRAS:  
O CONTROLE  
DE ARMAS  
NO MUNDO

PELO CONTROLE DAS ARMAS DE FOGO

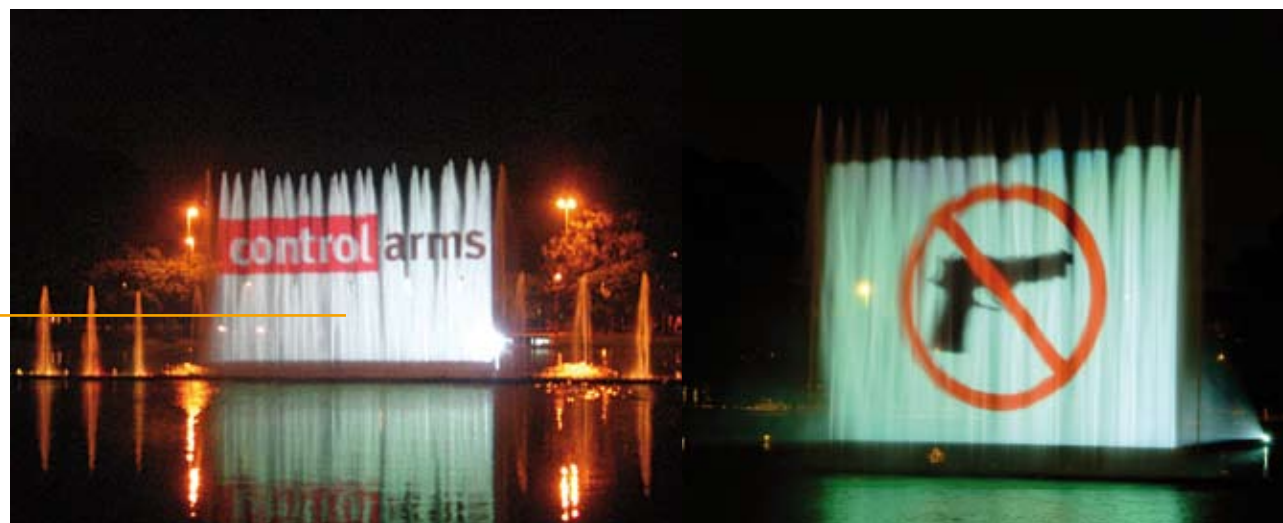


# Expandindo fronteiras

Desde que São Paulo completou 450 anos, o lago do parque Ibirapuera, um dos mais importantes da cidade, conta com uma imensa fonte multimídia. Com centenas de jatos de água e tecnologia para sincronizar luz e som, ela cria um espetáculo visual diferente toda vez que é acionada. Na noite de 14 de junho de 2007, quando a fonte foi ligada, o que se viu foi um espetáculo inédito: em vez dos jogos de luz e movimentos de água, imagens e mensagens sobre os prejuízos causados pelas armas de fogo foram projetadas na fonte, criando um imenso painel líquido.

Ao mesmo tempo, na calçada do parque, um *outdoor* humano, formado por dezenas de pessoas, chamava a atenção dos motoristas, com mensagens pedindo a criação de um tratado internacional que controle o comércio mundial de armas de fogo. Para completar a manifestação, mais de 200 ciclistas noturnos se encontraram no parque e partiram pelas ruas da cidade, vestindo camisetas com frases favoráveis a este tratado.

Organizado pelo Instituto Sou da Paz, o ato estava inserido em uma agenda global: durante aquela semana, organizações do mundo todo realizaram atos públicos, coletivas de imprensa e outras iniciativas para alertar a opinião pública sobre a importância deste tratado. Em São Paulo, o ato no Ibirapuera não foi a única manifestação: quatro dias antes, uma equipe do

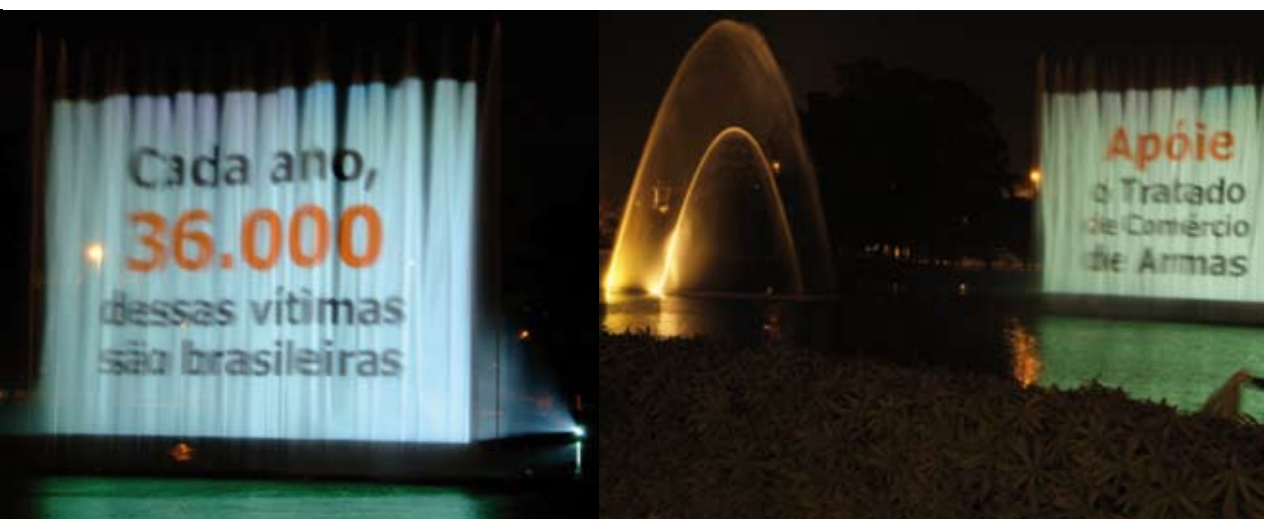


Sou da Paz e diversos voluntários desfilaram na Parada GLBT, distribuindo bandanas com os dizeres “Eu apoio o Tratado” e folhetos sobre o assunto. Até 17 de junho, ocorreram centenas de passeatas, destruições públicas de armas, reuniões com governantes e outras manifestações em 65 países.

A semana de ativismo pelo controle de armas, conhecida como *Global Week of Action* (Semana Global de Ação), acontece desde 2003 e chama a atenção para a criação deste tratado – que, em inglês, é conhecido pelas siglas ATT (*Arms Trade Treaty*). A realização desta Semana é uma das estratégias da campanha mundial pelo ATT, a *Control Arms*, que foi lançada em 2003. A campanha é uma iniciativa de duas grandes ONGs: a Anistia Internacional







e a Oxfam, em parceria com a lansa, uma rede mundial que reúne todos os grupos e organizações que trabalham pelo controle de armas. No Brasil, quem está coordenando a Campanha *Control Arms* é o Instituto Sou da Paz, que, com isso, tem fortalecido cada vez mais sua atuação além das fronteiras brasileiras.

### Um movimento global

O movimento a favor de um tratado que regule o comércio de armas no mundo começou em 2003, por iniciativa de diversos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz. Naquele ano, o Sou da Paz concentrava esforços para que fosse aprovada, no Brasil, uma lei que estabelecesse maior controle sobre a produção, o comércio e a circulação

de armas no país, mas já participava de movimentos globais para discutir o controle de armas em âmbito internacional. Foi justamente a experiência que o Sou da Paz vinha adquirindo em mobilizar a opinião pública e fazer um trabalho de *advocacy* junto aos governos que o levou a ser convidado a coordenar a *Control Arms* no Brasil.

Nos primeiros anos de campanha, os esforços voltaram-se para dois focos: de um lado, era preciso conscientizar a opinião pública sobre o problema causado pela proliferação descontrolada de armas de fogo (leia mais na página 122); de outro, era preciso influenciar o ponto de vista dos governos sobre o problema. Assim, foi criada a Campanha Um Milhão de Rostos, uma espécie de abaixo-assinado visual que coletou um milhão de fotos



de pessoas no mundo todo pedindo a criação do ATT. Só no Brasil, graças aos esforços do Sou da Paz e de centenas de voluntários que se engajaram na iniciativa, foram coletadas mais de 50 mil fotos, além de milhares de autorretratos desenhados por crianças de todo o país. Ao mesmo tempo, as organizações envolvidas com a Campanha *Control Arms* começaram a participar de todos os encontros na ONU sobre o controle de armas leves e a ocupar cada vez mais espaços de discussão sobre o tema.

Em 2005, além de se dedicar à mobilização para o Referendo sobre a proibição do comércio de armas no Brasil, o Instituto Sou da Paz continuou trabalhando na Campanha *Control Arms*. Em março, quando o mundo lançou uma mobilização chamada de 100 dias de Ação pelo Tratado (para desenvolver ações nos cem dias que antecederiam uma Conferência da ONU sobre armas leves), o Sou da Paz realizou um ato na Praça da Sé que mobilizou mais de 1.000 pessoas e chamou a atenção da mídia. Em junho, o Instituto participou, em Nova York, da Conferência da ONU e acompanhou as discussões sobre controle de armas no mundo.

## A primeira vitória

Em outubro de 2006, pela primeira vez, os governos reunidos na Assembleia Geral da ONU votaram a proposta de criar um Tratado Internacional sobre o Comércio de Armas, e o apoio foi retumbante, com 139 votos a favor e somente os Estados Unidos votando contra. Antes do voto, a resolução pela criação do ATT havia sido apoiada por 116 governos, número muito maior do que o obtido na histórica resolução que implementou o Tratado de Ottawa banindo minas terrestres em 1998 – demonstrando que os países se conscientizaram sobre a dimensão do problema.



## A voz do Brasil na ONU

Os trabalhos para desenhar o tratado começaram logo no início de 2007, quando o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, solicitou aos países que enviassem suas posições para estabelecer as diretrizes do ATT. Os membros da Campanha *Control Arms* decidiram,

então, realizar **consultas populares em todos os países e encaminhar as considerações dos grupos ouvidos aos respectivos Ministérios das Relações Exteriores** (órgão encarregado de preparar e enviar o parecer oficial à ONU). “Com isso, o processo de construção do Tratado deixaria de ser algo distante da população, e a posição de cada país levaria em conta a opinião das pessoas mais afetadas pelas armas de fogo”, aponta Heather Sutton, que no Sou da Paz é coordenadora de mobilização da área de controle de armas.

No Brasil, o Instituto Sou da Paz realizou consultas populares em São Paulo, Belém, Brasília, Porto Alegre, Londrina e Salvador, garantindo assim que cada região do país fosse representada. Na cidade de São Paulo, houve consultas com grupos específicos, como jovens moradores da periferia, mulheres, policiais e especialistas em segurança pública. O Sou da Paz também produziu dois vídeos: um apresentando a metodologia de consultas populares realizadas no Brasil, que foi distribuído para organizações que trabalham com controle de armas na América Latina e influenciou diversas consultas no continente; e outro, um “povo fala”, em que centenas de brasileiros expressavam sua opinião sobre as armas de fogo e que foi encaminhado ao Itamaraty.

Junto com o vídeo, o Instituto Sou da Paz entregou ao Itamaraty um relatório





rio com os principais pontos levantados nas consultas populares. Em abril, o parecer que este órgão enviou à ONU incluiu algumas das recomendações que surgiram nas consultas populares, como a criação de um instrumento internacional de marcação e rastreamento de armas e munições e a prestação de contas anual dos países sobre suas transferências de armas e munições.

### Fortalecendo a atuação da sociedade

Desde que foi aprovada a criação do ATT, as organizações ligadas à Campanha *Control Arms* perceberam a necessidade de fortalecer o trabalho de *advocacy*, ou pressão por políticas, junto aos governos. Assim, foi criado um comitê reunindo organizações de 15 países, que lideram a construção de estratégias para a campanha. O Instituto Sou da Paz faz parte deste grupo, chamado *Steering Committee* (algo como Comitê Orientador), e tem desempenhado o papel de secretaria técnica do grupo, coordenando e facilitando a comunicação entre os membros. Simon Gray, coordenador de políticas de armas da Oxfam, avalia positivamente a atuação do Sou da Paz no Comitê: “o Sou da Paz é uma das mais fortes organizações tanto na área de *advocacy* quanto de mobilização, e o resto do Comitê tem confiança no seu trabalho. Sabemos que podemos contar com o Sou da Paz para fazer o que for pre-

ciso, e com um padrão de qualidade muito alto”.

Uma das estratégias para que o trabalho de influenciar a posição dos governos seja eficaz tem sido fortalecer a atuação conjunta das organizações da América Latina. Nesse sentido, em 2006, organizações da região decidiram fundar a Clave – Coalizão Latino-Americana pela Prevenção da Violência Armada. “Apesar de não ter nenhum país em guerra, a América Latina é hoje a região que concentra o maior número de mortes por armas de fogo no mundo, então o tema do controle de armas precisa entrar urgentemente na pauta dos países”, avalia Heather. Por isso, a Clave estrutura seu trabalho a partir do estudo de legislações nacionais, da busca por legislações de referência, da análise do que pode ser aplicado localmente e da realização de campanhas de conscientização e *advocacy*.

O Instituto Sou da Paz é uma das cinco organizações que fazem parte da coordenação da Clave e participa das reuniões virtuais, de assembléias gerais e colabora com o site da coalizão,

buscando contribuir com sua experiência de trabalho no Brasil e também ser a ponte entre a Campanha *Control Arms* e as organizações latino-americanas. “O Sou da Paz é um exemplo para os membros da Clave. Seu histórico e sua trajetória motivam as outras organizações dispostas a promover transformações em seus países, e que enfrentam dificuldades diárias. Com seu *know-how*, arrisco dizer que o Sou da Paz é um motor fundamental para Clave”, aponta Darío Kosovsky, do Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais da Argentina, também membro da Clave.

Ao desenvolver tantos esforços em âmbito regional e global, o Sou da Paz acredita que isso pode gerar frutos para o mundo e também muitos benefícios para o Brasil. “Em um mundo globalizado, ter uma legislação nacional forte para controlar as armas não basta, é preciso garantir que internacionalmente haja um maior controle sobre o comércio e a circulação destes artefatos”, comenta Denis Mizne. E o Sou da Paz seguirá trabalhando para que isso aconteça.



# Agindo globalmente

Para muitos brasileiros, um processo que se desenrola nos imponentes corredores e salas de conferência da longínqua ONU pode parecer um tanto irrelevante para seu dia-a-dia. Tal sensação é compreensível, mas não condiz com a realidade do fluxo de armas no país, que tem a desonra de ser o campeão mundial em números absolutos de mortes anuais por armas de fogo.

Se é bem verdade que a vasta maioria das armas em circulação no país é de produção nacional – a CPI do Tráfico de Armas mostrou que por volta de 85% das armas apreendidas são brasileiríssimas –, um contingente cada vez mais visível tem procedência internacional. Provindas do tráfico internacional e passando por portos mal monitorados e fronteiras porosas como aquelas com o Paraguai e Suriname, ou entrando legalmente para lojas e forças de segurança e depois desviadas, estas armas muitas vezes são automáticas, de maior calibre e poder de fogo que suas similares nacionais. O noticiário policial nos oferece repetidos exemplos de sua prevalência e poder de destruição, especialmente em casos específicos, como das facções do crime organizado no Rio de Janeiro.

Além das armas estrangeiras que causam danos à população brasileira, há outro aspecto primordial: o Brasil é o segundo maior exportador de armas do continente americano – após os EUA – e o sexto maior exportador de armas leves (pistolas e revólveres) do mundo. Os números são impressionantes: 2,3 milhões de armas produzidas entre 2002 e 2006, das quais 1,7 milhão exportadas. Portanto, nosso país tem um papel de destaque tanto na oferta quanto na demanda por armas, comprovados vetores da violência urbana e catalisadores de conflitos internos ao redor do mundo. Acreditamos, assim, que o país tem a responsabilidade moral, com seus cidadãos e com a comunidade internacional, de evitar que armas caiam nas mãos erradas.

É exatamente por isso que o Instituto Sou da Paz tem se empenhado na ONU por um Tratado de Controle do Comércio de Armas. Incrivelmente, estes produtos literalmente desenvolvidos para matar não têm nenhum tipo de regulamentação jurídica global, podendo ser exportados ou importados ao bel prazer de países e muitas vezes grupos armados. Tal flexibilidade comercial não ocorre nem para carne, bananas ou outros produtos agrícolas, de periculosidade nula ou ínfima. Nossa luta pelo Tratado (conhecido como *ATT* por suas siglas em inglês) visa basicamente garantir que armas (tanto leves quanto convencionais, como mísseis ou aviões de guerra) só possam ser exportadas para países que efetivamente evitem que as mesmas sejam desviadas ou usadas para cometer abusos dos direitos dos seus cidadãos.

A importância dos esforços internacionais na área de controle de armas vem exatamente da realidade de que legislações e políticas nacionais – como o Es-







tatuto do Desarmamento – são essenciais, porém insuficientes, para abarcar as realidades do mercado mundial das armas, de produção e fluxos cada vez mais globalizados. São necessárias também medidas regionais e internacionais que complementem e fortaleçam as políticas domésticas. Por fazer questão de participar ativamente na construção destas medidas, o Instituto Sou da Paz coordena no Brasil, desde 2003, a campanha *Control Arms* – que desenvolve ações de mobilização pelo Tratado ao redor do mundo – e participa do *ATT Steering Committee*, grupo de 15 ONGs espalhadas pelo globo que desenvolvem e executam as estratégias políticas em prol do instrumento na ONU.

Nossa atuação para além das fronteiras do Brasil acontece tanto em âmbito global quanto regional. Procuramos aprender e dialogar com nossos vizinhos, considerando que existem problemas compartilhados pelos países latino-americanos que nem sempre encontram eco na esfera mundial. Nesse sentido, somos membro da coordenação da Clave (Coalizão Latino-Americana pela Prevenção da Violência Armada), rede de ONGs da América Latina que atuam em diferentes áreas da segurança pública. O intuito deste relacionamento em rede é receber e oferecer informações que possam embasar novas políticas públicas contra a violência em nossos países, assim como buscar soluções regionais para fenômenos que ultrapassam nossas fronteiras.

Bons exemplos destas práticas são a disseminação do Estatuto do Desarmamento para a sociedade civil de países que ainda não têm legislação nacional de controle de armas e o compartilhamento de informações sobre nossa campanha de recolhimento de armas com ONGs da Argentina, que embarcou há pouco em campanha similar com muito sucesso. No âmbito governamental, a atuação da sociedade civil contribuiu, por exemplo, para soluções regionais que ajudaram a diminuir consideravelmente o “efeito bumerangue” de armas exportadas que retornavam ilicitamente ao Brasil, como a moratória de exportações ao Paraguai e a implementação de alíquota de 150% para exportação de armas a todos os países vizinhos.

O sucesso destas medidas e os desafios homéricos que nos aguardam na realização de outras são os combustíveis que nos impulsionam a ativamente contribuir para a busca de soluções regionais e globais para o obscuro problema da violência armada no Brasil, na América Latina, no mundo. No Instituto Sou da Paz, acreditamos veementemente que precisamos mudar o mundo para mudar a realidade do nosso país, da nossa cidade e da nossa rua.

Daniel Mack é coordenador de políticas da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz







história dos dez anos do Sou da Paz não é só a história do Instituto. É a história de milhares de pessoas que compartilham dos nossos valores e ideais, confiam no nosso trabalho e se engajam, das mais variadas formas, em um poderoso movimento para construir uma nova maneira de se pensar e fazer segurança pública.

É a história do Jardim Ângela, do Capão Redondo, do Jardim São Luis, do Campo Limpo, do Grajaú, da Brasilândia, do Lajeado, de Diadema, de São Bernardo do Campo, de Itaquaquecetuba, da Rede Desarma Brasil, da Rede Ação pela Paz, de centenas de policiais, de prefeitos, gestores públicos, lideranças comunitárias e dos jovens que participam das nossas ações.

É a história, também, de todos aqueles que dedicam ou dedicaram uma parte de seu tempo à nossa causa. Os voluntários, com toda sua disposição, comprometimento e vontade de ajudar, são uma parte essencial da nossa engrenagem e sem eles, em muitos momentos, não teríamos conseguido chegar aonde chegamos.

Essa é também a história de pessoas e instituições que acreditam nas nossas propostas e nos apóiam financeiramente, viabilizando a realização dos nossos projetos e a nossa sustentabilidade.

E, por fim, esta é a história de todos os funcionários que passaram pelo Sou da Paz e daqueles que continuam construindo, a cada dia, um pedaço da nossa história.

A todos vocês, os nossos mais sinceros agradecimentos. E que cada um continue ao nosso lado nas próximas décadas...

Equipe Instituto Sou da Paz (dezembro de 2008)

DIRETORIA

**Diretor Executivo:** Denis Mizne  
**Diretora de Desenvolvimento Institucional:** Melina Risso  
**Secretária da Diretoria:** Michelle de Oliveira

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

**Coordenadora Administrativa:** Arlete Martins da Silva  
**Assistente de Informática:** Carlos de Oliveira Santos  
**Recepção:** Regina Beranger e Marcela José de Souza  
**Auxiliar de Escritório:** Thiago Figueiredo de Araujo Carneiro  
**Copeira:** Evaneide Gonçalves Furtado Garcia

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

**Coordenadora Financeira:** Mariana Proença  
**Assistente Administrativo:** Felipe Ferreira Paulo

ÁREA DE COMUNICAÇÃO

**Coordenadora:** Daniela Caldeirinha  
**Assistente de Design Gráfico:** Janaina Siqueira  
**Estagiário:** Alexandre Fisberg

ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**Assistente:** Carolina Oliveira

ÁREA DE SISTEMATIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E REFERÊNCIA

**Coordenadora:** Ligia Rechenberg

ÁREA DE VOLUNTARIADO

**Coordenadora:** Janaina Baladez  
**Assistente:** Carolina Oliveira

ÁREA DE CONTROLE DE ARMAS

**Coordenadora de Mobilização:** Heather Sutton  
**Coordenador de Políticas:** Daniel Mack  
**Assistente:** Erica Ribeiro  
**Assistente:** Carolina Oliveira

ÁREA DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

**Coordenadora:** Mônica Zagallo  
**Estagiária:** Marília Ortiz

PROJETO JUVENTUDE, GÊNERO E ESPAÇO PÚBLICO

**Coordenador:** Gabriel Di Pierro

PROJETO PRAÇAS DA PAZ SULAMÉRICA

**Coordenador:** Ricardo Mello  
**Assistente de Coordenação:** Marcio Bhering  
**Co-gestor Jardim Angela:** Márcio Teixeira Silva  
**Co-gestora Brasilândia:** Elisângela Ap.Gonçalves da Silva  
**Co-gestor Lajeado:** Felipe Andrés Calderon Roa  
**Estagiária:** Michelle dos Santos Fernandes

ESPAÇO CRIANÇA ESPERANÇA SÃO PAULO

**Coordenadora Geral:** Beatriz Miranda  
**Coordenadora Pedagógica:** Joana Passos Miraglia  
**Coordenadora Social:** Roma Pitombo Di Mônaco  
**Co-gestor do Núcleo de Juventude:** Luis Cicaroni  
**Assistente:** Bernadete de Souza  
**Educador:** Cleber Liberal de Oliveira  
**Educador:** Claudio Pereira dos Santos  
**Educadora:** Débora Garcia Boeira  
**Educador:** Donizete de Souza (Bonga)  
**Educadora:** Mariana Lourenço Maeda  
**Educadora:** Maytê Aché Saad  
**Educadora:** Mayra Lopes  
**Educador:** Marcelo Arruda Piccioni  
**Educador:** Renato Ferreira de Jesus Honório  
**Educador:** Rone Francisco Gomes  
**Educadora:** Soraya Barreto  
**Auxiliar de Escritório:** Willian Guyton de Jesus

ÁREA DE GESTÃO LOCAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Coordenadora:** Carolina de Mattos Ricardo  
**Assistente:** Thiago Thadeu da Rocha

PROJETO PLATAFORMA DOS CENTROS URBANOS – UNICEF

**Coordenadora de campo:** Adriana Toledo  
**Coordenador de campo:** Marquilandes Borges de Sousa  
**Assistente Executiva:** Aline Bigaran  
**Assistente de Comunicação:** Karla Maria de Souza

PROJETO AÇÃO NA LINHA

**Coordenadora:** Lara Nacht  
**Assistente:** Virginia Schmidt

ÁREA DE POLÍCIA

PROJETO PRÊMIO POLÍCIA CIDADÃ

**Coordenadora:** Elizabete Albernaz  
**Assistente:** Terine Husek Coelho

ÁREA DE CULTURAS E VALORES

**Coordenadora:** Beatriz Cruz

Conselho

CONSELHO DIRETOR

Denis Mizne  
Marcos Lederman  
Illan Goldfajn  
Theodomiro Dias Netto  
Luciana Guimarães

CONSELHO CONSULTIVO

Anabela Gonçalves  
Belisário dos Santos Junior  
Carlinhos Brown  
Carlos Tibúrcio  
Centro Acadêmico XI de Agosto  
Chico Pinheiro  
Dráusio Gragnani  
Flávia Schilling  
José Carlos Dias  
José Marcelo Zacchi  
Luiz Eduardo Soares  
Malak Poppovic  
Marlene Cortese  
Og Roberto Dória  
Oscar Vilhena Vieira  
Padre Jaime Crowe  
Túlio Kahn

CONSELHO FISCAL

Daniel Krepel Goldberg  
Eduardo Pugliese Pincelli  
Marcos de Mendonça Peccin







Rua Luis Murat, 260  
Cep: 05436-040  
São Paulo - SP  
Tel: 11 3812-1333

[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)  
[soudapaz@soudapaz.org](mailto:soudapaz@soudapaz.org)

### **Instituto Sou da Paz**

#### **Diretoria**

Denis Mizne  
Melina Risso

#### **Ex-diretores**

José Marcelo Zacchi  
Luciana Guimarães  
Mariana Montoro Jens

### **Valeu a pena. Sou da Paz: Os primeiros 10 anos.**

**Coordenação:** Ligia Rechenberg

**Colaboradores:** Beatriz Cruz, Carolina de Mattos  
Ricardo, Daniel Mack, Daniela Caldeirinha, Flavia  
Schilling, Gil Alessi, Marcus Góes, Marília Ortiz e  
Ricardo Mello

**Textos não assinados:** Ligia Rechenberg

**Revisão:** Vânia Regina Fontanesi

**Projeto Gráfico e diagramação:** Janaina Siqueira

**Fotos:** Carol Quintanilha, Érico Hiller, Gustavo Porto,  
Ike Levy, Julio Vilela, Kaue Pallone, Lilian Knobel,  
Raoni Saade, Reginaldo Lima e Thiago Vieira

**Apoio:** Sigrid Rausing Trust e Tecnisa

Julho/2009

Tiragem: 1.200 exemplares

1ª edição

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)** (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Valeu a pena : Sou da Paz : os primeiros 10 anos /  
[coordenação Ligia Rechenberg]. -- São Paulo :  
Instituto Sou da Paz, 2009.

Vários colaboradores.  
ISBN 978-85-62387-00-5

1. Instituto Sou da Paz (SP) - História 2. Paz  
3. Violência - Prevenção.

09-04053

CDD-303.66

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Instituto Sou da Paz :  
Sociologia : História 303.66







INSTITUTO  
SOU DA PAZ

[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)

SIGRID RAUSING TRUST

ISBN 978-85-62387-00-5



9 788562 387005